Número 121/2010
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

FERNANDA CRISTINA DE PAULA

CONSTITUIÇÕES DO HABITAR: reassentamento do Jd. São Marcos para o Jd. Real

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

CAMPINAS - SÃO PAULO
MAIO - 2010

© by Fernanda Cristina de Paula, 2010

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP

De Paula, Fernanda Cristina.
D44c Constituições do habitar : reassentamento do Jd. São Marcos ao Jd. Real / Fernanda Cristina de Paula-- Campinas,SP.: [s.n.], 2010.

Orientador: Daniel Joseph Hogan.
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Habitação – Localização - Cubatão. 2. Política habitacional – Cubatão (SP). 3. Assentamentos humanos – Aspectos sociais – Cubatão (SP). 4. Geografia urbana. 5. Fenomenologia. I. Hogan, Daniel Joseph. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Título em ingles: Constitutions of dwelling – ressentlement from Jd. Sao Marcos to Jd. Real.
Keywords: - Housing - Location – Cubatao (SP);
- Housing policy - Cubatao (SP);
- Human settlements - Social aspects - Cubatao (SP);
- Urban geography;
- Phenomenology.
Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial
Titulação: Mestre em Geografia.
Banca examinadora: - Maria Tereza Duarte Paes;
- Oswaldo Bueno Amorin Filho;
- Evandro Zigiatti Monteiro;
- Eduardo Marandola Júnior.
Data da defesa: 21/05/2010
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: Fernanda Cristina de Paula

"Constituições do habitar: reassentamento do Jd. São Marcos para o Jd. Real"

ORIENTADOR: Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Aprovada em: 21 / 05 /2010

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes _____ - Presidente

Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho _____

Prof. Dr. Eduardo José Marandola Junior _____

Prof. Dr. Evandro Ziggiatti Monteiro _____

Campinas, 21 de maio de 2010

DEDICATÓRIA

É justo que eu repita minhas próprias palavras:

Tão importante quanto o chão sobre o qual me firmo. Tão importante quanto o céu que vela meu mundo e que quando azul e fulgurante me põe sorrisos no rosto, e me dá expectativas de bonito futuro (nem que o futuro seja um dia). Dedico este trabalho à minha família, chão e céu de minha vida: Luiz Fernando, Neide, Luiz Tiago.

AGRADECIMENTOS

Ao Daniel Joseph Hogan. Porque, desde há muito, ele acredita, apóia e incentiva as reflexões que temos feito.

Ao grupo de pessoas que vem trabalhando com Geografia e Fenomenologia; que vem caminhando e construindo caminhos para esta perspectiva geográfica do mundo. Entre amigos, parceiros de pesquisas e professores que inspiraram e incentivaram este olhar: Bia, Deyvid, Eduardo, Fábio, Gabee, Henrique, Hugo, Janaina, Letícia, Lívia, Lúcia Helena, Lucas, Pablo, Priscila, Tiago, Werther.

À Camila, pelo companheirismo. E por me ajudar com seu espírito prático, fazendo com que eu sofresse menos com a pouca praticidade do meu.

À Cris e à Mê: Guelas. Pela amizade. Por serem duas das três sombras que tenho.

À acolhida dos moradores do Jd. Real. À Rose, Presidente da Associação de Moradores do Jd. Real, pela disponibilidade e auxílios constantes. À equipe de pós-ocupação do Jd. Real, ao Cláudio (assistente social da Prefeitura Municipal de Cubatão), aos funcionários do Departamento de Habitação pela disponibilização de documentos, ajudas e esclarecimentos.

Aos meus pais, pelo apoio imparcial e constante. E por confiarem.

Cet attitude qui amasse e antasse des faits, se veut « opératoire ». Elle l'est : ses concepts et ses modèles s'élaborent de façon à permetre l'application rapide, au moindre coût (de temps, d'espace, d'argent et de pensée). Il est facile de construire des immeubles ou des « ensembles » selon les prescriptions de cette pensée opératoire. Il est moins sûr que les habitants soient « satisfaits », encore moins sûr qu'ils y mènent une vie digne d'être vécue. Le pire, ne serait-ce pas qu'ils se satisfassent de peu, qu'ils s'adaptent ? De l'autre côté, par contre, il y a profondeur pressentiment d'un être « total » de l'homme, mais cette profondeur ne trouve pas d'application. Elle n'a rien d'opérationnel. Coment sortir de cette impasse ?

Henri Lefebvre (1970)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

RESUMO

O município de Cubatão (SP) ainda lida com as conseqüências de sua expressiva industrialização. Dentre elas, associado ao conjunto significativo de impactos ambientais, está o problema habitacional: praticamente, metade das famílias do município vive em habitações precárias. Uma das medidas que vêm sendo tomadas, nesta década, para a resolução deste problema é o reassentamento urbano. Em Cubatão, esta política remove a população da área de risco e promove a mudança das famílias para conjuntos habitacionais construídos especificamente para estes moradores; oferecendo moradia fisicamente mais estável, junto a bairros consolidados. O último reassentamento concretizado neste município foi o das famílias do Jd. São Marcos para o Jd. Real. Do ponto de vista dos moradores, o reassentamento implica uma reestruturação da vida, na medida em que muda o espaço em que está a casa. A qualidade desta reestruturação é que responde à eficácia e justiça desta política pública do ponto de vista da população envolvida. Clarificar o devir e os fatores envolvidos deve ajudar na reflexão das conseqüências do reassentamento para os moradores, auxiliando na reflexão e planejamento desta política pública. A reestruturação se dá no cotidiano, nas pequenas ou nas fundamentais atividades que centramos na casa; em outras palavras, o cerne da reestruturação da vida em função do reassentamento está na articulação entre espaço, indivíduo e o modo como habitamos. A partir desta constatação, trazemos o habitar como categoria para apreender as conseqüências do reassentamento. Apoiados nas formulações sobre sentido do habitar de Heidegger, que auxiliam a refletir sobre a articulação entre espaço, indivíduo e morar, discutimos sobre o papel da casa, do bairro, da articulação entre lugares privados e públicos e da apropriação do espaço como fenômenos que compõe o habitar e que entram em xeque frente ao reassentamento.

Palavras-chave: casa; bairro; lugar privado e lugar público; apropriação do espaço; geografia urbana; fenomenologia; Cubatão-SP.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

ABSTRACT

The City of Cubatão (SP) still deals with the consequences of its expressive industrialization. Among them, associated with a set of significant environmental impacts, is the habitation problem: almost half of the families in the city live in precarious residences. The urban resettlement is one of the measures that are being taken in this decade to solve this problem. In Cubatão, this policy removes the population in risk areas and promotes the displacement of the families to habitation sets constructed specifically for these residents; providing housing physically more stable, within consolidated neighborhood. The last resettlement achieved in this city involved the families of Jd. São Marcos to Jd. Real. From the residents' perspective, the resettlement implies restructuring of life, in as much as it changes the space of the house. The quality of this restructuring direct responds to the efficiency and justice of this public policy from the residents' perspective subjected to this. Clarify the destiny and the factors involved should help in the reflection of resettlements' consequences to residents, helping the studies and planning of such public policy. The restructuring happens in daily life, in small or fundamental activities that we concentrate in the house; in other words, the heart of the restructuring of life in the light of resettlement is in the articulation between space, individual and the way that we live. From this observation, we bring 'dwelling' as a category to embrace the consequences of resettlement. Supported in formulations on "dwelling" discussed by Heidegger and his aid to reflect the articulation between space, individual and settlement we discuss the role of home, neighborhood, articulation between private and public places and space appropriation as phenomena that compose the dwelling and confront the resettlement focus.

Keywords: home; neighborhood; private and public place; space appropriation; urban geography; phenomenology; Cubatão – SP

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1.1 Cubatão 14

1.2 Reassentamentos em Cubatão 16

1.3 Jd. São Marcos e entorno 24

1.4 Jd Real e entorno 27

2.1 Modelo de mobilidade residencial 33

2.2 Comparação entre mudanças de residência 34

4.1 Jd. São Marcos 63

5.1 Morfologias dos lugares de habitar 85

5.2 Jd. Nova República 95

5.3 Jd. Real 96

ÍNDICE

Introdução 1

Capítulo 1
Reassentamentos em Cubatão 9
1.1 Sobre a questão habitacional de Cubatão 11
1.2 Viver em Cubatão: sobre o Jd. São Marcos e o Jd. Real 20

Capítulo 2
Sobre reassentamento: dimensão espacial e habitar 29
2.1 Reassentamento enquanto mudança de residência 31
2.2 Reassentamento: dimensão espacial e habitar 36

Capítulo 3
Para apreender espaço, habitar e reestruturação da vida: Geografia e Fenomenologia 43
3.1 Fenomenologia e ciência 45
3.2 Geografia e fenomenologia: o espaço a partir da experiência 50
3.3 Trabalhos de campo no Jd. São Marcos e Jd. Real: experiências do habitar 53

Capítulo 4
Do Jd. São Marcos ao sentido da casa: viver em risco? 57
4.1 Viver em risco? 59
4.2 O Jd. São Marcos: liberdade 61
4.3 A casa adensada: do abrigo ao habitar 69

Capítulo 5
Habitar o Jd. Real 75
5.1 Habitar 77
5.2 O próprio: lugar privado, casa e extensão da casa 83
5.3 Para além da casa, mas ainda em casa: o bairro 92
5.4 Jd. Real: apropriar o lugar público 101
5.5 Constituição do habitar: entre Jd. São Marcos e Jd. Real 107

Considerações finais
Sobre um sentido que perpassa: constituição do habitar 115

Referências 121

INTRODUÇÃO

Em trabalho de campo em Cubatão, dentro de um ônibus que andava por entre um dos parques industriais da cidade, perguntamos a um passageiro se havia algum bairro por ali; respondeu que sim, havia o Jd. São Marcos. Logo, outros passageiros se manifestaram, dizendo que não havia mais ninguém ali, que todos haviam mudado (recentemente) para outro lugar. Foi a curiosidade pela geografia de um bairro que não mais existia que nos levou até o Jd. São Marcos.

Neste campo em Cubatão, que ocorreu em Julho de 2008, cuja intenção era explorar toda a cidade, a impressão que nos perseguiu foi o de uma extensão considerável de, diríamos à época, certa instabilidade do morar. A contínua chegada de migrantes em busca de empregos nas indústrias se reflete na paisagem, na apreensão de dinâmicas urbanas, nas histórias de moradores: assentamentos precários antigos (como as Cotas) e assentamentos, ainda, em processo de expansão (como a favela na Vl. Fabril); pessoas que vieram em busca de emprego há 20 anos atrás ou recentemente e que, mormente, vivem de favela em favela até se estabilizar em uma delas; barracos sobre o mangue, barracos sob viadutos das Rodovias Anchieta e Imigrantes, barracos em terrenos de acentuado declive. A impressão da instabilidade do morar teve seu ápice quando tomamos conhecimento do que havia ocorrido no Jd. São Marcos.

Quando exploramos o Jd. São Marcos, nos deparamos com quase todas as casas demolidas, ausência de pessoas ou veículos, cães abandonados andando em bando. Assentamento considerada em área de risco, os moradores foram submetidos ao reassentamento urbano: foram removidos de suas casas e reassentados em um conjunto habitacional vertical, o Jd. Real. Adquirindo os apartamentos (de preços populares) em

troca de suas antigas residências. Um dos homens que resistiu à remoção e outros que, mesmo tendo se mudado para o Jd. Real, mantinham a fonte de subsistência no Jd. São Marcos, elencaram uma série de conseqüências negativas deste reassentamento (como o caso de empobrecimento de famílias; ou como aqueles que despendem mais dinheiro para condução agora que sua residência está distante de seu trabalho). E pela fala deste morador, depreendemos como esta política pública, ao desarticular esta unidade socioespacial (o bairro) desestabilizou a vida das pessoas.

Em contraponto, no mesmo dia, indo à área onde está o Jd. Real, conversamos com uma moradora, a qual apontou as conseqüências positivas do reassentamento para sua família (falando sobre a privacidade que o apartamento oferece, os benefícios de ter uma padaria perto de sua casa).

Foi a premência desta instabilidade do morar por toda Cubatão e o contato direto com o que ocorria com os moradores do Jd. São Marcos que nos levou a mudar o tema inicial da pesquisa (que seria sobre mobilidade em Cubatão) para a questão da política de reassentamento, focando o caso dos moradores do antigo Jd. São Marcos. Em 2006 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO, 2006), foi contabilizado que mais de 50% das moradias do município eram desconformes (do ponto de vista legal e/ou ambiental) e dentre as políticas públicas planejadas para resolução desta questão o reassentamento urbano ocupa um lugar de destaque. Enquanto resolução da questão habitacional do município, o reassentamento compreende também rearranjos da morfologia da cidade, impactos na dinâmica urbana. O êxito desta política estaria na permanência, integração urbana e satisfação dos moradores às residências onde foram reassentados. Do êxito desta política pública depende o esforço de reordenação socioespacial de Cubatão.

À época deste campo, observamos que as opiniões dos moradores são discordantes sobre o reassentamento. Cada morador avaliando-o a partir de sua própria experiência, entrando em jogo a subjetividade, a idiossincrasia de seus valores, suas histórias de vida, a própria forma de se relacionar com o antigo bairro e, agora, com o conjunto habitacional. Diante deste quadro, pareceria difícil estabelecer parâmetros gerais que permitam avaliar o êxito desta política pública. Mas, aquém da idiossincrasia das opiniões dadas por estes indivíduos temos um ponto em comum: todas as opiniões dos moradores se referem à reestruturação da vida deles em função do reassentamento.

Dos trabalhos que analisam reassentamentos, temos esta reestruturação como ponto principal para reflexão desta política:

> By its nature, displacement is always an extraordinary disruptive and painful process, economically and culturally; it dismantles productions systems, it disorganizes entire human communities and it breaks up long established social networks. By destroying productive assets and disorganizing production systems, it creates a high risk of impoverishment... (CERNEA, 1988, p.7-8)

Discutindo diretrizes para esta política (em um artigo técnico de uma das agências multilaterais que vêm subsidiando reassentamentos), embora aponte para os potenciais oferecidos pelo processo, Cernea (1988) atenta também para as possíveis consequências negativas, dada a ruptura causada na vida dos moradores, inerente ao reassentamento. Mesmo projetos[1] de reassentamento geralmente já apontam para esta reestruturação da vida quando atentam para a possibilidade de quebra de laços de vizinhança ou perda de fonte de subsistência em detrimento do reassentamento. Pois há consciência de que agentes promotores desta política pública são responsáveis pelas condições de vida dos indivíduos após o reassentamento.

[1] Projetos como: Departamento Nacional de Estradas e Rodagem/Instituto Militar de Engenharia (2001); Governo do Estado da Bahia/Cia. de Desenvolvimento do Estado da Bahia, (2005); Governo do Estado Ceará/Secretaria das Cidades/Prefeitura Municipal do Crato (2008); Governo Federal/Sedu/Caixa, 2007.

Na reestruturação negativa da vida da população reassentada está a principal crítica a esta política pública; reestruturação que gera a não aceitação, desgosto, abandono ou venda da nova residência, o retorno a outras áreas de risco ou a conformação de um conjunto de problemas socioespaciais no próprio local de reassentamento.

Mas como prever estas conseqüências do reassentamento? Como evitar uma reestruturação negativa da vida? O que está em jogo quando a mudança para o conjunto habitacional é entendida como boa por um morador enquanto outro morador atesta que esta mudança (que sair do local onde mora) corresponde à morte? A qualidade desta reestruturação é que responde à eficácia e justiça desta política pública do ponto de vista da população submetida a esta; compreendê-la é um meio para avaliar o processo, acercar seus prós e contras. Clarificar a reestruturação da vida em função do reassentamento permite melhor planejá-lo e pesar suas consequências.

Uma abordagem teórico-metodológica comum para avaliar a eficácia do reassentamento (e mesmo de conjuntos habitacionais populares não oriundos, exatamente, de reassentamentos) é a aplicação de questionários aos moradores[2]. Estes questionários procuram levantar quais as principais mudanças para os moradores, a avaliar estas mudanças, níveis de satisfação com a nova residência, opiniões. Criam, a partir deste banco de dados, uma base para avaliar se a reestruturação está sendo negativa, podendo identificar em quais âmbitos estão ocorrendo eventos desconformes, não esperados. É uma ferramenta importante para identificar problema e balizar intervenções.

Nesta pesquisa, também buscamos apreender esta reestruturação da vida em função do reassentamento, mas por um caminho diverso. Nosso intento é

[2] Ver, por exemplo: Souza (1997); Pordeus (2006); Bastos (2007); Nalin (2007); Mendes (2008).

apreender esta a partir da própria concretude da vivência. Se os questionários levantam porcentagens de satisfação e opiniões através das respostas dos moradores, esta pesquisa procura apreender o que ocorre no devir cotidiano que consubstancia as opiniões dos moradores. Temos que a cada ato, a cada atividade, a cada rotina estabelecida ou a cada coisa extraordinária vivenciada o homem cria e maneja um conhecimento experiencial do espaço (que corresponde ao que chamamos concretude da vivência) (DARDEL, 1952; BUTTIMER, 1985; LOWENTHAL, 1985; TUAN, 1985; BOLLNOW, 2008). Procuramos derivar deste conhecimento experiencial a compreensão da reestruturação da vida em função do reassentamento.

A realização deste intento possui um pressuposto. O de que a reestruturação da vida tem seu cerne na mudança da configuração espacial na qual está a residência. Os indivíduos e as famílias tinham seus movimentos cotidianos, suas relações sociais, suas atividades econômicas organizadas (estruturadas) em acordo com a configuração do espaço da casa e do entorno desta. É a mudança de localização da residência, da configuração espacial e dinâmica do lugar que promovem implicam uma reestruturação das atividades dos indivíduos e famílias (DE PAULA, 2009).

Habitar a casa corresponde a nos estabilizar espacialmente e existencialmente; a partir dela lidamos com o mundo. O habitar tanto expressa as condições de vida quanto as condiciona. Reassentar é impactar essa referência espacial e existencial. Mas que ações constituem o habitar? Que atividades centralizamos na casa? Como as centralizamos? Que articulação de espaços está presente no habitar? Que valores e sentidos estão investidos na casa? Como o reassentamento impacta estas questões? É este conjunto de problemáticas que abordamos no estudo do reassentamento das famílias do Jd. São Marcos. Estas devem nos encaminhar para a reflexão da reestruturação da vida em função desta política pública, para os modos pelos quais ela tangencia condições de vida.

Para tanto, é necessário um corpo teórico-metodológico que permita a compreensão da articulação entre espaço, casa e homem, nos direcionando para a apreensão do habitar. Com o intento revelar e discutir a experiência humana do espaço (TUAN, 1985; LOWENTHAL, 1985; BUTTIMER, 1985; MARANDOLA JR., 2005), a Geografia esteada na Fenomenologia, nos provê de uma base teórico-metodológica para abordar o reassentamento do Jd. São Marcos ao Jd. Real.

O Capítulo 1 procura contextualizar a situação habitacional de Cubatão e o reassentamento dos moradores do Jd. São Marcos dentro deste quadro. No Capítulo 2, discorremos sobre reassentamento em termos gerais e passamos ao levantamento de como os trabalhos acadêmicos têm avaliado casos desta política pública. Nesta discussão apontamos a articulação entre espaço e habitar como central na compreensão da reestruturação da vida dos reassentados. No Capítulo 3, apresentamos a abordagem geográfico-fenomenológica, como ela permite a compreensão do espaço e do habitar e detalhamos a metodologia utilizada na pesquisa. No Capítulo 4, já a partir dos resultados dos trabalhos de campos, explanamos sobre como era morar no Jd. São Marcos; e, a partir desta reflexão, apresentamos como a discussão sobre espaço e habitar se consubstanciam na fala dos indivíduos. No Capítulo 5, junto da discussão teórica sobre habitar (apoiada nas formulações de Martin Heidegger) tratamos especificamente sobre a constituição do habitar no Jd. Real, desenvolvendo as questões pertinentes à reestruturação da vida dos moradores em detrimento do reassentamento.

CAPÍTULO 1

REASSENTAMENTOS EM CUBATÃO

1.1 Sobre a questão habitacional de Cubatão

Cubatão se destaca na Baixada Santista pela concentração de indústrias de bens de produção. O desenvolvimento desta atividade está relacionada, sobretudo, à expansão industrial da Grande São Paulo e à posição estratégica de Cubatão. Os seguintes fatores são reportados como vantagens para a instalação de indústrias na cidade: a disponibilidade energética oferecida pela declividade da escarpa da serra e a consequente geração de energia hidrelétrica; o fato de estar no caminho entre São Paulo e o Porto de Santos; e a acessibilidade da cidade, favorecida pelo entroncamento de ferrovias e rodovias (GOLDSTEIN, 1975; AFONSO, 1999; ZÜNDT, 2006).

Na década de 1980, Cubatão foi nacionalmente reconhecida como um desastre ambiental. A construção dos parques industriais, tornando-a sede de um importante pólo petroquímico do país, contribuiu para a formação de um conjunto significativo de impactos ambientais (GOLDESTEIN, 1975; HOGAN, 1996; PINTO, 2005). A concentração de poluentes atmosféricos (lançados pelas indústrias) junto ao pé da serra se tornou uma marca da imagem da cidade; que recebeu, por conta disto, a alcunha de Vale da Morte. Cíntia Maria Afonso, ao discutir o uso e ocupação do solo na costa paulista, faz um levantamento geral sobre impactos ambientais. No tocante à Cubatão, Afonso (1999, p. 143-144) coloca:

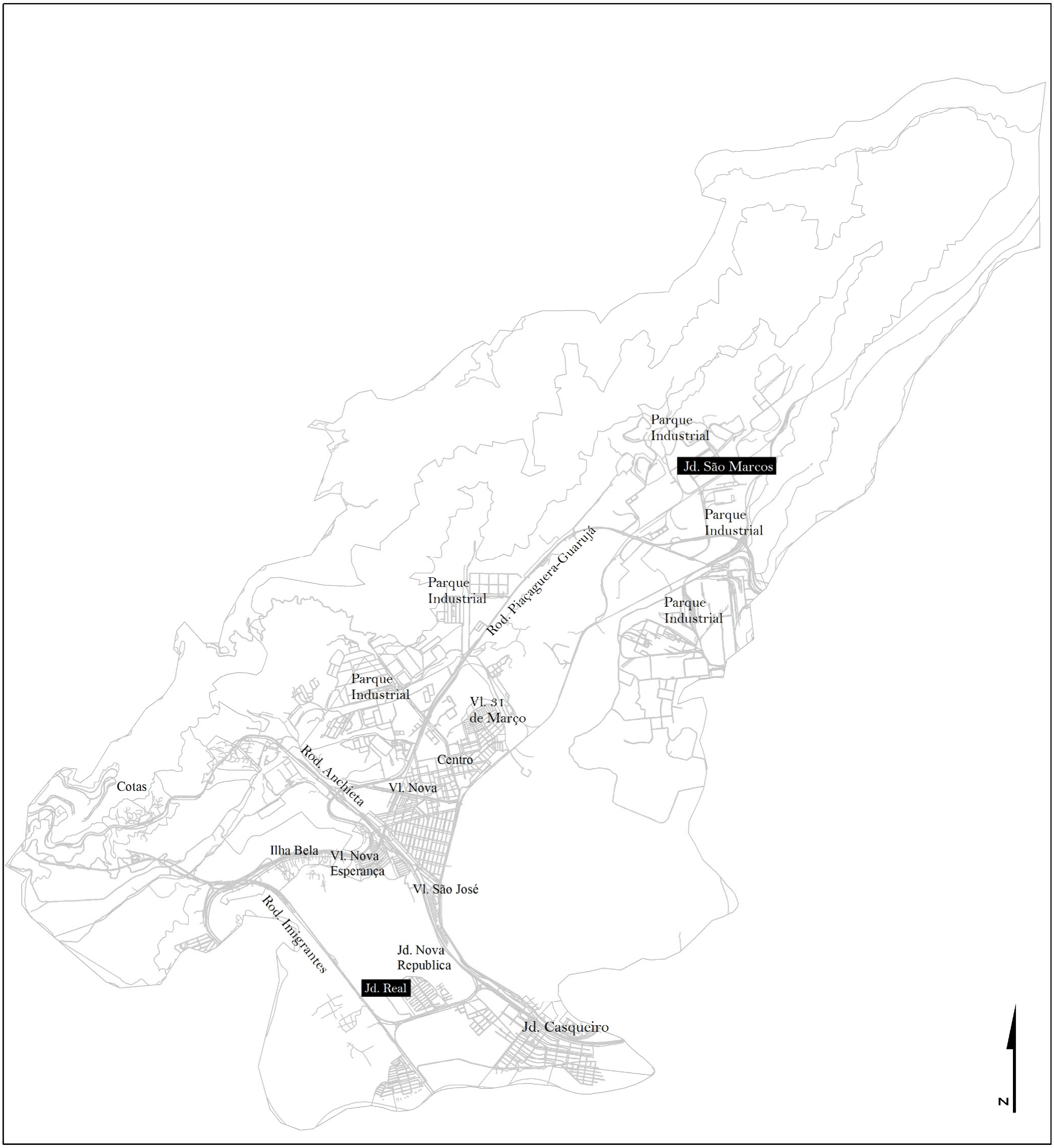
> O pólo industrial de Cubatão, integrado por indústrias químicas, petroquímicas e de fertilizantes, tem provocado impactos violentos no ambiente, principalmente decorrentes da utilização dos rios próximos para disposição dos efluentes industriais, que, desaguando no estuário de Santos-São Vicente, contaminam suas águas, suas praias e seus

> manguezais. Além dos efluentes líquidos, os gases provenientes das atividades industriais têm causado sérios problemas de poluição do ar no município de Cubatão, inclusive com contaminação e morte de espécies vegetais da mata atlântica existente nas encostas da Serra do Mar, principalmente junto ao Vale do Rio Moji e arredores.

Heloisa S. M. Costa comenta a dinâmica padrão, oriunda da relação entre expressiva industrialização e espaço urbano: grandes indústrias poluentes, onipresentes no cotidiano da população; crescimento urbano acelerado pela migração; bairros operários predominando na paisagem urbana; estreita associação entre moradia-emprego na indústria; além dos custos socioambientais serem arcados pela população mais pobre (COSTA, 2000). Cubatão não fugiu a esse padrão; a massiva industrialização contribuiu para as grandes taxas de imigração, como mostra a literatura, desde a década de 1970 até atualmente (GOLDESTEIN, 1975; HOGAN, 1991; SILVA, 2008) e a partir deste ponto, o desenvolvimento de um mercado imobiliário fora dos padrões legais (autoconstrução, invasão de terrenos, loteamentos irregulares: formação de favelas) como solução acessível aos migrantes (KOWARICK, 1983; RODRIGUES, 1988; CARDOSO, 2008).

E, portanto, tem-se como consequência um conjunto significativo de residências fora dos padrões legais e, no mais das vezes, em situação precária: bairros residenciais subindo a serra, casas em áreas de alta declividade (sujeitas a escorregamento de terra), bairros sobre mangue, em áreas de preservação ambiental (para citar alguns bairros: as Cotas; os antigos Morros do Marzagão e do Pica-Pau Amarelo, reassentados para outra parte da cidade; Vl. Natal; Vl. dos Pescadores; Ilha Bela; Vl. Esperança), bairros próximos às indústrias com contato direto com os lançamentos das chaminés, como foram os casos da antiga Vl. Parisi (reassentados entre as décadas de 1980 e 1990) e o Jd. São Marcos (reassentados em 2008) (ver Figura 1).

1.1 Cubatão



0 1.000 2.000 3.000
metros

Base cartográfica: AGEM-Baixada Santista

South American Datum, 1969; UTM 23S
Projeção Tranversal de Mercator

Elaboração: Fernanda Cristina de Paula

Daniel J. Hogan, com base em pesquisa realizada na década de 1980, discutindo a dinâmica demográfica da cidade em paralelo com seus problemas ambientais já apontava para certa "dança dos bairros", expressão da precariedade da situação habitacional do município: "Paralelamente ao vai-e-vem da população há um vai-e-vem dos bairros: Vila Socó incendiou-se, Vila Parisi está sendo removida, as Cotas desabam. Por outro lado, Vila São José surge das cinzas e Jardim Nova República surge do mangue" (HOGAN, 1996, p. 115).

Provavelmente, os casos mais drásticos das consequências desta precariedade e instabilidade do morar sejam o escorregamento de terras nas Cotas e o incêndio da Vila Socó. Nesta, o vazamento de combustível correu pelo corpo d'água sob as casas de palafita (moradores chegaram a recolher combustível com intuito de vendê-lo posteriormente). Em algum ponto, não determinado, começou o incêndio que consumiu este combustível, se alastrando pela água e pelo bairro, destruindo casas, deixando mortos e desabrigados (PINTO, 2005).

Um relatório da Agência Metropolitana da Baixada Santista, em 2005, procurou identificar habitações desconformes nos municípios da região metropolitana. A partir da leitura de legislações estaduais e federais, estabeleceu uma série de critérios para o levantamento de habitações desconformes, por exemplo: ocupação nas faixas marginais dos cursos d'água, ocupação em morros, ocupação em área de preservação permanente, ocupações desordenadas, densas e construídas de forma precária. A partir destes critérios, identificaram 10 áreas de habitações desconformes à época (AGEM-BAIXADA SANTISTA, 2005). Uma equipe interdisciplinar da Universidade Estadual Paulista (UNESP) elaborou um plano de redução de riscos ambientais que produzissem danos diretos à população (por exemplo, escorregamentos de terras, enchentes) no município de Cubatão. Na investigação de dez áreas (ou bairros), a equipe identificou 140 pontos de riscos (UNESP/PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO, 2006). No mesmo ano, na

apresentação da política habitacional do município, a Prefeitura Municipal aponta que 58% da população residia em 23 assentamentos precários (PREFEITURA MUNICIAPL DE CUBATÃO, 2006).

Em que pese as diferentes abordagens e objetivos de análise, diversos estudos expressam a precariedade do parque residencial do município e problemas socioambientais intrínsecos a eles. O que está em jogo, neste caso, é o planejamento urbano de Cubatão. À época de consolidação do pólo industrial, seu planejamento esteve todo voltado para a construção dos parques industriais em detrimento de outras questões urbanas. Pois, em um contexto de ditadura militar, o poder público tratava a construção deste parque como questão de segurança nacional (HOGAN, 1996). As consequências desta tendência no planejamento são vividas hoje, com a precariedade e instabilidade das residências do município e com o esforço atual de gerir esta situação.

A Prefeitura Municipal de Cubatão (PMC), nesta década, vem planejando e realizando uma série de ações para resolver o problema habitacional do município (ver Figura 1.2). Dentre as políticas públicas realizadas se destacam a reurbanização de assentamentos e o reassentamento de famílias (PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO, 2007). As ações mais recentes foram o reassentamento dos moradores do Morro do Marzagão e Morro do Pica-Pau Amarelo para o conjunto habitacional Mário Covas, há dois anos, e reassentamento dos moradores do Jardim São Marcos, em 2008. No momento, estão em andamento a reurbanização da Vl. Esperança e o reassentamento de uma parte de famílias deste bairro (pela PMC) para os conjuntos habitacionais Imigrantes I e II e o reassentamento de famílias das Cotas (pelo Governo Estado de São Paulo), além de projetos menores (inscrições de famílias para serem incluídas em programas habitacionais), voltados para dirimir pequenas vilas em áreas desconformes.

1.2 Reassentamentos em Cubatão

Ano	Projeto	Ação	Promotor	Área de Origem	Área do reassentamento
1984	Jd. Nova República (Bolsão 8)	Reassentamento externo[3]	PMC	Vila Parisi	Jd. Nova República
1987	Proj. São José (Vl. Socó)	Reassentamento interno/ urbanização	PMC	–	–
1988	Proj. São Benedito	Reassentamento interno	PMC	–	–
1989	Proj. São Pedro	Reassentamento interno	PMC/ Cosipa	–	–
1992	Proj. Nhapium	Reassentamento interno	PMC	–	-
1992	Proj. Costa Moniz	Reassentamento interno/ urbanização	PMC	–	–
2002	Conj. Res. Mário Covas Jr.	Reassentamento externo	CDHU	Morro do Pica-Pau e Marzagão	Conj. Mário Covas
2008	Bolsão 8	Reassentamento externo	PMC/ HBB	Jd. São Marcos	Jd. Real
Em andamento	Bolsão 8	Reassentamento externo	CDHU/SEMA	Vl. Caic	Bolsão 8
Em andamento	Bolsão 8	Reassentamento externo	PMC/MCid/ FNHIS 2006	Vl. Esperança	Bolsão 8
–	B. Cotas	Reassentamento externo	CDHU/MCid/ PacHab	–	–
–	Proj. Serra do Mar	Reassentamentos	CDHU/SMA	–	–
–	Proj. Vila Esperança/Ilha Bela/VL CAIC	Reurbanização e reassentamentos	PAC/ PMC	–	–

Adaptado de: Prefeitura Municipal de Cubatão, 2007[4]

[3] A PMC diferencia reassentamentos; o interno é quando a nova residência é construída no mesmo bairro em que os moradores reassentados moram e o externo é quando as novas residências se localizam em outra área da cidade.

É difundido que o reassentamento, muitas vezes, engendra um conjunto de conseqüências negativas e, mesmo, pode agravar o problema que intentava resolver[5]. Desde a década de 1980, de um modo geral, o reassentamento é uma das últimas alternativas para a resolução de problemas habitacionais. Ainda assim, em casos como os de bairros de Cubatão que estão em áreas de risco ou de proteção ambiental, o reassentamento figura como medida necessária.

O reassentamento dos moradores do Jardim São Marcos envolveu por volta de 400 famílias (GOVERNO FEDERAL; SEDU; CAIXA, 2008). Estão previstos o reassentamento de outros bairros, como, por exemplo, da maior parte dos bairros Cotas, que no total possui por volta de 6.600 pessoas (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CUBATÃO, 2007), implicando na descida da serra e estabelecimento na planície de um número de significativo de famílias.

É difundido o problema de déficit de áreas passíveis de habitação/urbanização em Cubatão. A própria área onde se localiza o Jd. Nova República (oriundo do reassentamento dos moradores da antiga Vl. Parisi), o Jardim Real e o Bolsão Residencial 7 provém de terra acrescida através de aterro de mangue. O pouco espaço e o volume previsto de reassentamentos anunciam uma mudança significativa na configuração socioespacial da cidade: surgimento de novos bairros, impactos sobre os serviços urbanos, aumento da demanda que afluirá para equipamentos públicos, carga de atendimento dos comércios, necessidade de re-estruturar o transporte público, reordenamento de vias em função de novos fluxos de tráfego. Estas e outras consequências geradas por remoções e reassentamento aumentam a relevância de um acurado planejamento urbano na

[4] Apesar de ter como fonte o relatório habitacional do município de Cubatão, algumas das informações constantes foram dadas por funcionários da prefeitura, envolvidos nestes projetos (a PMC tem uma flagrante falta de documentos referentes às políticas realizadas nas décadas de 1980 e 1990).

[5] Valladares (1980) discute esta questão quando observa que os problemas nos reassentamentos promoviam o abandono das novas residências e o retorno das pessoas à favela, em outra parte da cidade.

realização destas políticas; se o reassentamento não atender aos seus objetivos, os processos, custos e impactos gerados por esta política pública são de pouca valia.

Reassentamentos urbanos são controversos. Esta política pública ocorre desde meados do século XX, como política para erradicação de favelas e cortiços nos grandes centros (particularmente nos municípios de Rio de Janeiro e São Paulo) (BONDUKI, 1998; RODRIGUES, 1988; VALADARES, 1980). Historicamente, reassentamentos apresentam uma série de consequências negativas, revelando, muitas vezes, a ineficácia desta ação como meio de resolução do problema habitacional. Lícia P. Valladares discute os programas de remoção de favela no Rio de Janeiro ocorridos em meados de 1960 (VALLADARES, 1980) e nesta época a autora já apontava o fracasso destes projetos: dos desvios de funções, passando pelo paternalismo e corrupção no desenrolar do reassentamento, até à violência não só simbólica do processo, mas também física, dado ser época da ditadura.

A violência do processo está, justamente, na compulsoriedade da mudança de residência. O pouco sucesso deste tipo de política tornou a reurbanização de assentamentos precários a alternativa sempre preferível ao reassentamento de famílias (DENALDI, 2008). Reassentamentos passaram a ser escolhidos, como destacam seus projetos, somente em último caso.

Com a mudança nos agentes financiadores destas políticas (da esfera federal via Sistema Nacional de Financiamento e Banco Nacional de Habitação para a municipalização das políticas habitacionais, financiadas por agências multilaterais: Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e o Banco Mundial-BIRD, sobretudo) e, de um modo geral, reconhecidos seus fracassos, mudaram os princípios de concepção e aplicação dos programas habitacionais com base em reassentamentos (DELLA NOCE, 2008). Como já colocado, Cernea (1988) ao apresentar o ideário de uma destas

agências, ainda que reconheça o reassentamento como uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico das famílias, recorda que este é um processo de ruptura social, econômica, cultural para a população reassentada e, portanto, sempre estressante

O ideário saiu da resolução do problema habitacional na forma de apenas propiciar o abrigo (a casa) para políticas mais integradoras. Estas passam a valorizar, por exemplo: a integração dos moradores ao bairro para o qual eles serão reassentados, a participação de moradores durante todo processo, a existência de equipes de pós-ocupação (compostas por diferentes técnicos) para auxiliar no processo de adequação à nova moradia e às novas formas de convivência.

No entanto, apesar dos avanços na realização do reassentamento, algumas consequências que pesam para a ineficácia desta política continuam a ocorrer: a venda de imóveis e o provável retorno a outro assentamento precário, a insatisfação de moradores, problemas de convivência, depredação de áreas comuns dos conjuntos habitacionais, processos de empobrecimento de famílias, processo de mudança da classe socioeconômica moradora do conjunto (dada a venda, no mais das vezes, ilegal das habitações) (VALADARES, 1970; RODRIGUES, 1988; SOUZA, 1997; PORDEUS, 2006; NALIN, 2007; DELLA NOCE, 2008). Nestes casos, a reestruturação da vida se consubstanciou aquém do esperado ou desejado do ponto de vista dos moradores e dos agentes promotores do reassentamento. Mas, por quê? Que elementos devem receber atenção para que esta reestruturação não seja desconforme? Que matriz para compreender a realidade não esteve presente no planejamento destes reassentamentos?

Direcionados por estas questões, com intuito de clarificar a reestruturação da vida em função desta política pública e contribuir para reflexão de seu

planejamento é que abordamos o reassentamento dos moradores do Jd. São Marcos para o conjunto habitacional Jd. Real, em Cubatão.

1.2 Viver em Cubatão: sobre o Jd. São Marcos e o Jd. Real

A cidade se desenvolveu em consonância com as indústrias. Diversas características de Cubatão apontam isso, características tanto da paisagem quanto das dinâmicas da cidade. A concentração de pequenos hotéis, pousadas e repúblicas masculinas, abrigam trabalhadores que vêm de diversas partes do Brasil realizar serviços temporários nas indústrias. Nas esquinas da principal avenida da cidade (Av. Nove de Abril), de manhã, há concentração de homens (comumente chamados de peões, pelos moradores) que esperam condução para as indústrias onde trabalham. O sotaque nordestino predominante na cidade, o comércio especializados em produtos do Nordeste vendidos por ambulantes ou nas “casas do norte” espalhadas pelo município atestam o peso da migração de nordestinos. Também associada à migração é a paisagem dos bairros fora da área central da cidade, ocupando o pouco de terra passível de serem habitadas, embora não recomendadas para isso: manguezais, morros, áreas de conservação. Ao conversar com os moradores, as histórias parecem se repetir: indivíduos que vieram trabalhar nas indústrias e depois trouxeram o restante da família, aqueles que moraram de bairro em bairro (geralmente, os bairros considerados precários) até se estabilizar, os homens que colocam a vantagem de poder sair de uma indústria e conseguir emprego na indústria do lado, facilmente.

De diferentes áreas da cidade é possível ver as concentrações de indústrias, suas chaminés lançando fumaça constantemente, o céu esbranquiçado por estes lançamentos, as estruturas metálicas, a arquitetura (as chaminés, os tanques, os conjuntos de tubulações) se destacando na paisagem. Tudo corroborando o papel e

imagem de Cubatão como pólo industrial. Mas esta imagem ofusca outros aspectos da cidade.

Há coisas em Cubatão que remetem ao que reconhecemos, comumente, como cidade pequena: as poucas linhas de ônibus, o fato de motoristas de transportes coletivos conhecerem os passageiros e não usarem de rigidez na condução e parada que os veículos devem fazer, a bicicleta é um meio de transporte comum, mesmo para atravessar o que se pode entender como as maiores distâncias dentro da cidade, não há cinema e apenas recentemente surgiu uma casa noturna na cidade (divertimentos noturnos, no mais das vezes, têm escala local, apenas para o bairro, bailes em pequenos bares). Dentro dos ônibus, o nível de sociabilidade entre os moradores dos bairros fica expresso: há sempre grupos de pessoas que se conhecem, que conversam sobre suas vidas, sobre os bairros, sobre os políticos de Cubatão, sobre os vizinhos.

Há poucas linhas de ônibus cujo itinerário que atravesse a cidade de ponta a ponta. Esta tendência está em acordo com a mobilidade típica dos moradores: a maioria dos movimentos se dirige apenas ao centro da cidade, pouco são os intra-bairros.

Isto está ligado a um fator da dinâmica do município: não há na cidade outra área que sobrepuje a centralidade do Centro de Cubatão. Há outro centro de serviços, com serviços expressivos como um grande supermercado, no Jd. Casqueiro. Mas a influência desta centralidade se estende somente por este distrito, a sofisticação deste (equiparável à do Centro de Cubatão) talvez se deva ao fato de que neste distrito se concentra famílias de maior poder aquisitivo. No entanto, também a partir do Jd. Casqueiro o fluxo para o Centro de Cubatão é patente.

Não existem, durante o dia, grandes períodos em que ônibus e vans estejam vazios. Em Cubatão, ir ao centro é um ato corriqueiro. A todo momento do dia, o transporte coletivo leva e traz pessoas de seus bairros ao centro e o inverso. Pois, no

centro e imediações estão tanto equipamentos públicos (o hospital, as escolas estaduais e municipais, a prefeitura que recebe constante fluxo de moradores) como os serviços dos mais sofisticados aos mais corriqueiros (tanto um quanto o outro muitas vezes não presentes nos bairros). As pessoas saem de seus bairros e vão para o Centro de Cubatão de ônibus tanto para fazer a compra do mês quanto para ir ao chaveiro, por exemplo.

Cubatão tem um tecido urbano descontínuo, afora o centro e os bairros do entorno como Vl. 31 de Março, Vl. Nova, Vl. São José, para chegar a outros bairros da cidade é sempre necessário passar por alguma das rodovias, circundar morros ou rios. Mesmo assim, os bairros não possuem serviços ou equipamentos públicos que diminuam o fluxo de idas ao Centro da cidade. É uma cidade pequena: o itinerário de qualquer bairro de Cubatão para o Centro raramente ultrapassa 30 minutos.

Para conhecer Cubatão, afora a área central, é preciso adentrar pelas rodovias, por caminhos pouco revelados na paisagem. Os bairros afastados do centro, geralmente, têm uma única entrada. Ao adentrar por estes é que encontramos a impressão de uma instabilidade do morar por toda cidade: favelas tanto com partes consolidadas quanto recentes, atentando ao movimento migratório que parece não parar. Dentre estes bairros para os quais é preciso se embrenhar por caminhos (muitas vezes) pouco claros, bairros que possuem uma única entrada, estava o Jd. São Marcos.

O Jd. São Marcos expressava a industrialização massiva de Cubatão (e as conseqüências desta). Com aproximadamente 40 anos, o Jd. São Marcos se localizava entre um rio e um dos parques industriais do município (Figura 1.3). Embora houvesse um conjunto de casas de loteamento anterior à chegada das indústrias, feitas de alvenaria, a maior parte das casas eram barracos, o que rendia ao bairro a alcunha de “favela de papelão”. E a história de vida de boa parte dos moradores do Jd. São Marcos era

semelhante: pessoas vieram sozinhas ou com suas famílias procurar emprego nas indústrias e ali fixaram residência.

1.3 Jd. São Marcos e entorno

Fonte: Google Earth **Elaboração**: Fernanda Cristina de Paula

Localizado junto a um parque industrial do município, os moradores tinha contato direto com os lançamentos das chaminés das indústrias do entorno. Desde a década de 1980, afirmam moradores, havia o boato de reassentamento das famílias do bairro.

Mas foi somente em 2008, no âmbito de uma preocupação de gerir o problema habitacional de Cubatão, é que a PMC entrou em contato com os moradores para falar sobre seu reassentamento e colocar em prática este processo. Após negociações e cadastramentos, em junho de 2008 praticamente todas as famílias (quatro famílias se recusaram a se mudar) foram removidas e suas casas foram imediatamente destruídas6, para evitar o retorno ou a continuação do bairro. Os moradores foram reassentados no conjunto habitacional Jd. Real, composto por edifícios de apartamentos.

Este se localiza junto à estrada que interliga as rodovias Imigrantes e Anchieta; vizinho ao Jd. Nova República, próximo do Jd. Casqueiro (Figura 1.4). Atualmente, o Jd. Real acabou de passar pela fase de pós-ocupação. A equipe contratada para acompanhar essa fase e mais o assistente social da PMC acompanharam (durante alguns meses) o processo de adaptação dos moradores à nova residência, promovendo ações, ouvindo e resolvendo problemas.

Embora haja um aumento de sentimento de melhorias na vida que levam na nova residência, o início foi marcado por uma série de acontecimentos e sentimentos controversos em relação à nova habitação e, ainda hoje, existem questões peculiares sobre isto. Abandono e depredação do Centro Comunitário e dos pátios e escadas aconteceram, muitos moradores atestam o desgosto em morar ali e o projeto de se mudar para outro lugar, clandestinamente apartamentos têm sido vendidos. Os moradores lidam, constantemente, com um movimento de reestruturação da vida em função da mudança de

[6] Aqueles moradores cuja propriedade do terreno é legal (oriundo do loteamento anterior à chegada das indústrias) não tiveram suas casas demolidas, apenas interditadas.

moradia; a partir desta reestruturação pensam e agem em função do reassentamento e, retomamos, se esta reestruturação é desconforme, impacta negativamente o êxito desta política pública.

Nosso objetivo é acercar, detalhar e discutir esta reestruturação; e, a partir disto, poder oferecer elementos que devam ser ponderados no planejamento de reassentamentos. O intento de procurar compreender as consequências do reassentamento na vida dos moradores não é novo e é sobre os trabalhos que já focaram este assunto que o próximo capítulo versará. A partir disto é que localizamos a contribuição desta pesquisa; a qual está na abordagem empreendida para compreender a reestruturação da vida e, consequentemente, nos níveis de discussão e reflexão que ela focará.

1.4 Jd Real e entorno

Fonte: Google Earth **Elaboração**: Fernanda Cristina de Paula

CAPÍTULO 2

SOBRE REASSENTAMENTO:
DIMENSÃO ESPACIAL E HABITAR

2.1 Reassentamento enquanto mudança de residência

Em função de diferentes motivos como, por exemplo, a construção de hidrelétricas, estradas ou para eliminação de conjuntos de moradias impróprias (do ponto de vista legal e/ou ambiental) são realizados reassentamentos. Estes consistem no oferecimento de aquisição de nova residência (por parte das instituições que promovem esta política pública) em troca da moradia antiga; mas, o reassentamento é, no mais das vezes, apresentado como medida compulsória.

Reassentamento é uma mudança de residência e mudanças de residência são comuns, ocorrem constantemente no contexto urbano. Pessoas mudam de residência sem que isto implique, necessariamente, em uma problemática para a cidade. No entanto, pensar o reassentamento apenas como mudança de residência corresponde a uma redução da questão: reduzir-se-ia o impacto do reassentamento na dinâmica urbana, já que este envolve a mudança de residência não de uma família, mas de um conjunto de famílias para outra área, a desarticulação e rearticulação de um bairro em outra parte da cidade, a mudança da paisagem, o surgimento de novas interações entre áreas e pessoas. Reduzir-se-ia também a responsabilidade dos agentes promotores do reassentamento quanto às conseqüências desta mudança de residência.

Entre as décadas 1960 e 1980, geógrafos estadunidenses orientados pela perspectiva da Ecologia Urbana buscaram compreender a organização socioespacial da cidade através dos padrões de ocupação desta. Para alcançar este intento, um dos temas pesquisados era o da mobilidade residencial utilizando a teoria da Economia Neoclássica e

desenvolvendo também estudos Behavioristas (LEY, 1983; KNOX, 1987; CORTES ÁLACA, 1995). Oferecem, portanto, um quadro teórico sobre o que comumente leva os indivíduos à mudarem de residência; apresentando uma série de fatores e processos que influenciariam o comportamento das pessoas e sua decisão por mudar de residência e critérios que norteariam a escolha da nova moradia. Neste sentido, Knox (1987), em seu manual sobre Geografia Urbana, apresenta um modelo que expressa o comportamento daqueles que decidem por mudar de residência (Quadro 2.1).

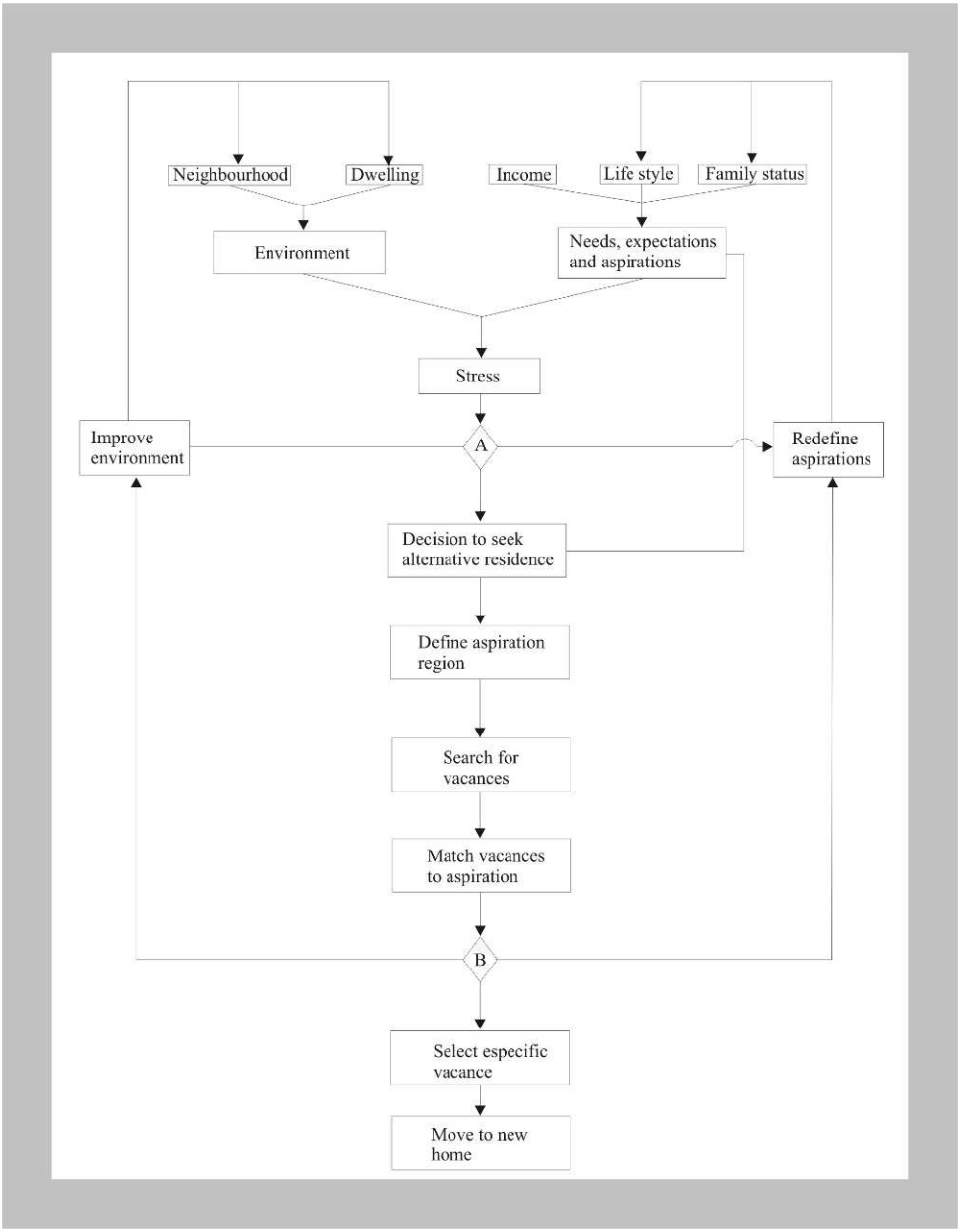
Estas mudanças de residência voluntárias são estudadas para compreender um "mecanismo natural" de organização da cidade. Já que, à época da maioria das pesquisas realizadas sobre o assunto, a maior porcentagem da mobilidade residencial era constituída por mudanças de residências voluntárias que testemunhava (do ponto de vista da Ecologia Urbana) um movimento orgânico de ordenamento do espaço urbano.

Se a mudança de residência voluntária é estudada enquanto um "mecanismo natural" que orienta a organização da cidade e, para isso, versa sobre a definição das aspirações e expectativas dos moradores (esteados em um estilo de vida); o reassentamento, em contraponto, é estudado justamente porque este processo fugiria ao "mecanismo natural": é uma política pública, constituída pela mudança de residência involuntária dos indivíduos. Neste caso, a organização da cidade não se dá via um "mecanismo natural", mas é produto de um intento de ordená-la racionalmente ou de modo mais justo (do ponto de vista dos agentes promotores). O quadro a seguir compara etapas da mudança de residência comum e daquela promovida pelo reassentamento (Quadro 2.2).

Se, em acordo com os Behavioristas, a mudança de residência voluntária segue a sequência: *stress*, decisão por mudar e busca de moradia em acordo com o estilo

de vida dos indivíduos (no limite do modo como este indivíduo está inserido no mercado imobiliário), a mudança de residência em função do reassentamento tem uma organização diversa.

2.1 Modelo de mobilidade residencial



Fonte: Robson (1975) apud Knox (1987)

No mais das vezes este processo inclui as seguintes etapas: a decisão e planejamento da remoção e realocação dos moradores por parte do poder público e outros agentes interessados e envolvidos na realização do reassentamento; os promotores do processo abordam a comunidade a ser reassentada e, nesta fase, estão incluídos o processo de convencimento da população, a negociação e, finalmente, o cadastramento das famílias que serão reassentadas; a mudança propriamente dita para (geralmente) um conjunto habitacional; atualmente (com a mudança na concepção de reassentamento por parte das agências financiadoras) há a fase de pós-ocupação, período em que as instituições que promoveram o reassentamento criam meios de auxiliar a ocupação e adaptação da população à nova moradia.

2.2 Comparação entre mudanças de residência

"Natural"	Reassentamento
1. *Stress*	1. Identificação área de risco ou necessidade do uso da área pra outros fins
2. Decisão por mudar	2. Decisão por realizar o reassentamento
3. Escolha de residência em acordo com estilo de vida e poder aquisitivo	3. Planejamento das novas residências: escolha da área, concepção das casas, análise de custos *versus* benefícios
4. -	4. Abordagem da comunidade: convencimento e negociação da mudança
5. Reestruturação da vida	5. Reestruturação da vida

Elaboração: Fernanda Cristina de Paula

Pontos a se destacar para delimitar a diferença entre as mudanças de residências que ocorrem comumente e aquelas engendradas pelo reassentamento estão no fato de que nas que ocorrem comumente todo o processo é concebido e desenvolvido por aqueles que querem se mudar, pelos próprios indivíduos. Em contraponto, a mudança

em detrimento de reassentamento é uma política pública. Enquanto tal, este processo possui objetivos a serem alcançados e responsabilidade (por parte de seus promotores) quanto as suas consequências. Ao se realizar esta política, o resultado deve corresponder a melhorias que envolvem desde a vida dos indivíduos reassentados até um melhor (em comparação ao anterior) "ordenamento" urbano.

Sob a condição de política pública advém outra série de fatores que complexificam esta mudança de residência. (1) A ida para uma nova moradia não é uma iniciativa dos moradores; é uma iniciativa debatida e decidida pelo poder público e outras instituições envolvidas com o reassentamento. A decisão é alhures àqueles que vão mudar de residência. Os moradores não são incluídos na concepção, planejamento, construção e/ou localização de sua nova residência. (2) Principalmente no caso de reassentamentos para extinguir assentamentos desconformes do ponto de vista legal ou ambiental (favelas), o reassentamento é apresentado como uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico dos indivíduos. As pessoas são chamadas a se mudar num contexto de apoio social do poder público a suas condições de vida (pressupostas como precárias). Ainda, como a nova moradia é subsidiada pelo governo, há mecanismos de obrigação para que a pessoa continue morando na residência oferecida para o restante da vida; mormente, é proibida a venda ou locação desta residência. (3) E é necessário destacar que na maioria das vezes não é apenas um indivíduo que se muda, é o conjunto de pessoas, seus vizinhos (e as relações estabelecidas entre as pessoas) que são transportados para a nova área.

Um traço eidético da mudança de residência orienta esta pesquisa: mudar de casa (voluntariamente ou não) sempre corresponde a uma nova organização da vida em detrimento do novo espaço em que se reside. Deste ponto temos que todas e quaisquer consequências do reassentamento derivam desta reorganização (DE PAULA, 2009). Nas mudanças de residência que ocorrem comumente, os indivíduos podem

escolher esta base espacial em acordo com seu estilo de vida; nas mudanças em função de reassentamento a possibilidade de um espaço em acordo com o habitar dos indivíduos está sob controle dos agentes promotores da política pública.

Quão a questão da reestruturação da vida já foi levantada em análises de reassentamento? Como a dimensão espacial está presente no quadro teórico-metodológico destas análises? Como a questão do habitar auxilia na compreensão das conseqüências do reassentamento?

2.2 Reassentamento: dimensão espacial e habitar

Há reestruturação da vida porque a população reassentada tem uma nova base espacial a partir da qual constituem seu habitar. E é em consonância com a importância do espaço na reflexão do reassentamento que levantamos trabalhos que versam sobre esta política pública. Atentando àqueles voltados para estudos de caso e, principalmente, ao modo como estes trabalhos dão destaque à dimensão espacial do reassentamento.

Embora haja alguns pesquisadores mais voltados para a problemática do reassentamento, não há uma tradição de estudos consolidada ou esforços amplos de cunho teórico-metodológico sobre a política de deslocamento de famílias no Brasil. O que existe é uma diversidade de trabalhos, de diferentes disciplinas acadêmicas, que analisam casos de reassentamentos. Cônscios de que cada análise está comprometida com sua disciplina de origem, nosso interesse está, justamente, em como um dado principal (a dimensão espacial e o habitar) surge nestes diferentes estudos; e como eles discutem a reestruturação da vida (embora não utilizem este termo).

Dado que o espaço está no cerne do processo de reassentamento, difícil haver uma ausência completa da discussão deste nos trabalhos acadêmicos. De uma forma ou outra, concepções sobre espaço estão implícitas. Por exemplo, a análise dos reassentamentos em detrimento da construção da Hidrelétrica de Itaparica, realizada por uma equipe de economistas: dada a privatização da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), que concebeu e realizou os reassentamentos, foi solicitada a esta equipe diretrizes para a continuidade dos reassentamentos (SAMPAIO et al., 2001). Estes são analisados, sobretudo, através de dados que indicam potencialidade de desenvolvimento econômico para a população reassentada. Embora não haja um desenvolvimento teórico sobre a relevância da dimensão espacial para o reassentamento neste trabalho, dentro da perspectiva utilizada pelos economistas, o espaço é insumo. A mudança do espaço de moradia oferecendo novas possibilidades de crescimento econômico tanto pelo cálculo do potencial de produtividade do solo quanto por engendrar novos arranjos socioespaciais (divisão de terras mais justas entre as famílias).

Há trabalhos que apenas descrevem o reassentamento (FRANCO, 1998) e trabalhos que se abstém de uma discussão mais conceitual sobre o reassentamento para focar na construção de quadros comparativos entre o antes e o depois da política pública como os de Bastos (2007) e Mendes (2008). Neste último, a autora se preocupa com mudanças e permanências nas práticas agrícolas; sua dissertação se concentra na apresentação dos dados obtidos através da aplicação de questionários.

Mas há trabalhos em que a dimensão espacial está explícita na reflexão sobre o reassentamento. Nestes identificamos, principalmente, duas formas de discussão. A primeira é concernente às discussões sobre produção do espaço, realizadas, principalmente, nos estudos sobre reassentamento urbano. A outra forma são os trabalhos da antropologia; estudando processos de reassentamento de ribeirinhos em função de

construções de hidrelétricas. Estes estudos focam, de certa forma, o par temático “espaço e representação”.

A discussão sobre produção do espaço só aparece nas discussões que envolvem a cidade. A abordagem sobre a produção do espaço é utilizada para apresentar a dinâmica que engendra a necessidade de reassentamento. A partir de uma bibliografia (que inclui, principalmente, geógrafos), estes trabalhos se dedicam à explicação do quadro de segregação socioespacial na cidade, mobilizando discussões sobre exclusão social, pobreza, a origem de áreas de riscos e a necessidade/presença de políticas públicas.

O trabalho de Marta S. C. Pordeus que, dentro da temática de desenvolvimento urbano, procura avaliar os benefícios para a população reassentada do Projeto Beira Rio (em Recife), discute o quadro socioespacial da cidade:

> A pobreza estrutural do Recife, bem como das cidades brasileiras, resultante do modelo econômico excludente e concentrador de renda, traz as consequências da segregação espacial, da apropriação dos melhores espaços pela população mais favorecida e pela conformação do tecido urbano marcado por extensas áreas carentes de infra-estruturas e serviços básicos necessários a uma vida digna e com liberdade e direitos garantidos. O crescimento desordenado das cidades é a resultante espacial desse modelo de crescimento perverso, periférico e excludente (PORDEUS, 2006, p. 69).

A estrutura argumentativa destes trabalhos inclui (1) a atração de migrantes impulsionada pela industrialização das cidades associada à (2) ausência de planejamento urbano e à (3) lógica do mercado imobiliário como os principais responsáveis pelo contingente populacional vivendo em situações precárias de habitação. Deste ponto se originado a demanda por política pública como forma de resolução.

Estes trabalhos, se por um lado estão atentos à dimensão espacial na discussão sobre a necessidade de reassentamento, por outro lado, o peso desta dimensão é bastante diminuído na análise das conseqüências desta política pública.

Na análise da reestruturação da vida dos moradores, Pordeus (2006) o faz através da discussão de melhoria ou não dos capitais humanos, social-institucional e físico face ao reassentamento. O espaço, neste caso, é apenas mencionado para explicar a análise dos capitais; por exemplo, a autora toca rapidamente na questão da ausência de áreas de lazer nos conjuntos habitacionais como um problema no capital físico dos moradores.

Já o trabalho de Nalin (2007), a discussão sobre a reestruturação discorre mais explicitamente sobre espacialidade; entretanto, neste momento do trabalho, a autora deixa a perspectiva da teoria da produção do espaço e passa a discorrer sobre a dimensão espacial como esteio do sentimento de apropriação e pertencimento à nova moradia.

> [...] podemos dizer que o cenário que envolve o hábitat é complexo, relacional e não está atrelado somente à casa, mas estabelece outras imagens ou outros tantos espaços; isto é, pode ser associado à casa onde moramos, ao bairro, à escola, ao local de trabalho ao mesmo tempo, ao nosso próprio corpo, ao planeta Terra, ou ao cosmos. Por isso, o espaço é multiforme e expressa um conjunto de relações, sentimentos, percepções, valores, hábitos e costumes que revelam características de um grupo ou de um indivíduo (NALIN, 2007, p. 96)

Intercalando citações sobre o valor da casa (de Gaston Bachelard, Henri Lefebvre, Willian Shakespeare, por exemplo) com os relatos e respostas dos moradores ao questionário que aplicou, Nalin (2007) analisa as opiniões dos reassentados. Atenta para o espaço como algo que deve ser apropriado e pelo qual a pessoa deva ter um sentimento de pertencimento para que o morar se realize plenamente. Entre as discussões de reassentamento urbano que pesquisamos, é o único trabalho que toca explicitamente sobre habitar.

Outro grupo de trabalhos que apresentam dimensão espacial na discussão sobre esta política pública é o dos antropólogos; os quais têm estudado, sobretudo, o reassentamento de ribeirinhos em função da construção de hidrelétricas. A

relevância da dimensão espacial nestes trabalhos emerge das representações do papel do espaço para um determinado grupo sociocultural.

Ana L. Martins-Costa analisou o caso da barragem de Sobradinho. Em síntese, ela coloca que para os ribeirinhos:

> O espaço estava organizado segundo um conjunto de oposições homólogas, onde o alto e o seco se opunham ao baixo e ao molhado, como a caatinga se opunha à vazante. Dentro dessa lógica, os camponeses sempre se retiravam do baixo para o alto, do molhado para o seco, do lugar das casas (o povoado) para o lugar do retiro: partiam rumo à caatinga, buscando os locais nunca antes inundados (supostamente não inundáveis), onde pudesse permanecer em segurança até que as águas baixassem (MARTINS-COSTA, 1990, p. 63)

É a partir deste sistema simbólico que Martins-Costa discute os "desencontros" entre técnicos e ribeirinhos, que resultaram em uma série de problemas quanto à saída das famílias da beira do rio. O problema, de acordo com a autora, se originou dos distintos modos pelos quais os dois grupos socioculturais (técnicos e ribeirinhos) tinham de compreender e agir em relação ao espaço (MARTINS-COSTA, 1990). Nas abordagens da antropologia, a questão da dimensão espacial é expressa nestes estudos na medida em que o deslocamento de famílias corresponde à retirada/substituição da fonte de subsistência, da terra que eles sabem cultivar, do espaço onde está enraizado tradições. O espaço está dentro de um sistema simbólico que regula comportamentos, fundando um imaginário social. Através da metodologia de pesquisa observador-participante, as análises movimentam a questão espacial através das falas dos ribeirinhos.

Dentre os trabalhos dos antropólogos, a pesquisa de Rebouças (2000, p.31) tem a questão espacial mais amplamente desenvolvida:

> [...] quando se tematiza o deslocamento em si, a problemática que emerge é a do espaço, sua apropriação, uso e representação. Uma forma de refletir sobre os desdobramentos de uma ação planejada

> [reassentamento] no nível das relações sociais é eleger a categoria de espaço como norteadora do convívio de diferentes ordens culturais...

A autora discorre sobre a reestruturação da vida (embora não utilize este termo) dos ribeirinhos em função do reassentamento apontando que o descompasso entre o planejado pelos agentes promotores do reassentamento e o vivido pelos moradores está nas diferenças na concepção de espaço entre estes dois grupos.

Rebouças (2000) detalha como esta diferença na concepção do espaço se consubstancia descrevendo as problemáticas engendradas pelo reassentamento na organização espacial dos ribeirinhos. Ao discutir questões sobre o espaço da casa, os domínios casa-quintal e roça-pasto e o espaço do bairro rural apresenta como se deu a reestruturação da vida dos reassentados em função do reassentamento.

De certo modo, a discussão espacial está presente na maioria das análises de reassentamento, mas poucos atentam à importância crucial do espaço nesta política pública ou/e insere-o nos seus corpos teórico-metodológicos. Análise de capitais, estudos comparativos, análises de discursos são manejados para acercar alguns pontos da reestruturação, mas poucos tratam de forma mais abrangente esta reestruturação, atentando ao morar e ao papel do espaço nesta. De muitas formas, nosso intento se assemelha ao que Rebouças (2000) realizou: a autora não apenas discute as consequências do reassentamento para os moradores, mas, a partir disto, elucida as matrizes das relações entre ribeirinhos e espaço.

Acreditamos que o caminho para a elucidação da reestruturação da vida dos reassentados do Jd. São Marcos esteja na compreensão da articulação entre os moradores, o espaço e o habitar. Isto porque a reestruturação da vida tem seu cerne na mudança da configuração espacial na qual está a residência. Os indivíduos e as famílias tinham seus movimentos cotidianos, suas relações sociais, suas atividades

econômicas organizadas (estruturadas) em acordo com a configuração do espaço da casa e do entorno desta; em função desta configuração espacial e da dinâmica do lugar onde se localiza sua morada os indivíduos organizam suas vidas. Ganha relevância, portanto, compreender como se desenvolve o habitar no novo espaço de residência para apreendermos as conseqüências do reassentamento.

Em um primeiro momento, podemos aventar que o habitar é uma ação cotidiana, concernente à estabilização dos indivíduos e famílias em uma dada porção do espaço, mormente, mediante uma edificação que serve de abrigo. Ao habitar, se centraliza atividades e valores, a casa se tornando o ponto zero a partir do qual as pessoas interagem com o restante da sociedade e do espaço.

Mas como acercar as mudanças que ocorrem no cotidiano, em função da mudança de casa? Como apreender os sentimentos, opiniões, valores que surgem em função deste novo espaço do habitar? Como derivar conhecimento científico da vivência que os indivíduos têm neste espaço?

Na Geografia houve o desenvolvimento de um corpo teórico-metodológico afeito à compreensão da vivência e experiência humana do espaço, que se orienta pela Fenomenologia e é esta a abordagem utilizada neste trabalho. No capítulo seguinte discutimos esta abordagem, discorremos sobre o que ela pode oferecer para a compreensão do espaço, habitar e reestruturação da vida em função do reassentamento e apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, realizada junto aos moradores reassentados do Jd. São Marcos para o Jd. Real.

CAPÍTULO 3

PARA APREENDER ESPAÇO, HABITAR E REESTRUTURAÇÃO DA VIDA: GEOGRAFIA E FENOMENOLOGIA

3.1 Fenomenologia e ciência

Embora o termo Fenomenologia já tivesse sido usado antes, foi Edmund Husserl (entre final do século XIX e início do XX) que deu ao termo um sistema filosófico; o qual passou a ser conhecido também como Fenomenologia Pura. No decurso de compreender como o conhecimento transcendental se realiza, Husserl apresenta a idéia de fenômeno e, a partir deste, o modo como o ato cognoscente humano se realiza. Embora não fosse seu intento primeiro, suas formulações sobre como o sujeito conhece o mundo acaba por assumir um caráter ontológico, o qual promove a adoção da Fenomenologia por diversas disciplinas acadêmicas (LYOTARD, 1986; DARTIGUES, 2005).

Etimologicamente, fenômeno é aquilo que aparece. Para a Fenomenologia, esse aparecer se realiza exatamente na relação entre o sujeito e o objeto. O mundo (o horizonte material e imaterial das coisas com as quais lidamos) nos aparece, nos é irredutível, o mundo é flagrantemente verdadeiro, pois resiste à nossa vontade. E este ponto é importante, pois coloca a Fenomenologia, no interior das posições da Teoria do Conhecimento, como contrária ao psicologismo e ao idealismo, onde a realidade só existe porque nós a formulamos[7]. Mas o sujeito não é passivo, ele é volitivo: ao lidar com o mundo, com as coisas, doa a estas um sentido. Cada coisa do mundo, cada objeto é apreendido pelo sujeito dentro de uma estrutura de significados[8] (intencionalidade). É desta

[7] Marandola Jr. (2005a) discute a posição da Fenomenologia dentro da Teoria do Conhecimento e suas conseqüências para a Geografia.

[8] Portanto, a Fenomenologia não partilha de um empirismo ingênuo (HESSEN, 2003). O ato cognoscente não se origina apenas do objeto, a volição do sujeito tem seu papel na cognição do objeto.

relação entre objeto e sujeito que aparece o fenômeno (HUSSERL, 1986; LYOTARD, 1986; DARTIGUES, 2005). A realidade, tal como a vivemos, é constituída por fenômenos.

O mundo é fenomênico. No entanto, no mais das vezes, pouco atentamos aos preceitos, às estruturas de significados que doamos aos objetos. Vivemos no que Husserl chama de atitude natural (HUSSERL, 1986): a atividade cognoscente tende a considerar as coisas como dadas, a não questionar idéias preconcebidas, ao fato de que há uma estrutura de significados que condiciona o modo como vemos as coisas, que estão no cerne do modo como refletimos e, consequentemente, esteiam nosso conhecimento científico. Diante disto, Husserl atenta que a Fenomenologia tem a tarefa de ser a ciência das ciências, na medida em que se volta para a elucidação da constituição dos fenômenos, para a superação da atitude natural, proporcionando maior rigor à atividade científica. A tarefa da fenomenologia é retornar às coisas nelas mesmas (LYOTARD, 1986; PICKLES, 1988; DARTIGUES, 2005).

Esta última expressão congrega o mote da Fenomenologia. Retornar às coisas nelas mesmas corresponde ao fato de que existe um conhecimento imanente a cada fenômeno: imanente, pois é aquele conhecimento que norteia sua constituição, é aquela relação entre sujeito-objeto ao qual pouco estamos cônscios. Para um conhecimento primeiro do fenômeno não é necessário recorrer a teorias ou outras fontes de conhecimento transcendentes, exteriores ao fenômeno; é necessário, apenas, fazer perguntas regressivas que permitam a elucidação de sua constituição, de sua essência: que clarifiquem a relação entre a irredutibilidade do objeto e a volição do sujeito. Isto é retornar sobre o próprio fenômeno.

> A tarefa da fenomenologia será, pois, analisar as vivências intencionais da consciência para perceber como aí se produz o sentido dos fenômenos, o sentido deste fenômeno global que se chama mundo. Trata-se, para empregar uma metáfora aproximativa, de distender o tecido da consciência e do mundo para fazer aparecer seus fios, que

> são de uma extraordinária complexidade e de uma arânea fineza (DARTIGUES, 2005, p. 26).

Retornar ao fenômeno é tentar compreender como, no encontro entre a consciência e objeto, o mundo recebe sentido; esclarecer como o mundo nos é inteligível, o porquê de assim o viver e entender. Diante do fenômeno a postura fenomenológica implica no questionamento: por que este fenômeno assim se apresenta? O que na relação sujeito e objeto faz com que este fenômeno assim nos apareça? O mundo é fenomênico. E é a partir do retorno às coisas nelas mesmas que podemos apreender traços essenciais dos fenômenos, a constituição de nossa realidade.

A Ciência por ser uma tarefa de produção de conhecimento parcelar da realidade, não dá conta (e nem é seu intento) de produzir um conhecimento universal desta (HESSEN, 2003). Ainda que não necessariamente refletida pelo pesquisador, toda atividade científica é esteada por um paradigma filosófico. Este, responsável por um sistema de pensamento direcionado para um conhecimento intelectual e universal (HESSEN, 2003), provê a Ciência com uma reflexão sobre a constituição da realidade e, por consequência, modos de construir um conhecimento científico válido sobre ela. Portanto, o sistema filosófico orienta a teoria, o método e a metodologia que compõe a atividade científica.

A produção de conhecimento científico orientada pela Fenomenologia incorpora o estatuto ontológico desta (o mundo é fenomênico) e a postura necessária para conhecer o mundo (o retorno às coisas nelas mesmas). Da atividade científica orientada fenomenologicamente podemos destacar alguns pontos:

- A relevância da vivência e experiência: vivência expressa nossa interação com o mundo. Experiência é o conhecimento intuitivo gerado por esta interação. A vivência é plena, é o devir; a experiência é o que apreendemos e internalizamos deste devir. Chamamos isto

de conhecimento experiencial. É na vivência que os fenômenos surgem; e é a partir da experiência que a produção científica pode acercar sua constituição.

- Valorização de elementos envolvidos na vivência e experiência: elementos tais como emoções, sentimentos, valores, memória, aparência das coisas, suas formas, seus papéis para o indivíduo. Há uma atenção especial em compreender o modo como os fenômenos aparecem e as estruturas de significados associados a estes.

Posturas e métodos que direcionem o pesquisador para o retorno das coisas nelas mesmas: Husserl desenvolveu métodos e indicou posturas para tal, que têm sido incorporados à metodologia científica para acercar a constituição dos fenômenos. Entre os métodos estão a variação eidética (que consiste na variação imaginária de características do fenômeno para encontrar aquelas que, se não presentes, descaracterizam-no; e se o descaracteriza é porque pertence à essência do fenômeno) e a arqueologia fenomenológica (que corresponde a uma atitude intelectual regressiva, que faz perguntas ao fenômeno até retornar ao seu sentido primeiro). A postura fenomenológica na prática científica inclui, por exemplo, a atenção ao modo como os objetos aparecem, a atividade de descrições detalhadas dos objetos, a suspensão de preceitos ou/e teorias explicativas do fenômeno, o intuito de deixar que o fenômeno revele-se em si mesmo, as perguntas regressivas, a atenção à correlação sujeito-objeto.

Assim, as pesquisas orientadas fenomenologicamente passam a valorizar temas, teorias e métodos que: permitam a compreensão da vivência e apreensão da experiência (e, consequentemente, dos fenômenos), foquem o modo como sujeito e objeto se correlacionam, discutam as formas como os indivíduos dão sentido ao mundo.

Entretanto, por demandar uma abordagem que valorize o indivíduo (sua subjetividade, opiniões, valores), muitas vezes trabalhos orientados fenomenologicamente geram certa "desconfiança" e crítica em relação à possibilidade de um conhecimento objetivo do real. Há mesmo certa confusão entre aqueles que conhecem pouco sobre Fenomenologia, associando-a ao psicologismo e ao idealismo. A Fenomenologia figura, justamente, como uma tomada de posição diferente tanto do idealismo e psicologismo quanto do empirismo ingênuo (HESSEN, 2003; MARANDOLA JR., 2005a). É na própria consideração da correlação sujeito-objeto que repousa a não consonância da Fenomenologia em relação a estas posturas; mesmo, é nessa correlação que repousa a objetividade da perspectiva fenomenológica.

Retomando esta correlação temos: embora a consciência seja intencional/volitiva, ao apreender os objetos dentro de uma estrutura de significados, ela não doa sentidos aleatoriamente; os objetos não são uma tabula completamente rasa, esperando pelos significados. O mundo, as coisas resistem ao ser; a evidência disto está no fato de que mesmo que a consciência seja volitiva e cada indivíduo possa atribuir diferentes significados ao objeto (subjetividade), nós nos comunicamos eficazmente sobre o mundo; ou seja, há estruturas de significados coincidentes entre vários indivíduos, que faz possível que o mundo não seja apenas mundo-para-mim, mas também o mesmo mundo-para-os-outros. Mesmo havendo a contingência (dada a subjetividade, dadas as condições do ser-no-mundo) na constituição do fenômeno, há significados coincidentes: isto é intersubjetividade. A intersubjetividade expressa os traços essenciais do fenômeno (aquilo que lhe é inerente e sem o qual o fenômeno não seria o que é). É na intersubjetividade que está a universalidade do fenômeno, a objetividade do conhecimento fenomenologicamente orientado e seu critério de verdade (SCHUTZ e LUCKMANN, 1973; HUSSERL, 1986; LYOTARD, 1986; DARTIGUES, 2005; HESSEN, 2003).

A produção de conhecimento científico orientado fenomenologicamente já tem sido desenvolvida na Geografia. Desta perspectiva geográfica, temos a apreensão e compreensão da relação homem-meio a partir da vivência e conhecimento experiencial dos indivíduos, a busca por uma geografia que se realiza ao "rés do chão": intrínseca ao cotidiano, intrínseca ao modo como o homem vive e concebe o mundo. É a partir desta perspectiva geográfica que esperamos apreender as mudanças que ocorrem no cotidiano, em função da mudança de residência e discutir a reestruturação da vida em função do reassentamento.

3.2 Geografia e fenomenologia: o espaço a partir da experiência

No século XX, geógrafos passaram a atentar para uma diversidade de fatores, comumente não explorados pela disciplina geográfica, mas que influíam na relação homem-meio. Estes fatores são, sobretudo, aqueles que caracterizam o humano enquanto tal (valores, emoções, sentimentos, sensações, percepções, experiências), mas que os paradigmas científicos não abordavam, de um modo geral. A retomada destes fatores que definem o homem enquanto tal tem sido conhecido como movimento humanista em Geografia (AMORIM, 1978; 2000; BALLESTEROS, 1992; BUTTIMER, 1985; TUAN, 1985; GOMES, 1996; MARANDOLA JR., 2005b), apresentando uma nova epistemologia para a reflexão geográfica (LOWENTHAL, 1985). Tomou-se consciência de que a relação entre espaço e homem tem uma intrisicidade cujo extremo é o fato de que o homem é de acordo como o espaço em que existe: geograficidade (DARDEL, 1952).

Em outras palavras, parte da geograficidade do homem estava à margem do conhecimento geográfico científico. John K. Wright explanou sobre isto no seu discurso presidencial da Associação Americana de Geógrafos, em 1947, atentando que se os

geógrafos podiam afirmar que todas as terras já eram cógnitas, havia, ainda, um conhecimento experiencial rico que ainda mantém as terras incógnitas (WRIGHT, 1947).

Uma das formas de acercar esta geograficidade humana, que pouco foi explorada anteriormente, está no resgate da experiência do espaço. É a partir desta que Geografia e Fenomenologia se unem; a primeira por buscar a experiência humana para clarificar a realidade geográfica, a segunda por oferecer modos de apreensão e compreensão desta experiência. John Pickles, ao realizar uma ampla discussão sobre Fenomenologia e Geografia, atenta para a tarefa do geógrafo orientado por este sistema filosófico:

> In such a world phenomenology takes on the role merely of an archeology, where in the hidden layers are investigated to reveal the hidden artifacts of everyday geographical experience. Geographical experience is prior to geographical science – ontologically and historically – in its broadest perspective, as 'formal' geography. Formal geography is a thematization of the experience. Phenomenology is the act of recovering and mediating that original geographical experience. Such a position (if a tenable description of the state of affairs) has immediate consequences for the interpretation of phenomenology. As archaeology its principal aim retrieval. Abstraction and reduction are redundant since that experience (as geographical) exists prior to scientist's attention to it. The geographer's work task is to describe it (naively in the natural attitude) (PICKLES, 1985, p. 43 – grifos do autor).

No nosso devir diário já existe uma geografia, que é anterior à disciplina geográfica. Cumpre ao geógrafo acercar esta experiência geográfica presente na nossa atitude natural, revelar a constituição dos fenômenos presentes nesta experiência. Para ter acesso a esta experiência geográfica duas categorias receberam especial atenção: a paisagem e o lugar. A releitura destas a partir de uma perspectiva fenomenológica tem sido considerada uma renovação na reflexão geográfica em geral (ENTRIKIN, 1991; HOLZER, 1997; 1998; MELO, 2001; MELLO, 2001). Nesta pesquisa trabalhamos com a categoria lugar, resignificada pela Fenomenologia. Yi-Fu Tuan, um dos expoentes da Geografia Humanista, atenta:

> Place, however, has more substance than the word location suggests: it is a unique entity, a “special ensemble”; it has a history and meaning. Place incarnates the experiences and aspirations to a people. Place is not only a fact to be explained in the broader frame of space, but it is also a reality to be clarified and understood from the perspectives of the people who have given it meaning. (TUAN, 1979, p. 387)

O lugar, categoria de menor extensão areal, não é apenas um ponto, uma localização ou um nó em uma rede. Esta extensão areal é intimamente conhecida e vivida por indivíduos, ela encarna as experiências geográficas deles, dota esta porção de espaço de significados. O lugar é expressão da relação mais estreita entre o homem e o espaço (TUAN, 1979; HOLZER, 1997; 1999; MELLO, 2001). E a partir da categoria lugar, que congrega a experiência geográfica dos indivíduos, é que podemos observar as relações entre homem e espaço que constituem o habitar.

Na nossa abordagem geográfico-fenomenológica é o trabalho de campo que operacionaliza a categoria lugar; e o trabalho de campo orientado fenomenologicamente recebe uma metodologia específica. Procurando clarificar a experiência que se concretiza em determinada porção espacial, valoriza o modo como os indivíduos interagem com o lugar e o concebe; se caracterizando, portanto, como metodologia qualitativa. Este tipo de metodologia científica está em acordo com o paradigma de pesquisa que admita a multiplicidade do pensar e agir humanos; se distinguindo por exercitar uma abordagem compreensiva e/ou interpretativa do objeto de estudo, que apreenda como os indivíduos (e suas possibilidades múltiplas de pensar e agir) se relacionam, constroem, visam o objeto de estudo (CHIZZOTTI, 2006).

Assim, ao abordar o lugar e discutir habitar e reestruturação da vida temos:

A base teórica: fenômenos geográficos se constituem exatamente na relação sujeito e espaço; no caso desta pesquisa devemos abordar e apreender o habitar através desta relação.

O meio para operacionalizar esta teoria: para abordar esta relação focamos os elementos que orientam a vivência do espaço; isto se realiza através do trabalho de campo, que busca apreender as experiências de habitar no Jd. São Marcos e no Jd. Real.

A postura reflexiva: tomamos uma postura regressiva em relação aos fenômenos presentes nesta vivência, levantados em campo. Diante dos fenômenos, procuramos retornar às coisas nelas mesmas.

O trabalho de campo é o procedimento principal para exercitar o percurso investigativo acima. A seguir passamos a discutir as etapas que este campo envolve, os modos escolhidos para acessar a experiência concretizada no lugar, detalhando a pesquisa realizada em Cubatão.

3.3 Trabalhos de campo no Jd. São Marcos e Jd. Real: experiências do habitar

O trabalho de campo é uma ferramenta metodológica própria da disciplina geográfica. Na compreensão de geografias, o ponto de partida para discussão, o meio utilizado para reflexão e mesmo a verificação de hipóteses passam pelo trabalho de campo: encontro do pesquisador com o espaço que lhe é objeto de pesquisa. Esta ferramenta metodológica foi base para as produções monográficas da Geografia Tradicional, pouco difundida nas produções da Geografia Nomotética e da Geografia Crítica, mas volta a ter papel crucial nas produções geográfica orientadas fenomenologicamente (DE PAULA, MARANDOLA JR., HOGAN, 2005).

Em acordo com os estudos orientados pela Geografia Humanista que temos desenvolvido, os trabalhos de campo se dividem em duas fases: os campos exploratórios e, após uma sistematização das informações, revisão bibliográfica e

levantamento de hipóteses, são realizados trabalhos de campos operacionais (MARANDOLA JR., 2003).

Na fase exploratória, o principal objetivo é explorar o lugar com uma postura aberta (que implica colocar entre parênteses os conhecimentos que se tenha *a priori)*, buscando um conhecimento experiencial, sem direcionamentos pré-estabelecidos, para que o lugar se revele em si mesmo. Deste modo, ganha relevância a exploração do bairro pelo caminhar e a realização de entrevistas não-diretivas com aqueles que ali vivem para alcançar um conhecimento empírico (atentando para a especificidade da configuração espacial que orienta o lugar) e conjuntivo (na medida em que se pauta na intersubjetividade).

O primeiro campo em Cubatão foi realizado em julho de 2008, com duração de 7 dias. Neste exploramos diversos bairros de Cubatão e tivemos o primeiro contato com o Jd. São Marcos e com o Jd. Real. No Jd. São Marcos encontramos um bairro (uma unidade socioespacial) recém desarticulada, com praticamente todas as casas demolidas. O morador que resistiu ao reassentamento e mesmo aqueles que se mudaram, mas retornavam para exercer atividades econômicas atestavam a reestruturação negativa da vida em função da política pública. Tendo se deparado com o Jd. São Marcos, nos dirigimos para o Jd. Real; no caminho para este, dentro do ônibus, encontramos a moradora que atentou para a reestruturação positiva de sua vida em função da mudança de residência.

Mas, foi somente nos dois campos (de 3 e 4 dias cada) em Maio de 2009 que tivemos contato mais estreito como Jd. Real. O fato de ser uma cidade que recebeu número considerável de equipes de pesquisa na década de 1980, somado a recente ação de gerir o problema habitacional na cidade que implica na visita de técnicos, pesquisadores e fiscais pelos bairros, fazem dos moradores pessoas desconfiadas e saturadas de

abordagens de estranhos, tornando-os relutantes na participação de pesquisas. Foi necessário entrar em contato com a Presidente da Associação de Moradores do Jd. Real, a Rose, para ter um acesso mais livre ao espaço do conjunto habitacional e aos seus moradores. Nestes campos, realizamos entrevistas e conversas com pessoas que nos ajudaram na compreensão do reassentamento: funcionários do recém-criado Departamento de Habitação da PMC; os especialistas envolvidos no processo de pós-ocupação: o assistente social da PMC e a equipe contratada, constituída por uma assistente social, duas arquitetas e um engenheiro; e Rose, a presidente da associação de moradores.

No campo de 4 dias em Junho de 2009 realizamos uma série de entrevistas com moradores do Jd. Real, procurando levantar suas histórias de vida, o que era morar no Jd. São Marcos e como pensavam a mudança e vivência no Jd. Real.

Após os trabalhos de campo exploratórios, vem a realização de tratamento das informações neles colhidas – principalmente na forma de releitura dos diários de campo, levantamento, discussões e problematizações acerca do que foi apreendido. São particularmente importantes os elementos que, no caso, nos direcionam para a compreensão da experiência do lugar. Estes procedimentos se enquadram no conceito de arqueologia fenomenológica. Uma reflexão regressiva em relação aos processos que orientam o fenômeno (no caso, aqueles envolvidos no habitar e na reestruturação da vida dos reassentados), buscando traços que lhe são inalienáveis (intersubjetivos). A partir disto, realizamos uma revisão bibliográfica específica, relativa aos assuntos demandados pelo campo e pela reflexão sobre ele.

Realizada esta etapa, retorna-se ao campo, que ganha um caráter mais operacional. Tendo os dados já trabalhados e as hipóteses levantadas, o trabalho de campo tem uma postura mais diretiva, na busca de refinar as primeiras considerações. Ao

invés da exploração livre, o campo se concentra em locais específicos e as entrevistas são retomadas, ambos com o objetivo de cercear elementos que se relacionem, direta ou indiretamente, com as hipóteses levantadas.

Alguns obstáculos (como a impossibilidade de ter um quadro mais específico sobre a experiência do Jd. São Marcos, já destruído; ou o fato de não conseguirmos tornar as entrevistas não-diretivas) afetaram o acesso ao conhecimento experiencial dos moradores e, consequentemente, o avanço na discussão intentada por este estudo. Diante disto, procuramos realizar campos mais operacionais, utilizando um modo específico para levantar a discussão espacial nas entrevistas.

Assim, em Novembro de 2009, retornamos a campo para uma nova série de entrevistas. Nestas, levamos fotos de satélite de ambos os bairros, do Jd. São Marcos (antes da demolição da maioria das casas) e do Jd. Real. Durante a entrevista, pedíamos aos moradores que apontassem os lugares freqüentados e os caminhos realizados em ambos os bairros, conversando sobre os bairros e comparando-os.

Foi durante um dos trabalhos de campo que ocorreu certa compreensão, a qual permitiu a articulação entre diferentes informações que antes pareciam dissociadas. Neste campo, notamos um dado intersubjetivo no conjunto de experiências dos reassentados: a casa no Jd. São Marcos, para todos, era mais adensada do que a do Jd. Real. Mais densa no sentido de valores, sentimentos e atividades promovidas ou permitidas por aquele lugar. Foi esta observação que nos levou à maior atenção para o fenômeno habitar e que resultou no intento de compreender como o habitar se realiza no Jd. Real e resgatar como se realizava no Jd. São Marcos (assunto do capítulo a seguir).

CAPÍTULO 4

DO JD. SÃO MARCOS AO SENTIDO DA CASA: VIVER EM RISCO?

4.1 Viver em risco?

O projeto de reassentamento dos moradores do Jd. São Marcos apresenta a necessidade desta política pública como combate a um "urbanismo de risco". Termo da arquiteta-urbanista, Rachel Rolnik, "urbanismo de risco" indica aquela urbanização que produz um espaço de vivência com condições instáveis, que coloca os indivíduos em uma situação de marginalidade espacial e social, implicando em condições pouco dignas e mesmo perigosas de vida urbana. Frente a este quadro, é imputado ao poder público a responsabilidade de dirimir áreas marcadas por esta urbanização de risco (GOVERNO FEDERAL; SEDU; CAIXA, 2007).

Esta precariedade em relação ao Jd. São Marcos estava relacionada a dois fatores: (1) a sua configuração espacial e (2) sua localização no município. Quanto à configuração, o Jd. São Marcos tinha um conjunto de casas feitas de madeiras, compensados de madeira, papelão, lona (que lhe rendeu a alcunha de Favela de Papelão); era marcado também pela ausência ou instabilidade da infra-estrutura urbana: ruas sem asfalto, ausência de iluminação pública, de água encanada, sem escolas, sem unidades de atendimento à saúde e outros serviços públicos ou comerciais nas proximidades. Quanto à localização, o Jd. São Marcos estava entre indústrias produtoras de fertilizantes; próximo à antiga Vl. Parisi, já dividiu com este antigo bairro a pilhéria de que aos finais de semana aquelas áreas não possuíam sol, pois eram os dias escolhidos pelas indústrias (na década de 1980) para lançarem certos materiais particulados pelas chaminés, que escureciam o

céu desta área (PINTO, 2005). Além disso, estas indústrias lidam com gás amoníaco, que em altas quantidades no organismo humano é tóxico.

Da conjunção destes fatores, junto do perfil socioeconômico (predominância de famílias com renda pequena, que tornava mais aguda a questão de sua precariedade), o Jd. São Marcos foi classificado como área de risco. Neste contexto, do ponto de vista do poder público, a forma de dirimir esta condição de vida estaria na realização do reassentamento.

No caso do reassentamento do Jd. São Marcos, o argumento principal para a proposta de reassentamento para os indivíduos está na precariedade da moradia e a possibilidade de melhorar a vida com a mudança para uma casa estável e localizada em uma área consolidada da cidade. Não há como negar a precariedade consubstanciada no Jd. São Marcos: a dependência de diversos benefícios (do transporte gratuito para as crianças irem à escola ao almoço gratuito oferecido pela ONG instalada ali), o certo resguardo no andar à noite pelo bairro sem iluminação pública, o risco do barraco se deformar ou cair frente a uma tempestade, as grandes distâncias de serviços públicos e privados.

Entretanto, nos perguntamos: morar no Jd. São Marcos se resume a este conjunto de precariedades? Se assim o fosse, o oferecimento da casa própria, fisicamente estável, e uma nova localidade para morar seriam suficientes para um resultado perfeito do reassentamento. Mas, pensar o Jd. São Marcos apenas como um espaço marcado por precariedades não nos ajuda a apreender uma série de questões. Por exemplo, no que tange a reestruturação da vida dos reassentados, se destacam as seguintes questões: por que há parcelas de indivíduos satisfeitos com o reassentamento e parcela de insatisfeitos? Por que há agravamento da pobreza de algumas famílias em função do reassentamento? Por que, apesar do bairro consolidado ao lado da nova moradia, pouco o freqüentam,

geralmente mantendo o costume de recorrer ao centro da cidade? Por que não usufruem do rio, das praças e mesmo da unidade básica de saúde próximos à nova moradia? Por que muitos moradores ainda nutrem o devaneio de retornar ao Jd. São Marcos? Refletir e desenvolver o reassentamento focando apenas o oferecimento do abrigo pouco elucida as questões levantadas. Uma outra matriz de reflexão sobre esta ação pública e sobre a vida urbana se torna necessária para compreender esta situação.

Para tanto, é preciso ir além do olhar o Jd. São Marcos como área de risco, apenas como uma porção do espaço marcada pela precariedade. O Jd. São Marcos era uma unidade do morar (com dinâmicas sociais, elementos espaciais) a partir da qual os indivíduos reassentados comparam, concebem, vivem, lidam com o novo bairro, o Jd. Real. Na compreensão do morar no Jd. São Marcos podemos iniciar a apreensão de fatores da vida urbana (aquém da visão do bairro como área de risco) que entraram em xeque com a mudança de residência e que nos ajude a compreender as problemáticas relacionadas ao reassentamento das famílias.

Este capítulo trata sobre a experiência de morar no Jd. São Marcos. A partir dos trabalhos de campo, procuramos apreender o Jd. São Marcos a partir daqueles que ali viveram e que foram reassentados. Com base nestes é que nos deparamos com um dado da vida urbana a ser considerada na compreensão e reflexão do reassentamento, qual seja, o sentido do habitar.

4.2 O Jd. São Marcos: liberdade

"Disseram que é área de risco. O único risco que a gente tinha era de cobra morder o calcanhar."
Morador do Jd. São Marcos

Um morador disse que, antes de ser chamado de Jd. São Marcos, ali era chamado de Vila Maracangalha; afirmou que o bairro é anterior às indústrias e que está ali há, mais ou menos, 40 anos.

Em julho de 2008, ao descer do ônibus que para junto ao Jd. São Marcos, encontramos as borracharias, o boteco, os caminhões estacionados na rua como entrada do antigo bairro. Nesta rua estão também as entradas de duas das indústrias que compõe esta parte do parque industrial da cidade. Há apenas uma rua entre as borracharias e o boteco que leva ao interior do bairro. Caminhando por esta encontramos a venda do Português, com arquitetura que remonta a metade do século passado; dos dois lados desta rua, alguns galpões, todos com as portas fechadas. A rua se divide em duas, nestas ainda havia algumas casas em pé (com marcações da PMC nas paredes e fitas de atenção, para isolá-las), casas vazias, e há um conjunto de duas ou três casas ainda ocupadas, sem as fitas. Quanto mais se distanciava deste começo do bairro maior era o número de casas demolidas, restando somente os escombros e animais domésticos, que vagueavam por ali. Algumas casas eram de alvenaria, muitas eram de materiais reaproveitados (papelão, lona, pedaços e compensados de madeira). Ao redor destas ruas, há mata e, muito próximas estão as indústrias (as fumaças lançadas pelas chaminés faziam com que o céu tivesse uma tonalidade branca constante). Atrás das indústrias, as serras que ladeiam o município. Ao fim do bairro está o Rio Mogi, onde funcionava um pequeno (e não institucional) porto de areia (Figura 4.1). Este foi o bairro que encontramos um mês após o reassentamento e nos perguntamos: como era morar neste lugar?

Nas entrevistas ou nas conversas com os moradores do Jd. Real, tentamos resgatar como era a vida no Jd. São Marcos. Um ponto de partida importante para este resgate é um saudosismo (expresso pela maioria dos entrevistados) da liberdade que tinham.

4.1 Jd. São Marcos

1 Ponto de ônibus
2 Porto de Areia
3 ONG
4 Padaria

Fonte: Google Earth **Elaboração**: Fernanda Cristina de Paula

O termo liberdade é recorrente, um qualitativo atribuído ao Jd. São Marcos. Que liberdade é essa? Que ações ocorriam neste espaço que, em conjunto, são expressos como liberdade? Que cotidiano, que conteúdo da vivência no Jd. São Marcos se congregam na palavra liberdade? Qual a causa desse saudosismo? Por que esse valor positivo? A referência recorrente à liberdade e, mesmo, o devaneio constante de retornar ao Jd. São Marcos e retomar esta liberdade encaminha a compreensão sobre como era viver no neste bairro.

Moradores mais antigos atentam: o loteamento do Jd. São Marcos foi anterior à instalação das indústrias. Provavelmente isto explica o caráter morfológico distinto deste bairro em relação às outras áreas de risco (sob intento de reassentamento e reurbanização) da cidade.

Diferentemente, por exemplo, das Cotas, Morro do Marzagão e do Pica-Pau Amarelo, da favela próxima à Vl. Fabril (todos bairros em encostas) ou da Ilha Bela, Vl. Esperança, Vl. Natal ou Vl. dos Pescadores (bairros sobre os mangues, casas de palafitas ou próximas das cheias da maré), o Jd. São Marcos se situava em uma planície, próximo ao Rio Mogi, mas distante de manguezais.

Embora ocorressem pequenas inundações, dois fatores morfológicos distinguiam este bairro de outros em áreas de risco: 1) a estabilidade do terreno de planície; 2) a não aglomeração das casas (as residências não eram uma ao lado das outras, muro com muro)

A estabilidade da planície permitiu a plantação dos antigos bananais (meados do século passado) e a existência de seus remanescentes, que ofereciam frutos à pessoas que moravam ali até recentemente, contam os moradores. Esta estabilidade e também a dispersão das casas permitiam que os moradores cultivassem hortas e

possuíssem pomares, criassem animais (patos, galinheiros que ofereciam ovos e carne e, mesmo, há relato de morador que possuía vacas leiteiras).

Em outras palavras, a liberdade começa aqui: tanto na possibilidade de cada um desenvolver suas próprias atividades; quanto na não aglomeração, nas casas algo distantes uma das outras, sem parede encostada à parede do vizinho. A recorrência ao termo liberdade como noção positiva que caracterizava o morar no Jd. São Marcos, na fala dos indivíduos, mormente veio relacionada com o ter um pedaço de terra (o quintal) e a possibilidade do cultivo e criação de animais neste, do pegar frutas na mata e poder estender pelo quintal suas atividades. Assim como se relaciona a um poder "vaguear" pelas ruas do bairro: ir a casas dos amigos, a possibilidade de qualquer ponto das ruas ser espaço de encontro e conversa, espaço de sociabilidade. Ou ainda, o termo é relacionado à existência da possibilidade de ir ao rio a qualquer momento, fazer churrasco junto a sua margem ou apenas ir se refrescar em dias quentes. O rio é constantemente lembrado por moradores, pela possibilidade de pesca (por diversão ou sustento), assim como fonte de renda para aqueles que trabalhavam no pequeno porto de areia. Uma moradora destacou, especificamente, a falta que o rio lhe faz, ao ponto de negar a nova residência em função da ausência deste[9].

Há um paralelo aqui entre duas noções liberdade e possibilidade. A palavra liberdade na fala dos moradores consubstancia a possibilidade de diversas atividades, o espaço permitindo/promovendo estas atividades. Dentre estas possibilidades é necessário destacar o papel das indústrias que contribuíam para uma outra característica do morar no Jd. São Marcos: os benefícios.

[9] Gratão (2007) apresenta como o lugar-rio participa do homem sertanejo, conformando uma geograficidade. Na fala de moradores reassentados, também encontramos esta ligação íntima com o rio e o peso desta ligação para o modo como enfrentam e pensam a nova moradia.

Em meados da década de 1990, ocorreu um vazamento de gás amoníaco de uma das indústrias ao lado do Jd. São Marcos. O morador que contou o caso atesta que o desespero foi geral. Tendo o vazamento ocorrido durante a noite, foi necessário acordar vizinhos, as pessoas não sabiam pra onde correr, e mesmo chegaram a fugir justamente para o ponto de onde vazava o gás.

Desde então outro fator que passou a caracterizar a vida daqueles que moravam no bairro, como atenta o morador. Com este vazamento, além da Ultrafértil treinar moradores, promover simulados, organizar e custear medidas de evacuação em caso de novos vazamentos, a empresa passou a desenvolver outras ações no Jd. São Marcos: doações de cestas de natal, doação de brinquedos para as crianças, de panetone, de alimentos (mesmo peixes, frutos do mar), doação de material escolar. Em relação a isso, apreende-se outro ponto importante da valorização do antigo bairro por parte das pessoas: morar no Jd. São Marcos correspondia a ter diversos benefícios. É recorrente, durante as entrevistas, o refrão de que “lá a gente tinha cesta, tinha doação...”.

Junto ao que recebiam da Ultrafértil, havia também benefícios dados pela PMC (cestas básicas, ônibus para levar as crianças para a escola no centro) e aqueles realizados pela ONG Estrela do Mar: oferecimento de cursos, consultas, por exemplo, com nutricionistas, almoço gratuito. A ONG era centro de um fluxo diário: as crianças que chegavam da aula da manhã pelo ônibus da prefeitura e aquelas que iam pegar o ônibus para as aulas à tarde, almoçavam na ONG; o almoço era também oferecido para moradores mais necessitados, no entanto, como comenta uma das moradoras, todos iam até lá pegar a refeição gratuita. É comum a referência às doações que perderam ao mudar de residência, mesmo uma reclamação constante colocada por um dos assistentes sociais que acompanhavam o pós-ocupação no Jd. Real. Benefícios advindos da condição de ser morador do Jd. São Marcos.

Rose, atual presidente da associação de moradores do Jd. Real, comenta que o reassentamento foi bom para muitas pessoas; pois, muitas das casas, por exemplo, não resistiam facilmente a ventanias, temporais. No entanto, ela tenta resumir a vida no Jd. São Marcos, apontando que as pessoas hoje, sentem falta: diz que muitos não tinham quase gasto lá; que o bairro era pequeno, todo mundo conhecia todo mundo, que os aluguéis não passavam de R$ 50,00 ou R$ 80,00, mas que às vezes a relação se dava de tal jeito que as pessoas deixavam de pagar o aluguel e a situação ficava por isso mesmo. Comenta que era possível tirar sustento da terra, de pequenos serviços prestados a comércios ou indústrias das imediações, que recebiam bastante benefícios morando ali e que isso é o que pesa, muitas vezes, quando os moradores reclamam de terem mudado de casa.

Um morador, um dos poucos que resistiram ao reassentamento, falou sobre o Jd. São Marcos, expressou sua posição contrária a esta mudança dos antigos residentes. Ao falar sobre o bairro, este morador apresentou-o como uma espécie de comunidade fechada sobre si mesma, quase independente da cidade. Afirmou que era um bairro cujas pessoas sobreviviam da pesca, do pequeno porto de areia, cultivos para subsistência e uns ou outros realizam pequenos serviços na empresas ao lado.

O morador afirmou que “o Português”, dono da venda de arquitetura antiga (dono também de um ou mais barracões, deixou a entender), é dono de 90% das terras do bairro. O morador reforçou que todo mundo vivia muito bem ali até a prefeitura aparecer dizendo que ali era área de risco, que eles deveriam sair dali, oferecendo residências populares (nos bolsões residenciais).

O morador enfatizou que, aqueles que aceitaram a proposta da prefeitura fizeram mal negócio. Que, no bairro, todos se conheciam, se ajudavam, mas que agora, era cada um por si lá no “bolsão residencial”; que antes, os moradores plantavam seus

legumes e trocavam produtos, mas que no bolsão eles tem de comprar, que lá não tem infra-estrutura, não tem nada. Exemplificou uma das adversidades pela qual estariam passando: muitos moradores estariam morrendo de fome, pois, não tem como exercer a subsistência lá no bolsão residencial. Se antes os moradores não tinham que pagar prestação de casa, luz, gás e água, agora, além de pagar tudo isso, tem de gastar de oito a quinze reais diários, afirmou ele, para voltar ao Jd. São Marcos e continuar a desenvolver as atividades que garantiam sua sobrevivência.

Este morador mostrou o bairro, o rio, as casas já demolidas. Ao caminhar, encontramos um senhor que trabalhava (naquele momento) no porto de areia, um dos antigos moradores que foram para Jd. Real, mas que atualmente voltam ao Jd. São Marcos para trabalhar. Ao conversarmos, este senhor afirmou estar passando fome devido a esta situação. Encontramos outros antigos moradores, recolhendo objetos pelos escombros das casas.

Este morador, ainda falando sobre a recusa em se mudar para o Jd. Real, afirmou: “disseram que é área de risco. O único risco que a gente tinha era de cobra morder o calcanhar” e tirar eles (os moradores) dali era a mesma coisa que matá-los.

Liberdade e benefícios perdidos caracterizam as falas dos moradores quando remetem à mudança; mesmo os que apontam-na como positiva, atentam para a perda deste dois fatores como um contraponto do reassentamento. Das falas dos indivíduos, apreende-se uma comunidade ilhada pelas indústrias, pela floresta, pelo rio, sem estar contíguo a nenhum outro bairro, sem os benefícios de uma consolidação urbana que incluiria equipamentos públicos e comércio mais sofisticado, que diminuísse a necessidade de ir ao centro da cidade. Um bairro caracterizado por ser foco de um conjunto de auxílios, marcado por uma ligação à terra (da criação de animais, hortas para subsistência, a presença e importância do rio), esteado sobre uma comunidade em que

todos se conheciam, em que havia troca de produtos da terra, diluição da rigidez de compromissos comerciais em função de um sentimento comunitário; como citaram os conversantes, bairro cuja localização junto às indústrias e aos pequenos comércios voltados para estas era fonte de emprego de diversos moradores.

Bairro em situação de risco, mas quando perguntados sobre o morar no Jd. São Marcos, embora reconheçam riscos e precariedades pouco os mencionam. Se morar no Jd. São Marcos se resumisse ao risco dado pela localização do bairro e precariedade física da residência, o reassentamento para os apartamentos do Jd. Real não apresentariam problemáticas. Mas morar no Jd. São Marcos não era apenas esse viver em risco, a vida ali apresentava uma série de fatores que qualificavam, muitas vezes positivamente, o morar. Diante deste conjunto de qualitativos sempre expostos pelos moradores (intersubjetividade), ponderamos que no Jd. São Marcos a casa era adensada.

4.3 A casa adensada: do abrigo ao habitar

> *Cet attitude qui amasse e antasse des faits, se veut « opératoire ». Elle l'est : ses concepts et ses modèles s'élaborent de façon à permetre l'application rapide, au moindre coût (de temps, d'espace, d'argent et de pensée). Il est facile de construire des immeubles ou des « ensembles » selon les prescriptions de cette pensée opératoire. Il est moins sûr que les habitants soient « satisfaits », encore moins sûr qu'ils y mènent une vie digne d'être vécue. Le pire, ne serait-ce pas qu'ils se satisfassent de peu, qu'ils s'adaptent ? De l'autre côté, par contre, il y a profondeur, pressentiment d'un être « total » de l'homme, mais cette profondeur ne trouve pas d'application. Elle n'a rien d'opérationnel. Coment sortir de cette impasse ?*
>
> Henri Lefebvre (1970)

Na casa uma pessoa guarda objetos que lhe são fundamentais, guarda também documentos ou coisas que lhe figura como ferramentas para exercer atividades (econômicas, sociais, existenciais), objetos que congregam em si lembranças, atos. Há, na casa, um conjunto de móveis, uma organização destes e das coisas; uma disposição

espacial que otimiza atividades, procura conforto, é regida por preceitos de gostos pessoais. A casa é um espaço próprio; o indivíduo a ordena no exercício de torná-la própria a suas atividades. A cada coisa resguardada dentro da casa, a cada conjunto de coisas, ao modo como estas coisas estão dispostas está encarnado um tanto do que somos, de quem somos.

Jacques Pezeu-Massabuau, geógrafo, na obra "*La Maison, espace social*", apresenta discussões sobre a casa procurando cobrir os diversos aspectos que a colocam como modo de compreender o espaço e os povos. A casa, em um primeiro momento, surge da procura do homem por se proteger das intempéries da natureza, evoluindo para o abrigo que deve proteger o homem durante a realização de suas funções vitais (dormir, se reproduzir, preparar o alimento, lócus da água e do fogo próprios) (PEZEU-MASSABUAU, 1983). Na contemporaneidade os sentidos e funções da casa estão complexificados e Pezeu-Massabuau (1983), seguindo esta complexificação, discorre sobre diversas questões envolvidas com a casa: esta enquanto foco de sociabilidade, bem econômico, objeto que centra problemas sociais, unidade espacial onde se baseia os consangüíneos, espaço que medeia o público e o privado, símbolo arquitetônico que expressa condições de vida e valores socioculturais. Ao abrigar o homem e resguardar o que ele tem e o que ele é, o espaço da casa é foco da ação de se estabilizar e interagir com o mundo.

As considerações de Luis Córtes-Aláca reforçam este sentido da casa como base de estabilidade. Na obra "*La cuestión residencial: bases para una sociología del habitar*", ao discorrer sobre a moradia como um bem necessário, o autor coloca:

> Pero además, la vivienda posee otras funciones esenciales que permiten que cada persona pueda cumplir con algunas exigencias sociales como son el tener un domicilio para estar localizado, un lugar en el descansar tras el esfuerzo laboral, un lugar al que acudir, en el que guardar las partencias, etc. (CORTÉS-ALÁCA, 1995, p. 27)

Na casa congregamos uma série de funções essenciais: descansar, conviver, se privar, guardar coisas, se localizar; em consonância com o autor, sem esta porção de espaço que nos provê estabilidade, se dificulta o próprio modo de nos inserirmos e vivermos a sociedade. A partir da casa nos organizamos para com-viver o mundo e a sociedade. Disto, temos um de seus traços essenciais, o qual nos aproxima, por exemplo, da compreensão da extensão dos dramas vividos por aqueles que têm sua residência (base espacial da estabilidade de um indivíduo) posta em perigo: inundações, incêndios, desabamentos, desalojamentos, violência. Estes eventos arrasam as casas e, consequentemente, desestruturam as vidas.

Mas, apenas a noção de abrigo não nos ajuda a compreender outras questões relacionadas à casa, seus significados, seu papel para entendermos a realidade que vivemos. Se apenas considerarmos a noção de abrigo, qualquer espaço fechado seria satisfatório enquanto casa. Mas existem dinâmicas atuais que contestam isso. Se qualquer abrigo fosse satisfatório para qualquer pessoa, não haveria mobilidade residencial, não existiriam buscas, expectativas ou devaneios por residências mais harmoniosas em relação a indivíduo ou uma família. Em outras palavras, os papéis e significados da casa (sua função enquanto base espacial de estabilidade) transcendem o simples abrigar.

Por exemplo, a qualidade da casa como base de estabilidade não repousa apenas na unidade residencial, no interior de seus cômodos; repousa, também, no contexto espacial em que a casa está inserida. Na discussão de uma sociologia do habitar, Córtes-Aláca (1995, p. 130) reforça constantemente o papel do contexto espacial na compreensão do morar:

> Factores como las características de las calles, las relaciones espaciales con otras viviendas, las características de la zona de accesibilidad desde vivienda al trabajo, la presencia y calidad de las instituciones educativas, los equipamientos comerciales, los amigos, la familia, etc. son elementos valorados en la elección residencial. Además, no se puede obviar que la localización de la vivienda constituye uno dos elementos

> claves para estructurar la integración de cada individuo dentro de la sociedad.

A casa é um abrigo; na função de abrigar está sua origem. Mas outros sentidos são adicionados à casa mediante as atividades e qualidades que esta e o espaço no qual está inserida oferecem ao morador. O conjunto destas atividades e qualidades (que são intrínsecas ao abrigar, mas estão além disto) densificam o papel e o valor da casa para seu morador. A casa densificada recebe camadas de valorações, centraliza funções, promove sociabilidades que vão qualificar o morar. Quando exploramos como era viver no Jd. São Marcos, quando referenciamos a liberdade, a ligação com a terra, as relações entre vizinhos, a dispersão das casas, a presença do quintal, a proximidade e relação com as indústrias: estamos falando de como a casa, no Jd. São Marcos, era adensada.

Pensar a casa apenas como abrigo não nos auxilia na apreensão das consequências desta mudança de residência. A atenção deve se voltar ao fato de que ser reassentado implica na perda daquele lugar (o Jd. São Marcos) e da casa por ele adensada. É este adensamento que torna compreensíveis a fala dos moradores em relação às consequências desta política pública. Neste ponto, temos uma matriz de compreensão do urbano pouco explorada no projeto de reassentamento e que nos direciona para a compreensão das questões concernentes a reestruturação dos antigos moradores do Jd. São Marcos sobre a existência de parcelas de indivíduos satisfeitos com o reassentamento e parcela de insatisfeitos; sobre o agravamento da pobreza de algumas famílias em função da mudança de residência; sobre porquê, apesar do bairro consolidado ao lado da nova moradia, os reassentados se absterem de freqüentá-lo; sobre o não usufruto do rio, das praças e mesmo da unidade básica de saúde próximos da nova residência; sobre o devaneio de retornar ao Jd. São Marcos.

Mas a discussão da casa adensada não é nova; quando colocamos a questão do abrigo *versus* a casa adensada encontramos já uma literatura acadêmica que vem versando sobre estas questões na forma da discussão sobre o habitar.

No artigo que introduz um livro sobre o habitar *pavillionnarie*[10], Henri Lefebvre coloca o impasse que resume uma das questões habitacionais da época, na França: o pensamento operacional regia a construção de residências, a racionalização tornando as habitações e os espaços do entorno padronizados, visando menores custos e maximização do uso dos espaços. Deste ponto, Lefebvre (1970) levanta o questionamento sobre que tipo de vida urbana se desenvolve em função deste habitar imposto e o questionamento sobre o que deriva deste urbanismo. O autor, na epígrafe no início deste subcapítulo, atenta: é fácil construir os imóveis a partir do pensamento operacional, mas complicado é saber se os moradores se sentirão satisfeitos; mas, pior será se eles se acostumarem a esse modo de morar.

Há preocupação com a satisfação dos moradores, com o truncamento de uma vida digna porque o pensamento operacional que orienta a construção das habitações constrange a possibilidade de um habitar (tanto existencial quanto socialmente) digno. Pois, no modo de morar impingido pelo pensamento operacional existiria a incompatibilidade a um dado total do Ser.

Este dado ontológico seria o modo próprio do homem habitar, o qual foi discutido por Martin Heidegger e resgatado por Lefebvre. O autor atenta que o sentido verdadeiro do habitar está no homem fazer de sua casa sua própria obra (*habiter en poète*). Em outras palavras, tornar a residência em acordo com o que o indivíduo é, em acordo com o que almeja, poder construir a casa em acordo com ações e concepções que

[10] Preferimos manter o termo no idioma original; *pavillions* corresponderiam às casas de subúrbio, residências concebidas sob o projeto de fuga do burburinho da cidade, construídas próximo à fronteira urbano-rural, reconhecidas pela sua proximidade com a natureza.

norteiam sua vida: adensar a casa em direção ao que o indivíduo é conforma um verdadeiro habitar.

É na discussão do habitar que a literatura acadêmica versa sobre o que, na apreensão do morar no Jd. São Marcos, chamamos de casa adensada. Unindo as considerações obtidas através dos trabalhos de campo e entrevistas com o já discutido pela literatura acadêmica é que trazemos o habitar como categoria para refletir o reassentamento dos moradores do Jd. São Marcos para o Jd. Real. Através do habitar esperamos apreender como a vida dos moradores se reestrutura em função desta política pública.

CAPÍTULO 5

HABITAR O JD. REAL

5.1 Habitar

> *Fala-se por toda parte e com razão de crise habitacional. E não apenas se fala, mas se põe a mão na massa. Tenta-se suplantar a crise através da criação dos conjuntos habitacionais, incentivando-se a construção habitacional através do planejamento de toda questão habitacional. Por mais difícil e angustiante, por mais avassaladora e ameaçadora que seja a falta de habitação, a crise propriamente dita do habitar não se encontra, primordialmente, na falta de habitações. [...] A crise propriamente dita do habitar consiste em que os mortais precisam sempre e de novo buscar a essência do habitar, consiste em que os mortais devem primeiro aprender a habitar.*
>
> Martin Heidegger, 1952

Que sentido tem o habitar? Que esta noção nos esclarece sobre a realidade humana? O que constitui o habitar? Existe uma especificidade do habitar urbano? Que especificidade é essa? O que o habitar nos fala sobre o homem, o espaço e a vida urbana? Que Martin Heidegger diz sobre a essência do habitar? Que o filósofo quer dizer com, frente à questão habitacional, há a necessidade de aprender habitar?

O texto "Construir, habitar, pensar", de Heidegger, é oriundo de uma conferência no evento Diálogos de Darmstadt sobre o Homem e o Espaço, em 1952. Alinhado à fenomenologia, Heidegger se vale do papel essencial da linguagem na reflexão sobre as essências do construir e o habitar. Tanto por sua filiação fenomenológica (coincidindo com o esteio filosófico deste trabalho) quanto por figurar como referência de discussão filosófica sobre o assunto, trilhamos as considerações de Heidegger para pensar o habitar.

No decurso de reconduzir o construir e habitar à sua essência, Heidegger termina por discutir como o homem cria e ordena o mundo, construindo lugares na medida em que o homem é como é (ontologia). Ao se centrar no modo como o homem é e está na terra, estes construir e habitar assim discutidos não se restringem à edificação de casas e ao habitar uma residência. Mas, embora não foque, exatamente, o habitar uma casa, é justamente no caráter eidético de suas formulações que Heidegger nos provê de sentido o habitar e o construir em relação à casa. Ao clarificar o habitar, deve nos dar subsídios para pensar sua constituição no Jd. Real e pensar a reestruturação da vida em detrimento do reassentamento.

Resgatando os sentidos primeiros dos vocábulos[11], Heidegger atenta que o sentido do construir se desdobra em cultivar e edificar. E habitar se desdobra também em de-morar-se, permanecer na paz de um abrigo. E o filósofo apresenta a relação entre os dois termos: "Habitar seria, em todo caso, o fim que se impõe a todo construir" (HEIDEGGER, 2001a, p. 126). Não há, exatamente, como dissociar construir de habitar; pensamos em duas ações, mas estas são uma. Não existe construir que não tenha como fim o habitar.

Construímos em acordo com o sentido primeiro de habitar a terra: permanecer, de-morar-se, ser e estar apaziguado, ser e permanecer em paz. E o vocábulo paz diz: livre, preservado do dano e da ameaça, preservado de, ou seja, resguardado.

Por habitar a terra, (1) somos e estamos aquele que está sobre a terra, (2) sob o céu, (3) junto aos mortais, (4) direcionados para o divino. Portanto, cada ato, cada doação de significados às coisas, cada modo de pensar e agir o mundo são trespassados

[11] É preciso atentar ao papel que tem a linguagem no sistema filosófico heideggeriano; para o filósofo, a linguagem determina o ser do homem tal como ele é (HEIDEGGER, 1991). Samarago (2008, p. 298 – grifos da autora), ao estabelecer as relações entre linguagem e a discussão espacial de Heidegger, comenta que para este: "[...] a linguagem apresenta sem jamais representar. A linguagem sempre já manifesta, é 'sentido sensível'".

por esta unidade originária[12] (o céu, a terra, o divino, os mortais): a quadratura. Por estar na constituição do que somos e estamos, a quadratura está no modo como criamos e ordenamos o mundo. Quando construímos (edificar, cultivar) em habitando (deixar permanecer as coisas no vigor de sua essência) o que resguardamos é a quadratura.

> Resguardar é, em sentido próprio, algo positivo e acontece quando deixamos alguma coisa entregue de antemão ao seu vigor de essência, quando devolvemos, de maneira própria, alguma coisa ao abrigo de sua essência, seguindo correspondência com a palavra libertar (*frein*): libertar para a paz de um abrigo. Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda sua amplitude (HEIDEGGER, 2001a, p. 129 – grifos do autor).

No construir (cultivar) devemos resguardar as coisas, deixá-las ser no interior da paz de um abrigo (guardar a quadratura: habitar). Até aqui, temos uma amostra de como por ser mortal, por ser como é, por estar neste mundo, o homem habita e constrói. Mas qual é a ligação deste modo de ser e estar sobre a terra com o espaço?

Discorrendo sobre como se desenvolve o pensamento sobre espaço de Heidegger, ao longo de sua obra Ligia Saramago mostra que é em "Construir, habitar, pensar" que uma genealogia do espaço é mais claramente delineada. Usando o exemplo da ponte (que é coisa; e já em suas formulações sobre a coisa o filósofo formula entendimento sobre espaço) para pensar o habitar e o construir, Heidegger mostra como esta coisa-ponte dá circunstância e instância (lugar) à quadratura. Saramago (2008, p. 283 – grifos da autora) apresenta como o lugar-ponte reúne a quadratura:

> [...] a ponte é um elemento de travessia que simultaneamente liga e separa, que diferencia e dissolve a fronteira: na ponte, as duas margens do rio se unem, enquanto permanecem duas. O que permite o fluir do rio sob a ponte são precisamente os vãos entre as arcadas de seus pilares. Tal como o cântaro e a porta da casa, as

[12] Em outras palavras, todas as constituições de fenômenos são trespassadas por esta unidade originária. Teixeira (2006) atenta que a quadratura expressa o modo fundamental de como o homem sempre se relaciona com as coisas, expressa a unidade ontológica do homem enquanto ser-no-mundo.

> arcadas foram feitas para permitir o fluxo através de seus vazios. Em torno da ponte, assim como com o templo grego, a paisagem tem ressaltado o brilho de seu aspecto. Ligada aos destinos dos homens, a ambiência se configura em caminhos, no desenho das margens do rio, na praça da catedral, lugar do Sagrado. A força dos pilares que sustentam a ponte mostra que, mesmo com sua leveza arquitetônica, ela está preparada para receber sobre si a tempestade e a neve, para ser atravessada pelos ventos e pelos pés dos mortais que dela se valem a cada dia, ainda que, imersos na desatenção a habitual, não se dêem conta de sua presença... O modo de reunião possível à ponte enquanto construção é o seu propiciar lugar à quadratura.

Por ser construída e usada pelos homens (mortais), por unir as margens e permitir o fluxo do rio (terra), por sua arquitetura estar preparada para as tempestades (céu) e, ainda, por remeter ao divino na proporção em que expressa a mortalidade (e a lida) do homem sobre a terra em contraponto à imortalidade dos deuses (divino) (HEIDEGGER, 2001b), a ponte reúne a quadratura.

A ponte é uma coisa-lugar; enquanto lugar ela dá (origina) o espaço do homem. Não o espaço do geômetra, mas o espaço enquanto articulação de lugares que o homem vive, usa, concebe na sua lida (no seu ser e estar) constante com o mundo, com as coisas do mundo (HEIDEGGER, 2001a; CÉSAR, 2006; SARAMAGO, 2008). A ponte é construída tendo como fim o habitar: quando constrói (em habitando) o homem cria lugar. Ele dá espaço, ordena o mundo. E o construir não é sem sentido, ele tende sempre ao resguardo da quadratura. É assim que, a partir do resgate dos sentidos primeiros do construir e habitar Heidegger explana sobre a constituição do ser e o espaço[13].

Mas, diante desta explanação sobre ser, espaço, mundo como podemos pensar o habitar uma casa? Como estes sentidos originários do habitar e construir ressoam na questão habitacional, colocada pelo próprio filósofo?

Heidegger (2001a, p. 139) nos dá este exemplo:

[13] Co-instituir: instituir, surgir para existência, juntos (homem e espaço).

> Pensemos, por um momento, numa casa camponesa típica da Floresta Negra, que um habitar camponês sabia construir há duzentos anos atrás. O que edificou a casa foi a insistência de deixar terra e céu, divinos e mortais serem, com simplicidade, nas coisas. Essa capacidade situou a casa camponesa na encosta da montanha, protegida contra os ventos e contra o sol do meio dia, entre as esteiras do prado, na proximidade da fonte. Essa capacidade concedeu-lhe o telhado de madeira, o amplo vão, a inclinação íngreme das asas do telhado a fim de suportar o peso da neve e de proteger suficientemente os cômodos contra as longas tormentas das noites de inverno. Essa capacidade não esqueceu o oratório atrás da mesa comensal. Deu espaço aos lugares sagrados que são o berço da criança e a "árvore dos mortos", expressão usada ali para designar o caixão do morto. Deu espaço aos vários quartos, prefigurando, assim, sob o mesmo teto, as várias idades de uma vida, no curso do tempo.

O construir compreende uma constituição do espaço: edificá-lo, cultivá-lo consoante ao modo como o homem vive seu mundo (com a forma como lida com divino e mortais, com a terra e o céu).

Está posto nesta formulação a relação intrínseca e inalienável entre o homem e o espaço da casa, a casa enquanto lugar criado. Esta intrinsicidade entre homem e casa é notada por diversos autores que discorrem sobre a casa ou o habitar (BACHELARD, 1996; LEFEBVRE, 1970; PEZEU-MASSABUAU, 1983; CÓRTES-ÁLACA, 1999; KASPER, 2006; MARANDOLA JR., 2008). Bollnow (2008, p. 298 – grifos nossos), notando os diversos empregos do termo habitar, explana sobre como este termo depõe a relação entre homem e espaço:

> Se resumirmos, assim o homem ou o eu "habita" o corpo, a casa, as coisas, o mundo, o espaço e o tempo. Mas também o sentido habita a palavra e o signo, o conteúdo mental expresso na expressão. Se mais uma vez abrirmos à nossa frente o campo dessas possibilidades de uso, em retrospectiva, torna-se claro que, ao enumerar os exemplos, se manifestaram certos traços fundamentais do entendimento que permitem resumir relações tão distintas sob a noção comum do habitar. Por toda parte se trata de caracterizar uma intimidade especial da relação, com a qual algo da alma ou da mente se funde, de certa forma, a algo espacial.

O autor fala de uma encarnação do homem ao espaço: o termo habitar sempre referencia quando algo se funde a algo espacial. Quando o homem encarna a casa

possui a paz de ser. Ele não precisa estar com todos os sentidos atentos a qualquer coisa que lhe aconteça, como no espaço fora da casa que é, no limite, o estranho, fortuito: a postura neste espaço é sempre de atenção (BOLLNOW, 2008). Mas na casa, ele dispõe objetos e móveis como lhe aprouver, tudo que acontece neste espaço é em função dele, por ele; é espaço controlado e voltado (na medida do possível) para seu conforto e aconchego, pronto para resguardar as coisas do homem em sua essência.

A casa, enquanto lugar privado, deve permitir o *habiter en poète*, quando o morar é um tanto obra do homem (LEFEBVRE, 1970). É este habitar, intrínseco ao construir resguardando as coisas no vigor de sua essência, que devemos aprender frente à crise habitacional, de acordo com Heidegger no excerto de seu trabalho no início desta seção. O construir é tornar o espaço próprio ao homem. E na discussão empreendida por Kasper (2006, p. 25), podemos entender o valor do próprio e de sua relação com o construir:

> Apropriar se diz em dois sentidos, ambos pertinentes para nossos propósito, porém distintos: o primeiro, usando o verbo em sua forma reflexiva, é de "tomar para si, tomar como propriedade". Apropriar-se de um espaço significa assim assegurar-se de sua fruição exclusiva, fazer dele sua propriedade (não necessariamente em seu sentido legal). O segundo sentido é o de "tornar próprio ou conveniente, adequar, adaptar". No caso do espaço, significa tornar compatível com certas atividades, aspecto enfatizado nessa definição de G. N. Fischer: "a apropriação é a projeção de uma conduta humana sobre o espaço".

A tese de Kasper é sobre os indivíduos que habitam a rua, habitam sem a casa. Mas, mesmo sem este espaço reservado (escolhido, convencionado) para o habitar, a essência desta ação persiste: a encarnação do homem ao espaço, o tornar próprio, o co-instituir.

Tomamos esta reflexão sobre habitar (e as ações que o conformam: o construir, a busca pelo próprio) como medida para pensar o reassentamento das famílias

do Jd. São Marcos para o Jd. Real. É o habitar que direciona nosso olhar; é este que, se revelado, deve clarificar a reestruturação da vida.

Mas, retomamos: qualquer abrigo é suficiente para perfazer este sentido do habitar? O homem apropria qualquer espaço? Todo construir desejado é possível? Apenas a casa compõe o habitar? Que fenômenos socioespaciais estão no cerne do habitar? Quais deles participam do habitar urbano?

5.2 O próprio: lugar privado, casa e extensão da casa

> *"[...] mas o espaço próprio se restringe e se valoriza como lugar onde se encontra enfim seguro, território pessoal e privado onde se inventam 'modos de fazer'.... Diríamos que é preciso densificar este lugar pessoal, material e afetivamente, para tornar-se o território onde se enraíza o microcosmo familiar, o lugar mais privado e mais caro. Aquele lugar para o qual é tão bom voltar, à noite, depois do trabalho, depois das férias, ao sair do hospital ou da caserna.*
> Michel de Certeau e Luce Giard, 1996

Na fala dos moradores do Jd. Real o "se acostumar" à nova residência foi uma das coisas mais difíceis. Por que se acostumar? Se acostumar a que? O que, neste movimento de se acostumar gerou/gera problemas? Que fatores na relação entre o homem, a casa e o espaço constituem este "se acostumar"?

Um tanto de como agimos (e do que somos) é o lugar que estamos. Tuan (1983) nos chama atenção para a diferença sutil que há entre o indivíduo estar sozinho em uma sala e quando ao menos uma pessoa adentra nesta sala. Quando um outro chega neste lugar, transforma-o: a sala não é mais um lugar privado, comportamentos, regras, valores, sociabilidades são instituídas quando o outro adentra: "Na solidão uma pessoa cria seu próprio mundo; salvo do olhar dos outros, parece suster a existência de tudo o que vê" (TUAN, 1985, p. 151). Um tanto do que somos depende do lugar em que estamos. Está neste ponto o valor do lugar privado: ele é próprio de um indivíduo ou grupo de indivíduos. Nele há a liberdade de modos de ser e estar, do fazer em função de nossas necessidades

e desejos. A casa é *locus* privilegiado de privacidade, valorada por permitir o próprio. O habitar, enquanto obra do homem, começa na construção direcionada deste lugar privado. O fim último desta construção tem o valor positivo que está imbricado à sensação de segurança e resguardo quando retornamos à casa, como colocam De Certeau e Giard (1996) ao discutir este lugar privado.

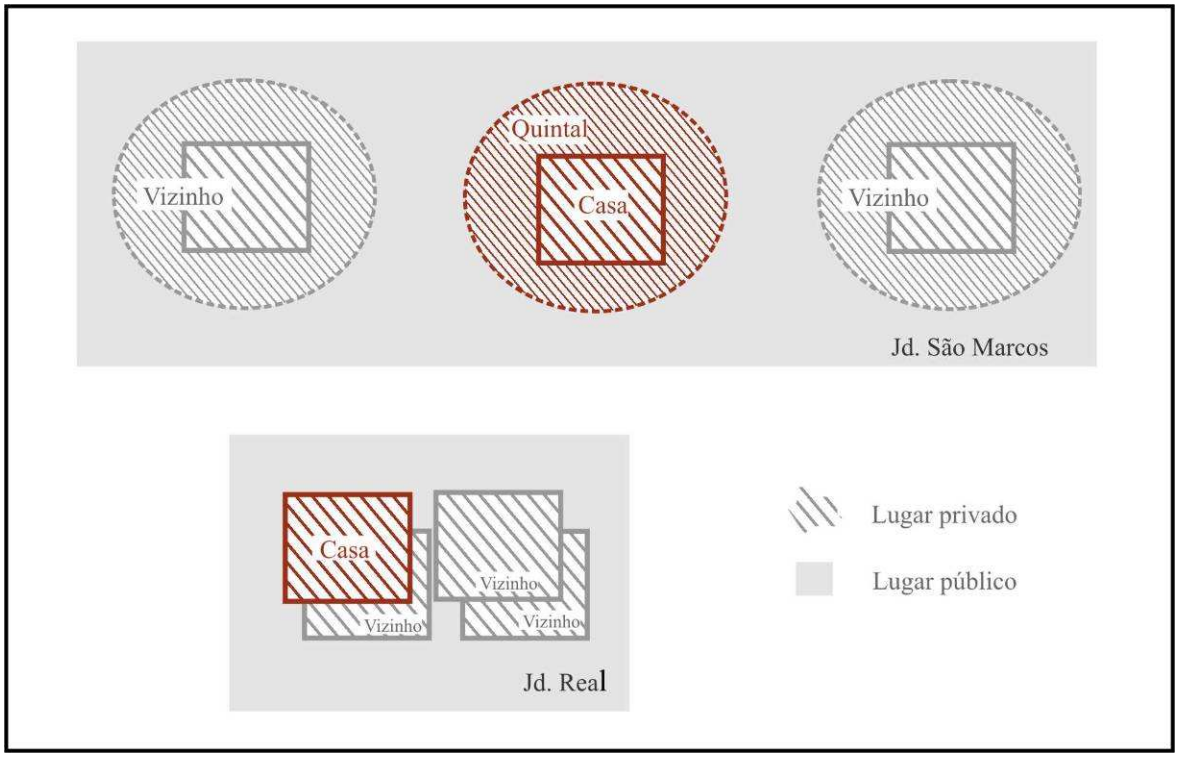
Muitos moradores apontam que os tempos mais difíceis do reassentamento foram os primeiros meses morando no Jd. Real. Neste período é que se revelaram os primeiros estranhamentos em relação à nova residência e mesmo a negação dela.

Refletindo regressivamente, temos que o fundamento do "se acostumar" está na necessidade de apropriar uma nova unidade morfológica (o apartamento), de criar o próprio no novo lugar privado. Lembramos que antes, no Jd. São Marcos, a casa era uma residência térrea, circundada por um quintal, com a frente voltada para rua; a morfologia da residência no Jd. Real é flagrantemente diferente, edifícios de apartamentos, o quintal já não existe, e os vizinhos estão agudamente próximos: ao lado, nos andares de cima e de baixo e, ao invés de estar aberta para frente de uma rua, a residência está aberta para os lugares públicos dos edifícios (escadas e sacadas) e para o pátio interno do conjunto habitacional (Figura 5.1).

As dificuldades em tornar o apartamento em lugar próprio se deram em três pontos: (1) na rigidez da forma da nova casa, (2) nos embates público *versus* privado e (3) na configuração deste novo lugar privado (particularmente a questão da supressão do quintal).

Os responsáveis pelo reassentamento atentaram para uma questão importante: o de construir e distribuir apartamentos para cobrir diferentes tamanhos e estruturas familiares.

5.1 Morfologias dos lugares de habitar



Elaboração: Fernanda Cristina de Paula

Mas, ainda assim, há o caso da família com oito pessoas que encontra dificuldade em se acomodar na residência; é diante de questões como estas que os moradores falam sobre o desgosto por morar em apartamento e atestam que seria muito melhor se ao invés de apartamentos tivessem sido reassentados para casas. Reclamam da rigidez da forma, colocando que não podem aumentar ou diminuir suas residências, não podem modificar cômodos, não podem fazer um sobrado, aumentar a casa ou construir uma adjacência caso a família aumente, o que é bastante comum na vida dos moradores. Há, ainda, dentre a reclamação da rigidez das formas, o caso das garagens; os moradores reclamam do fato de não haver no conjunto espaço para os carros e da proibição de construir garagens nos pátios. Dizem que a prefeitura respondeu a esta reivindicação afirmando que o conjunto foi construído para famílias de baixa-renda que, consequentemente, não possuiriam automóvel; não pensavam, então, que eles poderiam crescer na vida e comprar um carro, argumentam os moradores.

A mudança para uma residência cuja forma é rígida impacta o pensamento de futuro, a potencialidade de mudanças, de apropriar o lugar em função de suas necessidades ou desejos: não podem construir.

> Dans le pavillon, d'une façon sans doute mesquine, l'homme moderne « habite en poète ». Entendons par là que son habiter est un peu son oeuvre. L'espace dont il dispose pour l'organiser selon ses tendances et selon ses rythmes garde de une certaine plasticité. Il se prête aus aménagements. Ce n'est pas le cas de l'espace fourni aux locataires ou aus co-proprietaires dans un ensenble : cet espace est rigide, dépourvu de souplesse. Les aménagements y sont difficiles, souvent impossibles, presque toujours interdits. L'espace pavillionnaire permet une certaine appropriation par le groupe familial et par les individus de leurs conditions d'existence. Ils peuvent modifier, ajoutr ou retrancher, superposer à ce qui leur est fourni ce qui vient d'eux : symboles, organization (LEFEBVRE, 1970, p. 172-173)

Quando Lefebvre aponta que o *pavillon* figura como um ideal do morar para muitos franceses (em contraponto aos *ensembles*, conjuntos de edifícios planejados, com suas formas rígidas) é porque o *pavillon* vai de encontro ao desejo das pessoas de *habiter en poète*: o construir, o tornar próprio, sendo possível. O apartamento dos moradores do Jd. Real contrasta com a residência anterior, no Jd. São Marcos: independente se casa de tijolo ou barraco, ela era passível do construir.

O desgosto em relação ao apartamento vai da rigidez da forma às novas maneiras de conviver impingidas por este modo de morar; e, aqui, alcançamos o segundo ponto na dificuldade de construção do próprio: os embates entre os lugares privados e públicos. O lugar privado, em relação ao do Jd. São Marcos, está diminuído. No Jd. São Marcos o lugar privado era constituído pela casa e pelo quintal, que tem papel de uma extensão da casa. Ao tanto que o quintal permitia estender certa privacidade para fora de casa promovia a extensão do próprio também ao ar livre. No Jd. Real, sem quintal, morando parede ao lado de parede com os vizinhos, o privado e o próprio têm a extensão exata do abrigo. Foi necessário se acostumar à nova residência; em outras palavras: mudar regras, hábitos e comportamentos em função desta nova ordenação e estatuto dos lugares. Da porta da residência para fora já estão em lugar público.

A assistente social da equipe de pós-ocupação falou sobre a dificuldade de “ensinar” aos moradores a diferenciação entre lugar público e privado nos edifícios: como no caso de um morador que colocou um móvel dele do lado de fora da porta de seu apartamento, atrapalhando a circulação de outros moradores no lugar público. Outra questão referente ao embate público-privado é o caso da moradora que conta sobre como parece que as pessoas estão dentro de sua casa quando estas se reúnem para conversar nas escadas do edifício ou junto às janelas do térreo: a sensação de que os que estão lá fora invadem o lugar privado, truncando a privacidade desta moradora (privacidade que une a segurança, o resguardo, liberdade, “lugar ao qual é bom voltar”). Ela relata que, às vezes, expulsa essas pessoas aos gritos e mesmo já jogou água nelas. Ainda, há apartamentos reconhecidos por serem local de festas barulhentas que adentram a madrugada; moradores destes se tornaram alvo de antipatia no Jd. Real.

O limite mais frágil entre o privado e o público torna estes diferentes lugares facilmente inter-afetáveis: moradores reclamam que não podem, por exemplo, escutar música alta dentro da própria casa (como faziam antigamente), pois afetam o lugar público; e a privacidade de outros vizinhos e o que se realiza no público deve ser regrado de modo a não atrapalhar a constituição da privacidade dos outros. É um problema na constituição do próprio: o ato de estendê-lo para além do espaço delimitado como privado (colocando móveis para fora, realizando atividades que atrapalham outros vizinhos) e a proibição disto no contexto do Jd. Real. O lugar privado foi diminuído e em paralelo intolerâncias e rusgas foram desenvolvidas. Ao comentar as regras de convivência no Jd. Real (presentes no estatuto do bairro, regras às quais se deve pagar multa se quebradas) a maioria dos moradores recorrem ao saudosismo da liberdade que possuíam no Jd. São Marcos. Liberdade que ia desde a privacidade potencializada pelo quintal até o público (mais absoluto do que no Jd. Real) nas ruas, matas, rios.

Caráter mais absoluto do público, pois, no Jd. São Marcos, este era menor regrado. Agora os indivíduos estão em um novo lugar público. Este é constituído por escadas e sacadas dos edifícios, pela quadra poliesportiva, pelos dois pátios internos; os quais não possuem bancos ou qualquer outro elemento voltado especificamente para o encontro, o permanecer. Por um ano e meio estes pátios tiveram chão de terra (que virava lama em dias de chuva), pontuado por cantos com acúmulos de lixo.

É um lugar público que ao mesmo tempo em que não pertence exclusivamente a ninguém, também pertence a todos. A supressão da extensão da casa e, consequentemente, a mudança de estatuto (do privado para o público) do espaço entorno da casa desemboca no fato de que as qualidades deste lugar público, o cuidado com sua estética, a delimitação do que pode e do que não pode se realizar no lugar depende da cooperação e acordo entre os indivíduos. Com a supressão do quintal aliada à divisão do lugar público entre os moradores, este deve ser mantido de modo que suas atividades não perturbem os lugares privados. Agora o lugar público utilizado pelos moradores não são mais ruas; onde o caminhar proporcionava o encontro com o outro, onde as crianças podiam brincar, da onde recolhiam frutos e leguminosas da vegetação que ali tinha.

Frente a esta diferença entre os lugares públicos do Jd. São Marcos e do Jd. Real, há moradores que reclamam que no conjunto habitacional não têm o que fazer: um conjunto de elementos espaciais (bares, mata, rio, as ruas, a ONG) permitiam uma diversidade de atividades para os moradores, promoviam encontros, qualificavam a sociabilidade. Por exemplo, o Jd. São Marcos era pontuado de bares, ponto de encontro principalmente entre os homens. Dos comerciantes do antigo bairro, apenas um conseguiu dinheiro para reerguer seu estabelecimento no Jd. Real. Embora a prefeitura tenha deixado espaço para pontos comerciais no Jd. Real, este espaço não comporta todos os estabelecimentos que existiam no Jd. São Marcos, nem a prefeitura dá subsídios para a construção destes estabelecimentos. Órfãos deste lugar de

encontro e lazer, alguns armam mesas de jogos de baralho nos pátios ou vão ao único bar que foi reconstruído. Apenas nos últimos meses (após mais de um ano de reassentamento) houve notícia de que alguns homens passaram a freqüentar bares do Jd. Nova República.

Adentrar o Jd. Real é encontrar grupos de moradores se reunindo em qualquer local que dê para se sentarem: grupos junto aos locais de cimento onde ficam guardados os botijões de gás (servindo de banco), sentados nas escadas dos edifícios, junto às sacadas ou sentados junto à quadra. A impressão, no primeiro trabalho de campo realizado no bairro, foi de que os moradores se fechavam ali, em pequenos grupos, naqueles cantos. Se antes a sociabilidade se dispersava pelas ruas, pelas matas e rio, os encontros sendo, no mais das vezes, resultados do acaso nas idas e vindas pelo bairro, agora o encontro com os vizinhos é compulsório. E, assim, neste lugar público (de certa forma) fechado em si, circular, surgiu uma nova forma de se socializar (de encontrar e interagir com o outro): os cantos ao lado dos edifícios como ponto de encontro, o morar parede com parede, o formato circular do condomínio obrigando um constante frente a frente com os vizinhos. Enquanto um morador atentou que não é muito salutar essa proximidade exagerada e forçada, outra moradora diz que esta é até uma forma de aproximação: passou a conhecer melhor pessoas que apenas cumprimentava no Jd. São Marcos e, mesmo, diz que vez em quando alguns moradores reúnem um pouco de dinheiro, compram cerveja e ficam bebendo juntos na frente de algum edifício. Ela atesta que este tipo de interação não existia antes.

Antes o entorno da casa era privado e próprio, agora é coletivo. A supressão do quintal é responsável pelo terceiro ponto nas dificuldades da construção do próprio. Que advém deste novo estatuto do espaço ao redor da casa, da supressão de sua extensão? Apropriar este entorno não é um ato aproblemático, não envolve somente o fato de ir e usá-lo. Apropriá-lo envolve valores, sentimentos, acordos, novas

regras e comportamentos consoantes à nova morfologia dos lugares. Os moradores de certo modo, trouxeram as atividades que compunham o morar no Jd. São Marcos (os modos de agir em relação aos seus lugares públicos e privados) para o Jd. Real. Mas a ordenação espacial que configura este último problematiza a apropriação do espaço e, consequentemente, o habitar.

É preciso atentar, ainda, que a extensão da casa no Jd. São Marcos não tinha sua importância principal apenas no potencializar a privacidade. Uma ação importante, referenciada pelos moradores, era que o quintal permitia o construir para além do abrigo. Neste construir estando desde a disposição de móveis neste espaço, a edificação de coisas (como varais, galinheiros), até o adensamento da casa como *locus* de atividades que auxiliavam a sobrevivência: as hortas, as árvores frutíferas, as plantas medicinais, as pequenas criações de animais (antes, conta uma moradora, quando não tinham o que comer, podiam matar uma galinha ou pegar seus ovos, agora, ela enfatizou, eles não têm nada), havia também aqueles que faziam do seu quintal ponto comercial (no Jd. Real é proibido atividade comercial nas residências).

Por outro lado, existem moradores que não reclamam da ausência do quintal ou da mata que oferecia alimento. No mais das vezes, estes moradores têm um percurso de lugares em que moraram que eram totalmente urbanizados; para eles, o matagal, as ruas de terra do Jd. São Marcos significavam atraso (repudiam o barro que se formava em dias de chuva, aquele “monte de mato”, os bichos). Essa imagem de atraso consubstanciado nas características do Jd. São Marcos atrapalhava a vida que almejavam: quando voltavam dos bailes à noite, por exemplo, os motoristas de táxi se recusavam a levá-los ao interior do bairro, por medo, um espaço topofóbico para aqueles que ali não moram. Estes moradores afirmam gostar do aglomerado, do som de carros, da movimentação, do cimento e do asfalto e, ainda, consideram um fator positivo a construção dos novos conjuntos habitacionais próximos a eles; a moradora

diz com gosto que com mais pessoas morando ali (ao lado do Jd. Real) ia ficar bom, movimentado, com estes conjuntos teriam um “mar de gente”.

Mas, a maioria ainda são aqueles que sentem falta daquela extensão da casa: terceiro ponto a se destacar na dificuldade de realizar o próprio na nova residência. Com a supressão do quintal há uma não co-ordenação entre atividades que lhes eram caras e a configuração do novo espaço de residência (que não permite ou constrange estas atividades). Há moradores que responderam de forma mais direta a estão não co-ordenação entre atividades e espaço: por exemplo, aqueles que vão ao Jd. São Marcos para pegar frutas e leguminosas que ainda restam pela mata. Uma moradora manteve (enquanto o terreno não foi desflorestado para a construção dos Conjuntos Habitacionais Imigrantes I e II, ao lado do Jd. Real) um varal improvisado (que é proibido dentro do Jd. Real). Também é proibida a criação de animais, mas outra moradora construiu seu galinheiro com pedaços de madeira e continua a manter suas galinhas; quando houve o desflorestamento, ela transferiu o galinheiro para outro lado, no matagal que fica entre a rua (que circunda o Jd. Real) e a rodovia. Andando com a presidente da Associação de Moradores, observamos um jardim (com flores, plantas medicinais, pequenas árvores frutíferas) mantido por uma moradora; Rose atentou que este jardim era proibido, mas deu de ombros como se dissesse: o que se pode fazer?

Mas desta não consonância entre o modo de habitar e o espaço do Jd. Real (do não se acostumar a esta nova residência) houve desdobramentos mais drásticos. Pessoas comentaram que frente a não conformação a este habitar, há já um número considerável de moradores que venderam o apartamento e procuraram por nova residência. Comentam especificamente o caso de um homem do bloco 8 que vendeu o apartamento e comprou um sítio (talvez, para ele, um modo mais próximo de morar que conforme um verdadeiro habitar).

Na fala de muitos moradores, o apartamento no Jd. Real é apenas uma etapa em um percurso de mobilidade residencial: não pretendem, absolutamente, continuar a residir ali. É o desejo por um lugar que melhor permita a construção de seu próprio. O significado desta não conformidade ao espaço do Jd. Real ganha contornos mais agudos quando uma moradora afirmou ao comentar a falta das coisas que fazia no Jd. São Marcos e o desgosto a essa nova forma de morar: “Eu não quero morrer aqui”.

5.3 Para além da casa, mas ainda em casa: o bairro

Há aquele espaço está para além da casa, mas no qual já nos sentimos em casa. Esta sensação vem a familiaridade que temos com as ruas, com áreas, construções que estão nas proximidades da casa. É uma familiaridade constituída pelo conhecimento da dinâmica desta porção de espaço urbano, mesmo, a imersão/participação nesta. Espaço urbano ao qual estamos familiarizados e que, portanto, é lugar. Ainda não ter chegado em casa, mas neste lugar já se sentir em casa: isso porque este espaço se torna lugar em função da casa.

Este lugar corresponde ao fenômeno bairro; qual seja um lugar dotado de um ritmo espaço-temporal (SEAMON, 1980) próprio, de uma identidade, lugar denotado por uma coesão socioespacial. É comum nele encontrarmos uma configuração espacial que auxilia a manutenção diária da vida: por isso, a partir da casa, freqüentamos este lugar, construímos e imergimos em sua lógica, nos familiarizamos. Ao passo que a partir da casa o apropriamos, a partir desta apropriação densificamos a casa. Na vida urbana, cabe a este lugar (onde se localiza a residência) possibilitar a mobilidade, ter a presença de serviços, áreas para lazer. E, dentro do padrão estabelecido de qualidade da vida urbana,

este lugar deve ter equipamentos públicos que ofereçam atendimento à saúde, à educação.

A familiaridade do morador com o bairro se realiza tanto espacialmente (o conhecimento experiencial desta porção de espaço) quanto socialmente (com aqueles que também moram ali). Esta familiaridade com o espaço, se desenvolvendo em função da busca pelos serviços e equipamentos urbanos presentes no bairro promovem a familiaridade potencial com as pessoas através da co-incidência dos caminhos e lugares freqüentados: que, assim, figuram como ponto de encontro, promovendo sociabilidades. A partir deste movimento temos a construção de identidade socioespacial em função do bairro, a construção de relações comunitárias, a apropriação coletiva do espaço (DE PAULA, 2007)

Relativamente longe do centro da cidade, ilhado por indústrias, mata e rio, o Jd. São Marcos carecia de serviços públicos e comerciais. Carentes de equipamentos urbanos no bairro, que facilitassem o cotidiano, tinham certos costumes/atividades estabelecidos: como ir ao Centro de Cubatão em busca de pequenos serviços ou à procura dos mais fundamentais ou sofisticados; comprar somente o estritamente necessário na venda do bairro (pois os preços ali eram muito altos); depender de terceiros para se servir de equipamentos públicos, como o ônibus da PMC que levava as crianças à escola.

Em muitos projetos de reassentamento de famílias em área de risco ou em assentamentos precários, uma das vantagens aventadas com a mudança de residência estaria na inserção dos moradores no tecido urbano, integrados a áreas consolidadas da cidade (portanto, perto de equipamentos públicos e comerciais). O projeto de reassentamento dos moradores do Jd. São Marcos (GOVERNO FEDERAL; SEDU; CAIXA, 2007) também previa esta melhoria de vida em função da proximidade do Jd. Real

a bairros já consolidados de Cubatão: o Jd. Casqueiro (do outro lado da rodovia) e o Jd. Nova República (ao lado do Jd. Real).

Fica subentendido no projeto de reassentamento que a proximidade a estes serviços deveria fazer com que estes fossem utilizados pelos moradores do Jd. Real; o espaço do Jd. Nova República (sobretudo) passaria a ser frequentado, familiarizado, se tornaria lugar. A integração ao tecido urbano correspondendo, portanto, a este espaço que está para além da casa, mas que já é casa.

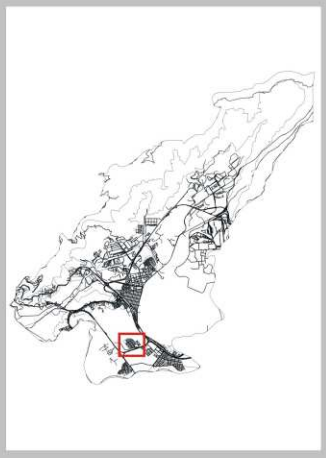
O Jd. Real e o Jd. Nova República são separados apenas por um pequeno córrego, sobre este uma ponte. Nos trabalhos de campo que realizamos tanto em 2008, quanto próximo de se completar um ano de reassentamento, este córrego assomava como um forte limite entre dois modos de morar. Limite expressivo por marcar duas paisagens distintas:

- Jd. Nova República: várias quadras de casas padronizadas (embora muitas já tenham recebido modificações que descaracterizam esta padronização), ruas calçadas com blocos de cimento. Concentra expressivamente o comércio desta área (drogarias, lojas de roupa, lanchonetes e restaurantes, padaria, bazares, bares que oferecem bailes, botecos) a maior parte dos lugares públicos de lazer (duas praças, a maré[14]) e os equipamentos públicos (a Unidade Básica de Saúde, duas escolas públicas). Também no seu centro comercial estão os pontos-finais dos ônibus e seletivos que vão ao centro de Cubatão e dos ônibus intermunicipais (que vão para São Vicente e Santos) (Figura 5.2).

[14] Os moradores de Cubatão chamam os lagos formados por água doce e salgada, próximos do mangue, de “maré”.

5.2 Jd. Nova República

1 Escola
2 Unidade Básica de Saúde
3 Praça
Rua do Comércio



Fonte: Google Earth

Elaboração: Fernanda Cristina de Paula

- Jd. Real: depois do córrego, a paisagem é bastante distinta: oito edifícios, de cores diferentes entre si. Suas frentes são voltadas para os pátios e apenas uma rua (de asfalto) circula-o. Rodeando esta rua está o matagal e, atualmente, a área desflorestada na qual estão construindo os Conjuntos Habitacionais Imigrantes I e II. Em contraste com o Jd. Nova República, horizontal e aberto, o Jd. Real é concentrado, fechado sobre si mesmo e vertical. Possui apenas um estabelecimento comercial (pequeno boteco que faz às vezes de mercearia), uma pequena creche e no pátio está o Centro Comunitário (Figura 5.3).

Mas, além das paisagens distintas, este limite entre o Jd. Real e o Jd. Nova República era ainda mais reforçado pela ausência de fluxo de pessoas entre os dois bairros; fluxo que expressaria integração e/ou continuidade destes dois modos de morar.

O Jd. Real com seus moradores sentados em grupos, sempre voltados para o pátio[15], sem ninguém atravessar/afluir para o Jd. Nova República expressava certa "reclusão espacial". Nas conversas com os moradores estava patente o se abster, de um modo geral, de ir até o Jd. Nova República.

Embora no projeto de reassentamento exista um mapa que indica o conjunto de equipamentos públicos e comércio aos quais os moradores do Jd. Real teriam acesso, dentre estes, o único efetivamente freqüentado era a escola, por parte das crianças do Jd. Real. O comércio e a unidade básica de saúde são utilizados escassamente, as praças e mesmo a maré (que poderia substituir o corpo d'água, elemento do qual os antigos moradores do Jd. São Marcos sentem falta) não são freqüentados.

[15] Trecho do diário de campo de quando adentramos pela primeira vez no Jd. Real: "E parece que é como se eles não pisassem na ponte, não saíssem dali (nem para pegar o ônibus). Parece que eles, moradores, ficam todos de costas para 'fora', com os rostos e as conversas e interesses voltados para eles, pra dentro, pra dentro do pátio interno."

5.3 Jd. Real

1 Ponto de ônibus
2 Centro Comunitário
3 Bar
4 Creche

Fonte: Google Earth

Elaboração: Fernanda Cristina de Paula

O projeto contava com o pressuposto da proximidade, com o fato de que a presença próxima destes serviços bastaria para estes serem utilizados pelos moradores do Jd. Real. No entanto, em mais de um ano na nova residência, os moradores se abstiveram de freqüentar o Jd. Nova República.

Não estavam integrados ao tecido urbano, não apropriaram aquele espaço, os serviços oferecidos por ele. Isso nos indica que outras lógicas não receberam atenção quando os benefícios desta residência foram pensados: quais sejam às lógicas intrínsecas à apropriação do espaço.

Tão patente era a abstenção de frequentar o Jd. Nova República e o desconhecimento (por parte dos moradores do Jd. Real) do que havia neste bairro que a equipe de pós-ocupação ponderou confeccionar um mapa indicando lugares e serviços à disposição dos moradores, para incentivar a utilização daqueles.

Por que os moradores do Jd. Real se abstinham de frequentar o Jd. Nova República? O que estaria cerceando o pressuposto da proximidade? Que há neste espaço que teoricamente era para atrair, mas que na prática foi tratado como indiferente?

Nas conversas com os moradores, frente à pergunta sobre se costumavam ir ao Jd. Nova República, os moradores do Jd. Real respondiam que iam às vezes, quando, por exemplo, a carne não havia descongelado para o almoço e precisava comprar alguma mistura ou para ir comprar pão. Mas, o predominante ainda era o antigo costume de ir ao centro de Cubatão comprar as coisas. Quando perguntado sobre o porquê não ir, alguns moradores foram enfáticos em afirmar: lá as pessoas nos olham “torto”; comentam que embora a atendente de tal ou qual loja seja simpática, no geral, as pessoas os olhavam de maneira diferente.

A maioria dos moradores tinha uma explicação para isso: afirmavam que as pessoas do Jd. Nova República tinham preconceito em relação a eles, pois vinham do

Jd. São Marcos, que são considerados favelados. Ou, ainda, remontam o preconceito ao bairro quando este era conhecido por Maracangalha, área de prostituição. Moradores do Jd. Real contam que os moradores do Jd. Nova República não os queriam ali, que houve até abaixo-assinado para que os conjuntos habitacionais não fossem construídos ali.

A ação de apropriar o espaço esteia um fenômeno: a territorialidade. A partir desta apropriação se conforma uma identidade territorial (HAESBAERT, 1999; 2002; BONNEMAISON, 2002; LE BOSSÉ, 2004; DE PAULA; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2007), constituída por uma associação tríplice entre como é determinado território, quem vive nele e como é viver nele (DE PAULA; MARANDOLA JR., 2007).

Aproximadamente, por duas décadas, o único bairro na porção de terra entre o rio, as matas e a rodovia (que é única entrada para o bairro) era o Jd. Nova República. A vinda de novos moradores significa, neste contexto, uma rotina a ser quebrada, a presença de pessoas cujo comportamento não podem prever (pois, são desconhecidos): ameaça a vivência estabelecida, coloca em xeque a identidade dos moradores do Jd. Nova República. No comportamento dos moradores do Jd. Nova República estava velado o sentimento de exclusividade de seu bairro (território) e o tratamento dos moradores do Jd. Real como intrusos: tolhendo a apropriação deste espaço por parte destes moradores.

Mas a situação de abstenção de ir ao Jd. Nova República não é definitiva. Em um trabalho de campo em um ano e seis meses após o reassentamento, encontramos moradores destacando, dentre o Jd. Nova República, o que passaram a denominar de Rua do Comércio. Essa nomeação do lugar apontando para internalização deste no cotidiano das pessoas. Um grupo de moradores dado a festas diz que antes o pessoal do Jd. Nova República não gostava mesmo deles, mas que, agora, passaram a frequentar bailes que ocorrem em um bar deste bairro e que a dona deste bar vai até o Jd. Real avisá-los sobre

os bailes que ocorrerão. Entretanto, embora destacados pelo projeto como benefícios do reassentamento, alguns lugares ainda não foram internalizados pelos reassentados: as praças ainda não são freqüentadas; a maré (lugar onde moradores do Jd. Nova República e mesmo moradores de outros bairros comumente vão para pescar) nem mesmo é conhecida (os moradores dos Jd. Real, no mais das vezes, só ouviram falar desta); e mesmo a Unidade Básica de Saúde ainda não figura como referência para muitos moradores (uma senhora comenta que prefere ir ao centro ao antigo bairro em que morou para ter atendimento à saúde: a familiaridade ainda está lá).

Centralidades no interior de um conjunto de residências promovem, mormente, integração entre áreas; a partir disto podendo ocorrer a apropriação, a territorialização e o surgimento de uma identidade territorial. E, assim, o espaço além da casa (bairro) também se torna casa; juntos eles conformam o habitar. Embora os moradores reassentados comecem a afluir para o Jd. Nova República e se familiarizar com este espaço, a identidade e familiaridade socioespacial que resultariam em uma verdadeira integração ao tecido urbano (como previsto pelo projeto) ainda se concentra no Jd. Real: o bairro concentrado no espaço circular do conjunto habitacional.

O bairro em que residiam anteriormente possuía um conjunto de bares, onde se reuniam homens ou onde havia bailes que atraiam a comunidade, havia o rio, as matas, um *genio loci* expressados pelos moradores na palavra “liberdade”. O reassentamento implicou na perda de lugares como este e a lógica de apropriação do espaço constrange o usufruto de lugares no Jd. Nova República que poderiam se equiparar aos anteriores ou mesmo engendrar a melhoria de vida (como no caso da utilização da Unidade Básica de Saúde). Com o bairro (lugar atrelado à casa) restrito ao espaço do conjunto habitacional, o habitar perdeu densidade.

5.4 Jd. Real: apropriar o lugar público

No Jd. Real há o embate entre a experiência anterior de lugar público e privado (já discutidos anteriormente) e a nova configuração e vivência destes tipos de lugares. Com este embate, temos a problematização da apropriação do espaço do conjunto, o tornar o bairro também "casa": apropriá-lo, construí-lo.

Nas discussões sobre reassentamento ou/e sobre conjuntos habitacionais populares na forma de condomínios de edifícios, é recorrente as questões sobre a depredação dos lugares públicos destes condomínios, a não utilização e cuidado com estes ou o uso, por parte de alguns grupos, para atividades ilegais (SOUZA, 1997; DELLANOCE, 2008; DENALDI, 2008). Estas questões são algumas das que somam para a discussão de pouco sucesso das políticas públicas que envolvem reassentamento de famílias. O Jd. Real não escapou a este devir de descuidado e não-uso de seus lugares públicos.

Perto de completar um ano de reassentamento ocorria a seguinte situação: os edifícios, escadas, paredes e pátios depredados e sujos, lixo acumulado no chão, a edificação do Centro Comunitário sem seu uso devido, abandonada e depredada, utilizada à noite por jovens para consumo de drogas.

Os moradores do Jd. Real sempre usaram este lugar público, como já colocamos, utilizando cantos e pátios como ponto de encontro, formando rodas de conversas. Mas a situação em que estava o lugar público do conjunto expressava um fenômeno importante: a ausência do cuidado corresponde à ausência do cultivar para tornar este espaço confortável, direcionado aos seus gostos. Transformar a paisagem (construí-la) é indicativo da apropriação do espaço, pois a paisagem: "[...] existe, em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que

a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica" (BERQUE, 1998, p. 84). É a questão de tornar este espaço um lugar topofílico.

Nalin (2007) atenta que este não cuidado com o lugar público do conjunto habitacional está na ausência de uma organização que lidere as ações a serem realizadas para este cuidado. Mas podemos remontar ao sentido velado por esta ausência de cuidado: antes a extensão da casa era um lugar privado, tinha seu sentido e cultivo como um próprio do indivíduo e do grupo familiar; agora, que a extensão da casa é um lugar público, necessita de um outro modo de gerir, de um próprio que não é individual ou familiar, mas que envolve outros (todos) da comunidade. Cultivar/construir esta extensão da casa, dada a mudança de seu estatuto (de privado para público) demanda uma nova concepção do espaço, um novo modo de encará-lo ainda não internalizado (pois, nunca experienciado) pelos moradores do Jd. Real. Esta extensão da casa demanda a construção e consolidação de um fenômeno: o da identidade territorial comunitária.

É neste ponto que entra o papel dos meios institucionais e dos profissionais especializados. Estava previsto para o reassentamento dos moradores do Jd. São Marcos a presença, por um ano, de uma equipe de pós-ocupação, responsáveis por auxiliar na "adaptação" à nova residência; devido a contratempos, a equipe contratada (uma assistente social, duas arquitetas e um engenheiro) só iniciou seus trabalhos quando faltavam poucos meses para o fim do prazo de um ano. No relatório sobre o Jd. Real, realizado por esta equipe antes de iniciarem seus trabalhos, discorrem sobre o estado de certo "abandono" do lugar público do conjunto habitacional.

Foi esta equipe que ajudou na consolidação da Associação de Moradores, na ocupação do espaço do Centro Comunitário, nas tentativas de

resoluções tanto de problemas de convívio quanto em relação à estrutura física dos apartamentos. A equipe, que ficava pelo menos dois períodos da semana no Jd. Real, tanto visitava os apartamentos quanto atendiam morador por morador que acorriam a eles. A equipe de pós-ocupação se uniu à Associação de Moradores e juntas organizaram uma série de ações, atividades e eventos.

Esta equipe promoveu, por exemplo, no dia do meio-ambiente, a plantação de mudas de árvores pelos moradores; procurando desenvolver a agradabilidade do lugar público e o cuidado coletivo com este. Fizeram um jornal do Jd. Real, que informava os moradores das ações que ali ocorriam, quem as fomentava, dos acontecimentos no conjunto habitacional, fomento de discussões sobre assuntos concernentes ao Jd. Real: um modo de socializar o que ocorre nesta extensão da casa, de consolidar identidade comunitária. A equipe mesmo propôs à prefeitura um projeto arquitetônico para os pátios, com a construção de bancos e arborização unindo melhorias tanto estéticas quanto promovedoras da sociabilidade (mas o projeto ainda não concretizou).

Junto a estas ações, a Associação de Moradores, na pessoa da Rose (presidente e única pessoa a levar a cabo todas as atividades da associação), realiza suas intervenções na consolidação do morar no Jd. Real.

Uma das atividades que a associação realizou no Jd. Real foi o mutirão de limpeza. A idéia era de que os moradores, juntos, realizassem uma limpeza geral no conjunto habitacional; depois da limpeza, com alimentos doados pelos moradores, haveria um lanche para todos. Uma moradora comentou que achava que o mutirão não iria dar certo, que as pessoas não iriam comparecer; mas, para surpresa desta e da própria Rose, os moradores compareceram e o mutirão foi realizado.

Realizamos trabalhos de campo quando o mutirão ainda estava sendo organizado e após este; a diferença foi significativa; não só o mutirão deu certo como a manutenção da limpeza do lugar público do Jd. Real permanecia: quando chegamos ao Jd. Real pudemos notar, por exemplo, a diminuição patente de lixo espalhado pelo chão. Cartazes incitando a manutenção da limpeza estão espalhados pelos edifícios e no Centro Comunitário. Outro ponto que contribuiu para a melhora do aspecto geral do conjunto, buscado pela Associação de Moradores, foi a cimentação de caminhos entre os pátios de terra e os cascalhos jogados nos cantos em que se acumulava água e barro.

Mas, a associação não se restringiu à procura de melhorias somente na estrutura física do Jd. Real. A associação (que possuiu um certo senso sobre ações sociais que devem qualificar a vida das pessoas), organiza ações, eventos e cursos para os moradores. Aos finais de semana havia as aulas de capoeira grátis para as crianças do Jd. Real que podiam freqüentar as aulas sob condição de manter o boletim escolar com notas boas. A associação também se preocupou em organizar oficinas que ensinam trabalhos manuais para moças. Atividades que estão sempre bem freqüentadas são as voltadas para as crianças: sessões de filmes, caixas de brinquedos, atividade de pinturas e desenhos. Estas ocorrem, geralmente, aos finais de semana, com oferecimento de lanches.

No Centro Comunitário, estavam concentradas ações como a doação de roupas, alimentos, brinquedos que consegue junto a outras instituições. Neste espaço também organiza a sala e o lanche para a ocorrência tanto de pequenas missas (ministradas por um padre que está sempre a acompanhar a comunidade) e cultos evangélicos.

Uma empresa ofereceu uma festa para os moradores do Jd. Real, cuja organização passou pela Associação dos Moradores. A presidente da associação também propôs um evento para a Secretaria da Saúde municipal, para fazerem o dia da saúde da mulher, no Jd. Real. A secretaria gostou da idéia e ampliou o evento: além de exames gratuitos ali mesmo, haveria palestras, distribuição de camisetas, almoço coletivo.

No primeiro semestre de 2009, a associação se preparava, também, para a criação da biblioteca e videoteca no Centro Comunitário. A doações de livros e filmes vinham aumentando o acervo e a presidente se dispunha a reformar e pintar armários que havia conseguido gratuitamente, para colocar os livros e vídeos.

O Centro Comunitário se tornou espaço ao qual os moradores acorriam frente aos seus problemas ou quando tinham idéias para o conjunto (como o morador que estava disposto a pegar toras de madeira para fazer um parquinho para as crianças), pois ali estavam reunidas as instituições (equipe de pós-ocupação, o assistente social da PMC, a Associação de Moradores) que auxiliavam e mesmo incentivavam a melhoria e o uso do espaço do conjunto.

Em Junho, o assistente social da PMC que vinha acompanhado a comunidade foi transferido para outro trabalho e o contrato com a equipe de pós-ocupação havia terminado. Mas, a associação seguia nas suas atividades. Possuindo banheiros, um pátio coberto, uma sala (dividida em duas) e cozinha, o prédio do Centro Comunitário se configura espaço-chave para subsidiar ações que vinham qualificando o morar no Jd. Real.

No entanto, também em junho, a instalação de um novo conjunto de assistentes sociais no Centro Comunitário privou o uso dele pela Associação de Moradores. A PMC garantiu que, assim que o Conjuntos Habitacionais Imigrantes I e II ficassem prontos (onde há um edifício destinado a estes assistentes sociais) o Centro

Comunitário seria devolvido à associação. Mas a perda, ainda que momentânea, desta base espacial preocupou a presidente da associação: como poderiam dar continuidade à construção da biblioteca e videoteca? Como realizar as missas e cultos, as oficinas, as aulas? Como montar as aulas de informática (um dos projetos futuros da associação)? Mesmo o evento do dia da saúde da mulher, que ocorreria em poucos dias, tivera de ser diminuído em vista do repentino desta retirada do Centro Comunitário.

A Associação de Moradores é responsável por receber taxas, de velar pelo cumprimento dos regulamentos do conjunto habitacional; mas seu papel não se restringe a tarefas burocráticas. A extensão da casa tendo, agora, o estatuto de lugar público demanda um gerenciamento ou, ainda, um construir balizado pelo coletivo: através da associação de moradores tem se consolidado a apropriação (tornar próprio às atividades, tornar próprio como o "nosso") da extensão da casa.

As atividades da associação, ao promover a apropriação do lugar público, promovem também o adensamento da casa: desenvolve qualitativos do morar. As crianças receberam um espaço ao qual se reportar para brincar e, mesmo, dentro do ideário da associação, espaço para aprender. O construir da paisagem, o torná-la voltada para aqueles que a usam, se realiza pela associação. Mediante ela, aqueles que são religiosos encontram a extensão de sua casa qualificada pela realização de seus ritos religiosos. O Centro Comunitário tem papel no desenvolvimento de uma identidade espacial comunitária: o construir juntos, o utilizar juntos. Um grupo de homens reclamou com de mulher que destruía uma das mudas de árvores plantadas: vem se desenvolvendo o sentimento de um próprio coletivo.

O Centro Comunitário era o esteio destas ações. O espaço coberto, a cozinha, a sala, os banheiros permitindo e, mesmo, promovendo o se reunir. Retirar a associação dali correspondeu ao tolhimento das atividades que promoviam e organizavam

a apropriação do espaço e, consequentemente, o adensamento da casa. Mas no final de 2009, pouco a pouco, através de negociações ou consolidando (sorrateiramente) algumas rotinas, as atividades da associação tem retornado ao espaço do Centro Comunitário. Os armários da biblioteca e videoteca foram colocados em um canto do Centro Comunitário, a mesa e coisas da associação em outro canto (já que a sala está ocupada pela equipe de assistentes sociais); as atividades das crianças e os ritos religiosos voltaram a ocorrer.

O desejo em manter as atividades da Associação de Moradores corresponde a ações e intervenções no lugar público que, podemos afirmar, visam a conformação de um habitar.

5.5 Constituição do habitar: entre Jd. São Marcos e Jd. Real

> *A ligação íntima de homem e casa se mostra, entretanto, não somente no fato de que o homem consegue imprimir em seu espaço de habitação o caráter do próprio se e, vice-versa, aquele retroage sobre este, mas com igual teor uma vez que ele, em sua essência, é determinado por seu espaço circundante, e seu ser se transforma de acordo com a natureza de tal espaço. Saint-Exupéry diz, de modo muito belo: "As mulheres mesmas se tornavam tranqüilas ou presunçosas ou arredias, de acordo com o lugar da casa em que se achavam naquele momento." O que aqui é dito das mulheres, no contexto da poesia, vale naturalmente para o homem em última análise, e não somente para o lugar na casa, mas em geral para o lugar no espaço. Num sentido semelhante, também Bachelard enfatiza: "Não trocamos somente de lugar, trocamos a natureza", e fala expressamente de uma "fusão da existência num espaço concreto". Essa ligação significa não que o espaço age modificando o homem, pois isso seguiria sendo uma ação recíproca entre duas coisas antes separadas. Significa, pois que somente na unidade com um espaço concreto o homem ganha certa essência. Ele não a tem "em si" e separada de algum espaço, mas somente a adquire em um espaço concreto.*
>
> Otto Friedrich Bollnow (2008)

Quando nos deparamos com a reestruturação da vida em função do reassentamento dos moradores do Jd. São Marcos para o Jd. Real, havíamos nos perguntado: como prever estas consequências do reassentamento? Como evitar uma reestruturação negativa da vida? O que está em jogo quando a mudança para o conjunto

habitacional é entendida como boa por um morador enquanto outro morador atesta que esta mudança (que sair do local onde mora) corresponde à morte? Por que há parcelas de indivíduos satisfeitos com o reassentamento e parcela de insatisfeitos? Por que há agravamento da pobreza de algumas famílias em função do reassentamento? Por que, apesar do bairro consolidado ao lado da nova moradia, pouco o freqüentam, geralmente mantendo o costume de recorrer ao centro da cidade? Por que não usufruem do rio, das praças e mesmo da unidade básica de saúde? Por que muitos moradores ainda nutrem o devaneio de retornar ao Jd. São Marcos?

Temos um norteador para pensarmos estas questões: o habitar. A partir de Heidegger (2001), discorremos sobre o sentido do habitar; e diante deste, ainda mantínhamos algumas questões: qualquer abrigo é suficiente para perfazer este sentido do habitar? O homem apropria qualquer espaço? Apenas a casa compõe o habitar? Que fenômenos socioespaciais estão no cerne do habitar? E, direcionados por estas questões, se com Heidegger apreendemos a essência do habitar, com a abordagem das problemáticas envolvidas no reassentamento do Jd. São Marcos para o Jd. Real, apreendemos sua existência, sua constituição no contexto socioespacial estudado.

Temos quatro elementos que participam da constituição deste habitar: (1) a casa e o bairro (lugares onde o habitar se realiza); (2) a articulação entre privado e público (estatuto dos lugares); (3) apropriar e construir (orientação das ações dos indivíduos em relação a estes lugares); (4) e o próprio (busca de todo verdadeiro habitar). Passamos a discussão destes elementos.

Casa

Por ser o espaço onde concentramos atividades que sustém o que somos, por abrigar nossos pertences, por ser onde nos resguardamos do mundo, Marandola Jr.

(2008, p.170) atesta, a partir de Bachelard: “A casa é a referência espacial e existencial que evita que o homem esteja ‘jogado no mundo’”. E Bollnow (2008) nos lembra, por exemplo, que assim como o espaço da igreja é organizado para proporcionar o ouvir do ministrante e a adoração, o espaço da casa deve ser de modo a proporcionar a habitabilidade: o modo como o lugar casa é e o modo como está organizado deve ser consoante às atividades que concentramos ali.

A mudança para uma nova residência cuja morfologia espacial difere completamente da anterior obriga um novo modo de agir, de ser e de estar. No Jd. Real, a supressão do quintal é um exemplo disto. Para muitos moradores, o peso desta supressão é tanto econômico (horta e criação de animais auxiliando a sobrevivência) quanto existencial, poderíamos dizer. Pois, entre os moradores, há uma parcela considerável daqueles que tem intrínseca a sua vida esta ligação mais estreita com a terra (possibilitada pelo quintal): a moradora que se recusa a morrer no Jd. Real deu ênfase à angústia que a falta desta ligação com a terra lhe faz.

Bairro

“Há uma relação direta, na cidade, entre o bairro e a casa enquanto conjunto que define o morar” (MARANDOLA JR., 2008, p. 172). O bairro é a casa além da casa.

> Pelo fato de seu uso habitual, o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo): “existe uma relação entre a apreensão da residência (um “dentro”) e a apreensão do espaço urbano ao qual se liga (um “fora”)”. O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esses dois termos, um dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua apropriação do espaço. Um bairro, poder-se-ia

> dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resumo à soma de trajetórias inauguradas a partir de seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado (MAYOL, 1996, p. 42 – grifos do autor).

Se a qualidade da apropriação da casa (conformidade entre o espaço e as atividades e necessidades do indivíduo) está no desenvolvimento de um verdadeiro habitar, também o espaço do bairro deve se prestar a esta conformidade. A depender do bairro (espaço apropriado em função da casa) temos a qualidade do habitar.

Pensando no papel do bairro, que melhorias na qualidade do habitar (as quais foram defendidas pelo projeto de reassentamento) os reassentados para o Jd. Real tiveram? O bairro atual é composto por sacadas, escadas, pátio interno, um bar, uma pequena creche e o Centro Comunitário. Perderam o rio, a rua como espaço do "vaguear", a mata, a ONG, a proximidade das indústrias onde podiam conseguir pequenos serviços. O Jd. Nova República, lugar apropriado por outros moradores, é apenas um anexo, pouco internalizado pelos moradores do Jd. Real: temos a melhoria prevista para o habitar pouco se realizando.

Articulação privado e público

O sentido da casa não se completa se não atentarmos a um dado importante: a articulação entre lugares privados e públicos. A liberdade de ser e estar, que caracteriza a casa, só é possível porque esta é lugar privado por excelência.

A casa é lugar privado, mas se abre de diferentes formas para o público (PEZEU-MASSABUAU, 1980): posição e transparência das janelas, distância da porta principal em relação à rua, presença de jardim ou quintal, a sala de estar como espaço para receber o outro, distância entre os vizinhos. A casa se organiza para resguardar o

privado e se abrir de tal ou qual modo para o público; permitindo a ligação com ele, mas nunca o cerceamento da privacidade.

Em contraponto, o lugar público entorno da casa é (geralmente) o bairro. Entretanto é necessário destacar, retomando Mayol (1996) este público é um lugar privatizado dentro do conjunto da cidade. Privatizado, pois a relação deste lugar público com o morador é caracterizado pela familiaridade espacial e social. A articulação entre os lugares públicos e privados que compõe o habitar dão origem a comportamentos, regras de civilidade.

Mayol discute conveniências, as pequenas obrigações que se consubstanciam no bairro, mas não como algo negativo e sim como dado inerente a este. Dentro deste contexto, o autor coloca:

> Um indivíduo que nasce ou se instala em um bairro é obrigado a levar em conta o seu meio social, inserir-se nele para poder viver aí. "Obrigado" não deve ser entendido só em sentido repressivo, mas também enquanto "isso obriga", lhe cria obrigações, etimologicamente laços/vínculos. A prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através de códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos "excêntricos", as pessoas que "não são/fazem como todos nós". Inversamente, é ela a manifestação de um contrato que tem uma contrapartida positiva: possibilitar em um mesmo território a coexistência de parceiros, a priori "não ligados". Um contrato, portanto, uma "coerção" que obriga que cada um para que a vida do "coletivo público" – o bairro – seja possível para todos (MAYOL, 1996, p. 47).

Como vimos, o reassentamento trouxe uma nova configuração dos lugares privados e públicos e, consequentemente, implicou em uma nova articulação entre estes. Frente ao limite mais frágil entre estes estatutos dos lugares, moradores reclamam tanto da interferência do público na constituição de sua própria privacidade (truncando o privado, traço eidético da casa) quanto reclamam da nova série de regras que ordenam o

público, para garantir a “coexistência de parceiros”; essas novas regras fazem com que moradores recordem o lugar público do Jd. São Marcos como um ideal de liberdade.

Um morador disse que não é vida (acrescentaríamos, não é vida digna) viver amontoado assim, em apartamentos, uns sobre os outros. Rusgas entre vizinhos são comuns em função dos problemas na articulação entre privado e público. O desgosto à nova residência não está no desagrado em relação aos vizinhos, mas na recusa a esta forma de habitar, impingida pela morfologia e estatuto dos lugares.

O próprio: apropriar, construir, habitar

O que norteia a relação entre o indivíduo e/ou família com os lugares (casa e bairro) e a articulação de seus estatutos (privado e público) é o apropriar. A idéia de “tomar posse” presente na noção apropriação do espaço deriva da ação de tornar o último próprio ao homem, como Kasper (2006) já atentou. Mas o sentido de construir, apresentado por Heidegger (2001), também expressa a relação do indivíduo e/ou família sobre o conjunto do morar: pois os moradores estão sempre a cultivar e edificar os lugares para torná-lo próprio. O filósofo atenta, essa construção do próprio é sempre habitar.

Retornando a Heidegger (2001), este próprio é dar instância e circunstância (mediante a construção de lugares) a nosso estamento de homem que habita a terra, em outras palavras, tornar o lugar consoante à quadratura. Por outro lado, no contexto socioespacial estudado aqui, o próprio deve dar instância e circunstância ao que somos (cultural e socialmente falando), conforme a nossa história de vida e a experiência de habitar que cada indivíduo tem internalizado a si; isto é geograficidade (DARDEL, 1952), uma ligação intrínseca entre homem e espaço.

> Essa ligação significa não que o espaço age modificando o homem, pois isso seguiria sendo uma ação recíproca entre duas coisas antes separadas. Significa, pois que somente na unidade com um espaço

> concreto o homem ganha certa essência. Ele não a tem “em si” e separada de algum espaço, mas somente a adquire em um espaço concreto (BOLLNOW, 2008, p. 311).

Bollnow bem destacou esta ligação, e a partir dela apreendemos a importância da geograficidade para pensar o habitar: temos que quando os elementos que compõe o habitar são desconformes ao que somos, a residência (geralmente) é recusada. No caso do reassentamento, o espaço desconforme ao indivíduo gera uma reestruturação da vida (um habitar) a pouco afeito aos indivíduos e famílias.

A compreensão da constituição do habitar oferece uma matriz para refletir e planejar a reestruturação da vida em função do reassentamento. Se nos primeiros contatos com o reassentamento do Jd. São Marcos para o Jd. Real as opiniões dos reassentados pareciam apenas resultado de idiossincrasias ou da subjetividade dos indivíduos, neste momento temos uma forma de apreendê-las, de torná-las inteligíveis. Porque estas opiniões estão esteadas na forma como cada um deles conseguiu reorganizar o próprio na nova moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

SOBRE UM SENTIDO QUE PERPASSA: CONSTITUIÇÃO DO HABITAR

A identificação de mais de 50% da população residindo em moradias desconformes em Cubatão ajuda a compreender a expressiva intervenção do poder público no setor habitacional do município nesta década. Para a resolução desta problemática, a Prefeitura Municipal (principalmente) investe em duas ações: a reurbanização de favelas e o reassentamento de famílias. Ainda que o reassentamento seja caracterizado por conseqüências controversas, esta política pública se faz necessária na medida em que existe a demanda de retirada de pessoas de áreas de risco ou de áreas de proteção ambiental de Cubatão.

Mesmo diante do reconhecimento das controvérsias do reassentamento, das problemáticas que lhe são recorrentes, em um trabalho de campo em Cubatão (reassentamento do Jd. São Marcos ao Jd. Real) observamos diferentes problemas que colocam em xeque a eficácia desta política pública. Estes problemas se relacionam, sobretudo, ao modo como a população reassentada vive, se envolve e concebe a nova residência; e foi esta a problemática abordada por esta pesquisa

Mas, a questão sobre como esta mudança de habitação impacta a vida das pessoas não é nova. Identificamos três tipos de discussões que abordam este assunto: 1) Os marcos teóricos de projetos de reassentamento, os quais reconhecem a ruptura e *stress* do processo para os reassentados (CERNEA 1988); 2) as pesquisas acadêmicas sobre reassentamento, onde encontramos análises desta política pública a partir de diferentes perspectivas (DE PAULA, 2009); e 3) as discussões (que não focam, exatamente, reassentamentos) sobre avaliação de pós-ocupação em habitações de interesse social (ABIKO; ORNSTEIN, 2002).

Os marcos teóricos dos projetos de reassentamento, ao citarem as problemáticas possíveis, demonstram certa consciência (por parte dos agentes promotores do reassentamento) sobre os problemas que podem ser gerados. Entretanto, geralmente, os projetos privilegiam mais a citação destes problemas do que a compreensão do que os geram ou, ainda, medidas explícitas para lidar com eles.

As pesquisas acadêmicas contribuem para um levantamento geral de problemáticas envolvidas no reassentamento e diferentes perspectivas sob a qual apreendê-las. A tendência metodológica destas pesquisas é aplicação de questionários, os quais oferecem uma base de dados sobre os problemas e opiniões dos moradores em relação à nova residência. Esta abordagem auxilia no conhecimento das problemáticas; no entanto, se detém menos em uma apreensão mais ampla de processos que dão origem aos dados levantados.

A avaliação de satisfação está, comumente, em um nível técnico; onde tem prevalecido a atenção à avaliação dos aspectos construídos das habitações. Mas, atualmente, as discussões têm se voltado também para avaliação da satisfação do morador. Independente do quão bom sejam as qualidades do ambiente construído, se reconhece que a satisfação dos indivíduos depende de outros diversos fatores. Os autores que discutem estas questões, geralmente arquitetos-urbanistas, vêm atentando para a importância de avaliações de pós-ocupação que tenham maior participação da população submetida à política pública e para a necessidade de procedimentos qualitativos que permitam apreender os fatores subjetivos que influem na satisfação dos indivíduos em relação à nova habitação (FREITAS et alii, 2001; MALARD et alii, 2002; ROMERO; VIANNA, 2002).

De certa forma, nossos questionamentos sobre as conseqüências do reassentamento do Jd. São Marcos para o Jd. Real e sobre como os reassentados lidam

com a nova residência se relacionam com a discussão sobre avaliação da satisfação dos moradores. Por um lado, intentando mais do que o levantamento das problemáticas do reassentamento, buscamos a compreensão dos fenômenos que promovem estas problemáticas (e que se consubstanciam na satisfação dos moradores). Por outro lado, dentro do quadro das pesquisas acadêmicas, buscamos contribuir à reflexão sobre esta política pública ao abordá-la a partir da articulação entre homem-espaço-habitar, a qual entendemos estar no cerne da compreensão da relação entre reassentados e nova residência.

A constituição do habitar é uma abordagem compreensiva da realidade tal como vivida pelos moradores. Origina-se de um pressuposto ontológico: é condição de nossa existência a relação inalienável com o espaço. Dentro dos diversos tipos de relações que estabelecemos com o espaço, há um tipo particular de relação que diz respeito a certa estabilidade que é tanto funcional quanto existencial: o habitar. O levantamento da constituição do habitar corresponde ao desvelamento dos elementos que compõe esta relação com o espaço.

A constituição do habitar versa, portanto, sobre o sentido que perpassa as ações, comportamentos, concepções que se dão na relação entre os indivíduos e seu novo lugar de habitar. Contribuindo, portanto, para compreensão de fenômenos relacionados ao reassentamento. O levantamento da constituição do habitar através de trabalhos de campo e interação com os moradores responde tanto à demanda de maior participação da população no planejamento e realização do reassentamento quanto à busca de metodologias qualitativas que auxiliem na avaliação de satisfação de moradores.

As problemáticas sobre as populações que são reassentadas são expressivas porque, retomando o pensamento de Lefebvre (1970), um pensamento e agir operacional se impõem à concepção e planejamento das habitações: minimização de

custos, maximização do aproveitamento de espaços. Pessoas mudam, normalmente/voluntariamente, de residência em busca de um espaço que seja afeito as suas condições de vida, necessidades e desejos (KNOX, 1987; CORTEZ-ALÁCA, 1999). A escolha do novo lugar de habitar (ainda que limitada, por exemplo, pelo mercado imobiliário, pela renda da família) está sob controle daqueles que se mudarão (é a busca do próprio). Em contraponto, o reassentamento se caracteriza pela não participação dos indivíduos na decisão de mudar e, ainda, pelas residências concebidas e construídas pelo poder público; qual age em acordo com o pensamento operacional.

Assim, a reestruturação da vida se dá na realização do habitar neste espaço homogeneizado, alheio (ou ainda, contrário) às ações, atividades, articulação dos lugares dos indivíduos e famílias. A não satisfação, recusa, desgosto, vendas das novas residências por parte dos reassentados no mais das vezes estão pautadas na reestruturação do habitar não desejada pelos indivíduos.

O risco da reestruturação negativa do habitar é engendrado pela concepção e planejamento das residências em acordo com este pensamento operacional. E assim, temos neste ponto, como atentou Lefebvre (1970), um impasse. Como construir a massa de residências necessárias atendendo à imposição dos custos, do uso de solo, das restrições de orçamento do poder público e, ao mesmo tempo, respeitar o dado profundo do ser (qual seja o sentido verdadeiro do habitar)? Acreditamos que a atitude possível seja que o levantamento da constituição do habitar esteja presente nos marcos teóricos dos projetos, balize concepções do poder público e participe como etapa do planejamento dos reassentamentos.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex K.; ORNSTEIN, Sheila W. (eds.). **Inserção urbana e avaliação de pós-ocupação (APO) de habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, 2002.

AFONSO, Cíntia. **Uso e ocupação do solo na zona costeira do Estado de São Paulo**: uma análise ambiental. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999. 186p.

AGEM-BAIXADA SANTISTA. **Programa regional de identificação e monitoramento de habitação desconforme da RMBS.** [Relatório final]. 2005.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. **Reflexões sobre as tendências teórico-metodologicas da geografia**. Belo Horizonte: UFMG/ Inst. de Geo-Ciências/ Depto. de Geografia, 1978. 110 p.

_____. A Evolução do Pensamento Geográfico e a Fenomenologia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 11, n. 21-22, p. 67-87, 2000.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. (Trad. Antonio Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BALLESTEROS, Aurora G. Las aportaciones de La Geografia Humanística. In: BALLESTEROS, Aurora G. (org.). **Geografía y humanismo**. Barcelona: Oikos-tau, 1992. p. 9-18.

BASTOS, Iluska de F. Requalificação urbana e habitabilidade: a avaliação do programa Habitar Brasil/BID através do processo de reassentamento das famílias das comunidades de Sítio Grande/Dancin Days. In: V Jornada de Vivienda Social / XIII Encuentro Red ULACAV. **Anais...** Santiago, 2007. Disponível em: <http://www.invi.uchile.cl/derechociudad/ponencias/Jornada/Panel%201/25.%20Iluska%20Tavares%20Bastos.pdf>

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p.84-91.

BOLLNOW, Otto. F. **O homem e o espaço**. (trad. Aloísio L. Schmid). Curitiba: UFPR, 2008.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. pp. 83-132.

BUTTIMER, Anne. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p.165-194.

CARDOSO, Adauto L. Contextualização/Caracterização. In: SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO/MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política habitacional e integração de assentamentos precários**: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Brasília, 2008. pp. 13-46.

CERNEA, Michael. Involuntary resettlement in development projects: policy guidelines in World Bank Financed projects. **Technical Paper**, Washington, n. 80, 1988.

CÉSAR, Constança M. Habitar poeticamente a terra. In: OLIVEIRA, Lívia; FERREIRA, Yoshiya. N.; GRATÃO, Lúcia H. B. e MARANDOLA JR., Eduardo. (orgs). **Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**. Londrina: Edições Humanidades, 2006. p. 265-270.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CÓRTES-ACALÁ, Luis. **La cuestión residencial**: bases para una sociologia del habitar. Madri: Fundamentos, 1995.

COSTA, Heloisa S. Moura. Indústria, produção do espaço e custos socioambientais: reflexões a partir do exemplo do Vale do Aço, Minas Gerais. In: TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (Orgs.) **População e Meio Ambiente:** debates e desafios. São Paulo: Senac, 2000. p. 191-212.

DARDEL, Eric. **L'homme et la terre** : nature de la réalité géographique. Paris : Presses Universitaires de France, 1952. 135p.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia**? (trad. Maria J. de Almeida). São Paulo: Centauro, 2005. 152p.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce . Espaços privados. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce ; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 203-207.

DE PAULA, Fernanda C. **Geografia de bairro**: experiência urbana e territórios vividos no bairro Bosque, Campinas (SP**)**. (Monografia) Campinas: Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas, 2007. 87p.

_____. Reassentamento: reestruturação da vida, espaço e experiência. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 8, 2009, Curitiba. **Anais**... Curitiba: ANPEGE, 2009. 10p. [CD-ROM]

DE PAULA, Fernanda e MARANDOLA JR., Eduardo. Entre o bairro e o lugar: experiência urbana nos DICs, Campinas. In: Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos de Espaço e Representações, 2, 2007, Salvador. **Anais**... Salvador: NEER, 2007. 18p. [CD-ROM]

DE PAULA, Fernanda C.; MARANDOLA JR., Eduardo. e HOGAN, Daniel. J. Em busca do Homem no Espaço: o trabalho de campo na Geografia Humanista. In: Seminário temático do Norte do Paraná, 1, 2005, Londrina. **Anais**... Londrina: AGB, 2005. [CD-ROM]

_____. O bairro, lugar na metrópole: riscos e vulnerabilidades no São Bernardo, Campinas. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 28, p. 31-58, 1º sem. 2007

DELLA NOCE, Luiz G. **O reassentamento como promotor de capital social em políticas públicas** urbanas: uma análise da ação estatal em três casos. 2008. Tese [Doutorado em Arquitetura e Urbanismo] – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DENALDI, Rosana. Estratégias de enfrentamento do problema: favela. In: SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO/MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política habitacional e integração de assentamentos precários**: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Brasília, 2008. pp. 61-76.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM/INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA. **Projeto de Ampliação da Capacidade Rodoviária das Ligações com os Países do MERCOSUL: BR-101 Florianópolis (SC) - Osório (RS):** Programa de reassentamento da população de baixa renda. 2001.

ENTRIKIN, J. Nicholas. **The betweenness of place**: towards a geography of Modernity. Baltimore: The Johns Hopkins, 1991.

FRANCO, Ângela Aparecida. **O Reassentamento urbano da Nova Porto XV**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

FREITAS, Carlos G. L. (coord.); BRAGA, Tânia; BITAR, Omar Y.; FARAH, Flávio. **Habitação e Meio Ambiente**: abordagem integrada em empreendimentos de interesse social. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, 2001.

GOLDSTEIN, Léa. Cubatão e sua área industrial. In: **A Baixada Santista**: aspectos geográficos. São Paulo: Editora da Universidade de São paulo, 1975. p. 11-66 (vol. 4).

GOMES, Paulo C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Programa Viver Melhor II**: plano de reassentamento involuntários Alagados VI. 2005.

GOVERNO DO ESTADO CEARÁ/SECRETARIA DAS CIDADES/PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO. **Marco conceitual do projeto de reassentamento involuntário**. 2008.

GOVERNO FEDERAL; SEDU; CAIXA. **Projeto de reassentamento de moradias em áreas de risco do Jd. São Marcos**. Programa Habitar Brasil/BID/PMC. 2007.

GRATÃO, Lúcia H. B. (À) Luz da Imaginação! “O Rio” se revela na voz dos personagens do lugar-ARAGUAIA!. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 28, p. 89-120, 1º sem. 2007.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p.169-190.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, Luiz P. M & BASTOS, Liliana C. (orgs.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002. p. 29- 52.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. Construir, habitar, pensar. In: _____. **Ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001a. pp. 125-142.

_____. "... poeticamente o homem habita...". In: _____. **Ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001b. pp. 165-181.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. (trad. João V. G. Cuter). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOGAN, Daniel J. .População, pobreza e poluição em Cubatão em São Paulo. In: MARTINE, George (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. p. 101-132.

_____. J. **Migrações, meio ambiente e adaptação da população**. [Relatório Final] Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1991.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, nº 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

_____. **Paisagem e lugar**: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI. 1998. 233p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. O lugar na Geografia Humanista. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n.7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

HUSSERL, Edmund. **A Idea da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1986.

KASPER, Christian P. **Habitar a rua**. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia, História e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

KNOX, Paul. **Urban social geography**: um introduction. Nova Iorque: Longman scientific & technical, 1987.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em Geografia Cultural - algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p.157-179.

LEFEBVRE, Henri. Introduction à L'Etude de l'habitat pavillonnaire. In: _____. **Du rural à l'urbain**. Paris: Anthropos, 1970. p. 159-181.

LEY, David. **A social geography of the city**. Nova Iorque: Harper e Row, 1983.

LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 103-142.

LYOTARD, Jean-François. **A Fenomenologia**. Lisboa: 70 edições, 1986.

MALARD, Maria L; CONTI, Alfio; SOUZA, Renato C. F.; CAMPOMORI, Maurício J. L.. Avaliação pós-ocupação, participação de usuários e melhoria de qualidade de projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica. In: ABIKO, Alex K.; ORNSTEIN, Sheila W. (eds.). **Inserção urbana e avaliação de pós-ocupação (APO) de habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. PP. 242-267.

MARANDOLA JR. Eduardo. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, ano 21, v.2, n.25, p.67-79, jul./dez., 2005a.

_____. Humanismo e a abordagem cultural em Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p.393-421, dez. 2005b.

_____. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARTINS-COSTA, Ana L.. Barragem do Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do Estado. In: **Hidrelétricas, ecologia e progresso**: contribuições para um debate. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

MAYOL, Pierre. Morar. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce ; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 37-115.

MELO, Vera M. Paisagem e simbolismo. In: ROSENDHAL, Zeny & CORRÊA, Roberto L. (orgs.) **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. pp. 29-48.

MELLO, João B. F. Descortinando e (re) pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In.: ROSENDHAL, Zeny & CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. pp. 87-102.

MENDES, Noeli A. S. **As usinas hidrelétricas e seus impactos:** os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Rural de Rosana - Euclides da Cunha Paulista. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

NALIN, Nilene. **Os significados da moradia**: um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

PEZEU-MASSABUAU, Jacques. **La maison, espace social**. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

PICKLES, John. **Phenomenology, science and geography**: spaciality and human sciences. London: Cambridge University Press, 1985.

_____. From fact-world to life-world: the phenomenological method and social science research. In: EYLES, John e SMITH, David (orgs.). **Qualitatives methods in human Geography**. Oxford: Polity Press, 1988. p. 233-255.

PINTO, Celma S. **Cubatão, história de uma cidade industrial**. Cubatão: Edição do autor, 2005. 194p.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CUBATÃO, 2007. Disponível em: < http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/pdiretor.htm>, acessado em 20 de agosto de 2009.

PORDEUS, Marta S.. **Requalificação urbana, desenvolvimento e liberdade**: o Conjunto Habitacional da Torre. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, UFPE, Recife.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO. **Diagnóstico da situação habitacional de Cubatão** [Produto final]. 2006.

_____. **Política municipal de habitação de Cubatão**. Texto final da política e plano municipal de habitação. 2007.

RADKOWSVIK, Georges-Hubert. **Anthropologie de l'habiter**: vers le nomadisme. Paris: UF, 2002.

REBOUÇAS, Lidia M. **Planejado e o vivido**: o projeto de reassentamento da CESP no Pontal de Paranapanema. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

RODRIGUES, Arlete. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

ROMÉRO, Marcelo A.; VIANNA, Nelson S. Procedimentos metodológicos para aplicação de avaliação em conjuntos habitacionais para população de baixa renda: do desenho urbano à unidade habitacional. In: ABIKO, Alex K.; ORNSTEIN, Sheila W. (eds.). **Inserção urbana e avaliação de pós-ocupação (APO) de habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. pp. 210-241.

SACK, Robert D. **Homos geographicus**. Baltimore: John Hopkins, 1997.

SAMPAIO, Yoni; SAMPAIO, Everardo; SOUZA, Hermínio; GOMES, Gustavo. **Da tutela publica a autonomia**: diretrizes para uma redefinicao das responsabilidades publicas e privadas no projeto de reassentamento de Itaparica / Recife : Ed. Universitaria da UFPE, 2001.

SARAMAGO, Ligia. **A topologia do ser**: lugar, espaço e linguagem no pensamento Martin Heidegger. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2008.

SCHUTZ, Alfred. e LUCKMANN, Thomas. **The structures of the life-world**. Evanston: Northwestern University, 1973. 2 vol.

SCOTT, Perry. Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano. In: VII Encontro de Estudos Populacionais. **Anais**... Caxambu, 1990, v.1, p.275-294 ABEP.

SEAMON, David. Body-subject, time-space routines, and place-ballets. In: BUTTIMER, Anne e SEAMON, David (orgs.). **The Human Experience of Space and Place**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1980. 148-165

SIGAUD, Lygia. Aspectos sociais e ambientais. In: ROSA, Luiz; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: COPPE/Marco Zero/CNPq, 1988.

SILVA, Robson B. Mobilidade Pendular, população e vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana da Baixada Santista: um olhar sobre Cubatão. In: ENCONTRO NACIONAL DE

ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 16, 2008. 20p. [CD-ROM]. Disponível em: <http://www.abep.org.br>.

SOUZA, Gustavo O. C. **Do projeto ao vivido, a construção do lugar**: o meio ambiente na produção dos conjuntos habitacionais. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TEIXEIRA, Sônia N. P. **A noção de habitar na ontologia de Heidegger:** mundanidade e quadratura. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org.) **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1985. p. 143-164.

_____. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, Stephen e OLSSON, Gunnar (orgs.) **Philosophy in geography**. Dordretcht/Boston/London: D. Reiel Publishing Co., 1979. p. 387-428.

UNESP/PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO. **Elaboração de plano de redução de riscos do município de Cubatão.** 2006

VALADARES, Licia P. **Passa-se uma** casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

WRIGHT, John. K. Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.37, p.01-15, 1947.

ZÜNDT, Carlos. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, José M. P. (org.) **Novas metrópoles paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/Unicamp, 2006. p. 305-336